

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BATISMO DE FOGO

LIDERANÇAS POLÍTICAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS

DIÓGENES PINHEIRO

TESE DE DOUTORADO APRESENTADO AO
PROGRAMA DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY

CAMPINAS, 1999

P655b

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V.	Es.
TOMBO	37503
PROD.	229199
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	29/04/99
N.º CPD	

CM-00122759-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

P655b

Pinheiro, Diogenes

Batismo de fogo : lideranças políticas em assentamentos rurais / Diogenes Pinheiro. -- Campinas, SP : [s.n.], 1999.

Orientador : Maria Nazareth Baudel Wanderley.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimentos sociais rurais. 2. Reforma agrária-Brasil.
3. Assentamentos humanos. 4. Liderança política. 5. Posse
da terra. I. Wanderley, Maria Nazareth Baudel.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas. III. Título.

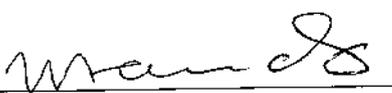
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BATISMO DE FOGO
LIDERANÇAS POLÍTICAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS

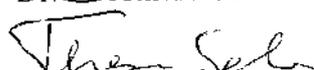
Diógenes Pinheiro

Este exemplar corresponde à versão final da
tese defendida e aprovada pela comissão
Julgadora em 25-02-99

BANCA EXAMINADORA:


Prof.^a Dr.^a Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Orientadora)


Prof.^a Dr.^a Leonilde Sérvo de Medeiros


Prof.^a Dr.^a Teresa Sales


Prof. Dr. Josué Pereira da Silva


Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Suplentes:

Prof.^a Dr.^a Sônia Maria P. Pereira Bergamasco

Prof. Dr. Ricardo Antunes

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	01
------------------	----

CAPÍTULO I

LÍDER: ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO	22
1.1 Questões teóricas: uma primeira aproximação	26
1.2 Indivíduo e coletividade: o que dizem os autores clássicos	30
1.3 Abordagens contemporâneas	37
1.4 Liderança, comando e direção	42

CAPÍTULO II

LIDERANÇAS RURAIS NO RIO DE JANEIRO	51
2.1 Lideranças rurais do período pré-64	52
2.1.1 O PCB como mediador	63
2.1.2 Atuação em um espaço precário	66
2.2 Anos 60: formas de luta e formação de novas lideranças	74
2.2.1 A sindicalização rural	75
2.2.2 Repressão e desmobilização	81
2.3 Anos 70: lideranças rurais e estrutura sindical	84
2.3.1 A profissionalização das lideranças rurais	85

CAPÍTULO III

VIDA MUNICIPAL NOS ANOS 80 E 90	89
3.1 Anos 80: redemocratização, participação social e município	91
3.1.1 Vida local e o debate sociológico brasileiro	92
3.1.2 Vida municipal e redemocratização	105
3.1.3 Descentralização e participação social	113
3.2 Município: entre a comunidade e a sociedade civil	
3.2.1 Comunidade e controle social	116
3.2.2 Sociedade civil: o renascimento de uma categoria analítica	130
3.3 Movimentos sociais: participação e representação	136
3.3.1 Anos 90: o local como categoria de análise	137
3.3.2 Movimentos sociais: novos ou velhos Classistas ou não-classistas?	143

CAPÍTULO IV

LIDERANÇAS POLÍTICAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS ..	152
4.1 O processo de formação de lideranças	160
4.1.1 CEBs, CPT e as novas lideranças	166
4.1.2 Comunidades de base e oposições sindicais: as lideranças do novo sindicalismo rural	173
4.2 O momento da ação	182
4.2.1 Lideranças e liderados	186
4.2.2 Anos 80: as organizações em assentamentos e as lideranças	195
4.3 A questão da institucionalização	202
4.3.1 Anos 90: a chegada ao poder	204
4.3.2 O fim de todas as utopias?	210

CAPÍTULO V

NOS CAMINHOS DO MUNICÍPIO	215
5.1 Outras trajetórias possíveis	216
5.1.1 As <i>pequenas</i> lideranças	218
5.1.2 A força da tradição	228
5.2 Vida local, atraso, modernidade	233
5.2.1 Movimentos sociais e vida local: problemas e perspectivas	234
5.2.2 O lugar dos assentamentos	240
5.3 Para além da <i>rotinização do carisma</i>	245
5.3.1 O problema da sucessão	246
5.3.2 A teoria na prática é outra	248
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	252
BIBLIOGRAFIA	260

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado busca sempre uma certa originalidade no enfoque ou no tema a ser tratado, daí o meu constrangimento em iniciar estes agradecimentos com a afirmação, nada original, de que uma tese é sempre um trabalho coletivo. É um trabalho coletivo porque envolve a participação de diferentes pessoas e instituições, e cada uma delas contribui de forma tão essencial, que torna-se difícil imaginar, depois do trabalho pronto, quais seriam os rumos que a pesquisa teria tomado se não houvesse esta ou aquela pessoa pronta a indicar caminhos, que levaram a contatar esta ou aquela instituição, que contribuiu com dados, ângulos diversos para analisar o tema, caminhos novos. É esta ligação que torna uma tese um trabalho coletivo. Mesmo correndo o risco da omissão, gostaria de citar algumas pessoas e instituições que participaram deste processo.

Inicialmente, devo agradecer à Capes pela concessão de uma bolsa de estudos durante os quatro anos que cursei as disciplinas e redigi a tese. Este auxílio foi fundamental para que eu pudesse me dedicar integralmente à tarefa de concluir o doutorado.

À minha orientadora, a Prof^a. Dr.^a Maria de Nazareth Baudel Wanderley, devo o próprio ingresso na UNICAMP, pois a sua presença no IFCH foi o fator que consolidou de vez o interesse que eu tinha em disputar uma vaga para cursar o doutorado nesta instituição. Costumava brincar, dizendo que estava fazendo doutorado "em Nazareth", pois freqüentei três cursos seguidos ministrados por ela entre 1995 e 1996. Estes cursos, além de extremamente prazerosos, foram uma fonte de renovação do meu interesse em Ciências Sociais e, em especial, na área da Sociologia Rural, da qual Nazareth é uma das pesquisadoras mais importantes. Os eventuais méritos que esta tese possa ter devem-se, em grande parte, a este convívio, sempre estimulante e afetuoso, pelo qual sou muito grato.

Na UNICAMP encontrei um ambiente intelectual pleno, onde pude cursar diferentes disciplinas ou simplesmente aproveitar o muito que a universidade oferece em eventos, seminários, palestras de pesquisadores do mundo inteiro, arquivos e livros. Em suma, uma universidade no sentido próprio da palavra. No IFCH este ambiente estava muito bem representado e pude cursar disciplinas diversas, como as oferecidas pelos Profs. Drs. Octavio Ianni e Renato Ortiz.

Devo um agradecimento especial à Prof^ª. Dr^ª. Élide Rugai Bastos, tanto pelo excelente curso que assisti, quanto pelas *portas* que me abriu na realização desta pesquisa. Foi a seu convite que participei da mesa que gravou o depoimento de Pedro Renaux Duarte, importante liderança camponesa, para o arquivo Edgar Lehouret, da UNICAMP. Este evento foi determinante para a definição do meu objeto de pesquisa, que passou a ser, desde então, a análise do papel das lideranças políticas em movimentos sociais rurais.

Agradeço à Banca Examinadora pela disponibilidade em ler a tese em um prazo estreito, permitindo assim que eu cumpra os prazos estabelecidos para o término do doutorado.

Ainda ligado a Campinas, não poderia deixar de agradecer aos meus amigos João Carlos e Beth Tedesco, que me receberam como um príncipe durante todo o período que cursei as disciplinas, transformando esse momento em um agradável encontro de amigos.

Tive a sorte de, mesmo cursando uma universidade em São Paulo, manter bons contatos no Rio de Janeiro, que continuaram abrindo outras tantas *portas* que foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. No CPDA/UFRRJ, minha *antiga casa*, onde cursei o mestrado, pude contar com apoios diversos. A convite da Prof^ª. Dr^ª. Leonilde Sérvalo de Medeiros e do Prof. Dr. Sérgio Leite tive o privilégio de participar das discussões e do trabalho de campo do projeto *Os Impactos dos Assentamentos Rurais: Dimensões Econômicas, Políticas e Sociais* (CPDA/UFRRJ/Finep). Foi especialmente importante a fase do

trabalho de campo, que serviu para complementar informações para o meu próprio trabalho, além de contar com as discussões do excelente grupo da pesquisa: Paulo Roberto Alentejano, Inês Cabanilha de Souza e Adrienne Benedeti. Além da Prof^a. Ana Maria Motta Ribeiro, da Universidade Federal Fluminense, que foi uma excelente colega nesta pesquisa e ensinou-me a realizar, de fato, um trabalho de campo: com seriedade, dedicação e respeito às pessoas que se dispuseram a nos prestar informações nos diversos assentamentos que visitamos no Rio de Janeiro. A Ana devo este aprendizado e a sua amizade, pela qual também sou grato.

Ainda no CPDA/UFRRJ, não poderia deixar de citar a Prof^a. Regina Bruno, que além de ser uma pesquisadora que admiro muito é também uma amiga solícita, que não se importou em interromper seus múltiplos afazeres para ler e comentar os esboços de minha qualificação. Seus comentários, como sempre, apontaram caminhos que não tinha desenvolvido nem sequer notado, mas que procurei incorporar, em alguma medida, à tese. Sou grato a Regina pelo seu esforço e pela sua amizade.

Outro espaço importante foi o projeto *Estágio de Vivência em Assentamento Rural*, organizado pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, através da iniciativa estimulante do Diretório Acadêmico do Curso de Geografia, que colocava os estudantes de graduação em contato direto com a realidade que muitos conheciam apenas teoricamente. Acompanhar este processo de descoberta e formação de novos pesquisadores foi muito gratificante. Agradeço ao Cláudio, Caco, Luíza e demais estudantes do DCE. Agradeço especialmente à Prof^a Mônica Cox, também do departamento de Geografia da UFF, que acompanha academicamente este projeto.

Tenho uma dívida de gratidão com as várias pessoas que se dispuseram a prestar valiosas informações e entrevistas que foram essenciais para este trabalho. Agradeço especialmente aos assentados,

lideranças e demais entrevistados nos assentamentos Santo Inácio e São Domingos com os quais tive contato mais direto.

Agradeço às bibliotecárias do CPDA/UFRRJ, Aninha, Rita e Silvia, que permitiram que eu continuasse a freqüentar este espaço e foram sempre prestativas e eficientes. Freqüentei, também, outros centros de documentação e pesquisa aos quais sou grato, especialmente ao AS-PTA, IBASE e FASE.

Devido ao auxílio de todas essas pessoas e instituições posso reafirmar, sem hesitação, que esta tese é um trabalho coletivo. Mas agora queria dizer justamente o contrário, sem medo de ser contraditório: a realização de uma tese é um trabalho tremendamente solitário. Para enfrentar essa solidão, o único auxílio é a presença constante da família e dos amigos, que não caberiam todos neste espaço e o que posso fazer é registrar a minha gratidão por eles serem tantos a ponto de não caberem neste espaço. Mas não posso deixar de agradecer aos meus pais, tia e irmãos que são uma presença constante em minha vida.

Dedico este trabalho a Veronica - com paixão, amor e carinho -, que sabe o quanto lhe devo e, felizmente, é uma dívida que também não posso quitar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a trajetória de lideranças políticas surgidas em assentamentos rurais do estado do Rio de Janeiro entre 1985 e 1995. O seu objetivo principal é traçar um quadro que permita compreender como surgiram, se desenvolveram e atuaram as lideranças entre os lavradores assentados nesse importante período para a questão agrária no Brasil. Busco ver na trajetória dessas lideranças pontos de convergência de diversas redes de relações sociais que caracterizam a vida política e social dos pequenos municípios fluminenses, privilegiando aquelas redes que ligam lideranças e mediadores; lideranças e demais assentados.

Nos anos 80, período no qual inicio a análise, o debate sobre a reforma agrária e sobre o papel dos assentamentos era politicamente muito polarizado, onde a ênfase no seu viés econômico encobria, muitas vezes, outras questões envolvidas nesta expansão dos assentamentos pelo país. É claro que não se questiona a importância de uma resposta econômica eficaz dos assentamentos rurais, já que o que está em jogo,

afinal, é a instalação dessas famílias no campo, a erradicação da pobreza e a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo. Tudo isso é fundamental e deve ser ressaltado. Desde 1985, conforme essas experiências foram crescendo, reforçou-se a idéia de que esse processo envolve mais do que uma melhoria econômica, já que resulta em mudanças mais profundas que mexem com toda a dinâmica social e política, econômica, cultural da região onde desenvolvem-se os assentamentos.

No entanto, um aspecto surpreendentemente pouco explorado neste debate é a análise das lideranças políticas surgidas entre os assentados. O tema toca em pontos centrais para a compreensão da dinâmica da sociedade brasileira, devido à variedade de questões que coloca para se pensar as relações de poder que estão na base para a difícil situação vivida no campo. Estas questões ganharam mais importância à medida que o poder local passou a ser mais disputado, o que corresponde ao período de redemocratização da vida política brasileira iniciado nos anos 80, que transformou a vida municipal em um espaço de grande movimentação política, já que o município passou a ser identificado como a instância onde se pode exercer a democracia representativa de forma mais imediata e com maior participação popular.

É importante lembrar que muitas lideranças surgidas nos assentamentos vêm ocupando posições de destaque na vida política municipal, de vereadores a secretários municipais, chegando, em

alguns casos, a disputar o cargo de Prefeito, posto mais elevado da política local. Esta trajetória não contrapõe apenas o poder local tradicional a uma nova força política vinda de fora, mas implica em uma intrincada trama que envolve o conjunto dos assentados, nos seus diferentes grupos, a população local, os arranjos da política estadual e outras injunções políticas que atravessam a vida local. Em suma, uma rede de relações cuja análise pode contribuir para a compreensão de aspectos importantes resultantes da instalação dos assentamentos rurais, principalmente aqueles relacionadas a uma maior democratização das relações sociais e políticas locais. A democratização interna das organizações dos lavradores desempenha um papel importante neste sentido, pois se espalha por diversos espaços e instituições do município, como conselhos municipais, associações etc.

Ao centrar a análise nas lideranças surgidas nos assentamentos, estou supondo que este é um ponto de observação privilegiado para entender esse processo. As lideranças, como porta-vozes do movimento, acabam por se posicionar na fronteira entre esses dois espaços - o assentamento e a vida municipal, que estão sendo tomados separadamente apenas para facilitar a análise. É por essas lideranças que passam, de um lado, as tensões internas que marcam - como em qualquer espaço político - as alianças e disputas entre diferentes grupos que compõem um assentamento. De outro lado, são as lideranças que se relacionam de forma mais intensa com os grupos "de fora" do

assentamento, sejam eles o poder local, os partidos políticos, as instituições governamentais ou os diversos mediadores presentes.

Ao decidir estudar as lideranças que se formam entre os assentados, tinha em mente um trabalho que mostrasse como surgem, como agem e qual o papel que desempenham esses indivíduos que aparecem publicamente como líderes de um movimento que resiste ao tempo e que, na verdade, cresce conforme a tão falada modernidade avança no Brasil. Mesmo em tempos de globalização e de leituras apressadas sobre o potencial dos movimentos sociais, a luta pela terra permanece como um movimento que não cessa, apontando os limites e as contradições de uma modernidade inconclusa e contraditória, que, porém, não se mostra aberta a questionamentos de qualquer ordem.

No plano intelectual, esta nova hegemonia irradia alguns reflexos que afetam diretamente o meio rural como objeto de estudo. Isso porque, tem havido recentemente uma curiosa e contraditória necessidade de se reafirmar a importância da análise dos movimentos sociais rurais, a despeito da crescente mobilização social no campo. São recorrentes as avaliações sobre a obsolescência desta área de estudos. Para uns, a "modernização" (e as aspas são necessárias) se encarregou de resolver o que antes se chamava de questão agrária. Para outros, ainda que as contradições existam, estão fadadas a desaparecer, embora não se diga como, devido ao avanço da - agora sim - modernidade, trazida pelos ares da globalização. É claro que estou simplificando ao máximo posições que apresentam-se de forma mais

sofisticada, e que, evidentemente, levantam muitos problemas e questionamentos importantes para os pesquisadores envolvidos com os temas ligados ao meio rural.

O diálogo com essas posições foi fundamental para a construção do meu objeto de estudo, pois, de um lado, levou-me a repensar o estatuto de categorias analíticas como, por exemplo, a noção de *vida local*, que tradicionalmente marca as análises sobre os pequenos municípios brasileiros. Atualizar nossa concepção sobre o tema é um esforço necessário neste momento em que o *local* encontra-se atravessado por processos e informações que transcendem o seu espaço, as suas fronteiras. De outro lado, esses questionamentos recentes levaram-me a buscar enfatizar, também, o muito de continuidade presente nos processos sociais e políticos que ocorrem no meio rural, onde se mantêm traços tradicionais, tanto nas formas de exercício do poder, quanto no interrelacionamento entre os diversos atores sociais. A nova inserção da vida local em um mundo globalizado não anula automaticamente antigas relações sociais e de poder, embora seja justo pensar que as afeta de algum modo.

Busquei conhecer os representantes do movimento pela reforma agrária no Brasil tomando como exemplo o caso do Rio de Janeiro no período delimitado entre os anos de 1985 e 1995. O recorte temporal tem um papel central na construção do meu objeto, pois marca um momento importante do debate sobre o tema e sobre os municípios brasileiros, espaço privilegiado para a minha análise. Na década de 80,

a discussão sobre o papel dos municípios voltou a ocupar um grande espaço tanto no debate político, quanto na reflexão acadêmica. Vivia-se então o início da redemocratização política brasileira após o longo período autoritário e centralizador iniciado nos anos 60. A valorização do município, pensado como um espaço privilegiado para a participação política democrática, consolida-se nesse momento devido à maturação de inúmeras experiências de mobilização popular surgidas desde os anos 70, que poderíamos agrupar genericamente sob a designação de *experiências de participação comunitária*.

A partir de 1985, a instauração da Nova República e o início do Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) colocaram os assentamentos rurais no bojo desse processo mais amplo envolvendo a vida municipal. O modo como a instalação de um assentamento dinamiza econômica, política e socialmente a vida local é um fato que vem sendo destacado tanto nos círculos mais envolvidos com o debate sobre a reforma agrária, quanto na mídia de forma geral. Além disso, é um tema que vem merecendo a atenção de pesquisadores de várias áreas. Trata-se de um processo complexo, que aciona diversas esferas da vida local, desde a revitalização do comércio até as mudanças que ocorrem nos arranjos políticos existentes. A importância destas mudanças começa a ser mais visível à medida que muitos dos assentamentos realizados nos últimos dez anos se consolidam como experiências bem sucedidas.

É nesse cenário que surgem e se desenvolvem as lideranças entre lavradores assentados. Portanto, recuperar o papel das lideranças que atuaram nesse processo é um passo necessário para uma melhor compreensão tanto dos assentamentos rurais, quanto das mudanças sociais e políticas no campo por eles influenciadas.

Considerações metodológicas

Gostaria de utilizar este espaço para expor alguns referenciais e instrumentos analíticos usados nesta pesquisa e, também, para refletir sobre as dificuldades que enfrentei na sua realização, pois creio que desse modo estarei permitindo ao leitor situar melhor o lugar de onde estou falando e as posições que defendo, aspectos essenciais para que possa exercer a crítica às minhas colocações.

Acredito que analisar a dinâmica dos assentamentos rurais é um passo necessário para se compreender um setor importante da agricultura brasileira. Talvez este setor não possa ser considerado tão significativo do ponto de vista produtivo, mas é influente do ponto de vista social e político. No início dos anos 90, alguém que dissesse que a pequena produção estaria no centro do debate sobre a agricultura brasileira seria chamado de otimista. Hoje, com o nome de agricultura familiar, ela ocupa espaços os mais variados, da mídia à agenda política nacional, e suas demandas são disputadas por diferentes entidades de representação. É impossível pensar a construção deste espaço sem considerar as experiências acumuladas nos últimos anos,

principalmente através das diferentes formas de mobilização e organização dos trabalhadores rurais.

Esta afirmação coloca, de início, uma questão que diz respeito tanto ao método de trabalho, quanto às implicações teóricas e políticas envolvidas com a utilização do método. Estou afirmando que o conhecimento da história (ainda que recente) do campesinato brasileiro é fundamental para a compreensão da situação vivida hoje no campo. Para uns, esta afirmação pode parecer óbvia; para outros, ao contrário, pode indicar uma visão esquemática e evolucionista. Por isso, a premissa que norteou este trabalho deve ser explicitada: o campesinato brasileiro possui uma história e seu conhecimento representa a aquisição de um patrimônio social e cultural importante para a construção de seu espaço na sociedade brasileira. Mas o alcance explicativo de uma história do campesinato está diretamente ligado ao próprio desenvolvimento da história como matriz disciplinar em nosso meio acadêmico. Não existe, portanto, a história do campesinato brasileiro, mas sim diferentes leituras do percurso histórico deste segmento. A história, como todas as ciências, move-se em meio a certezas provisórias, interesses e ideologias, fatores sem os quais não se explica o desenvolvimento de qualquer campo disciplinar.

Esta introdução é necessária na medida em que está em jogo em uma leitura histórica o reconhecimento - ou não - da importância destes camponeses na vida nacional, e que tal reconhecimento - ou não

- reflete-se diretamente no campo político¹. Ora, mas este trabalho que aqui apresento não é um trabalho de um historiador, já que não se atém ao rigor e aos métodos da pesquisa histórica. Utilizo o método histórico apenas na medida em que contribui para dar solidez à análise sociológica que me propus a realizar. Mas, principalmente por isso, devemos estar atentos para as implicações contidas em uma leitura histórica, já que ao acentuarmos os percalços enfrentados por aqueles que estão à margem do poder poderíamos passar a idéia de uma história dos "derrotados". Nada é mais enganoso do que isso. A história é uma boa conselheira, mas não nos permite traçar os rumos do desenvolvimento do homem. Weber (1994), que soube se valer da história como poucos, nos lembra que a intenção da sociologia é tão somente tentar compreender a conduta humana e fornecer uma explicação causal entre suas origens e resultados. É neste sentido que busco me apropriar da história, isto é, como uma fonte que possibilita uma maior compreensão do meu tema. O que não significa que explore os recursos históricos disponíveis na sua plenitude, mas, como bem sintetizou Veyne:

"O historiador procura fazer compreender as tramas. Como se trata de tramas humanas, e não, por exemplo, tramas geológicas, os resultados serão humanos." (Veyne, 1982: 52)

O que significa dizer que o leitor deve sempre lembrar que o pesquisador escolhe caminhos ao realizar o seu trabalho, mas não os

¹ Conforme sintetizou Sigaud (1989).

percorre na sua totalidade, e que essas lacunas são da natureza do trabalho científico.

Estas desculpas antecipadas não significam que farei um "uso livre" dos métodos de trabalho da história, nem que pretendo traçar o que Reis (1991) ironicamente classificou como uma "historiografia do presente", criticando uma tendência que identifiquei na postura orientada pelo registro jornalístico dos eventos que, segundo o autor, vem dominando parte da produção de teses no campo das ciências sociais, especialmente aquelas que tratam de temas e problemas relativamente recentes. Porém, não posso deixar de reivindicar o diálogo - e aí sim, com certa liberdade - com as várias disciplinas no campo das ciências humanas. Não pretendo cansar o leitor com o inevitável elogio à interdisciplinaridade que abre atualmente todos os trabalhos em ciências sociais, até porque, no meu caso, esta interdisciplinaridade está inscrita na minha formação acadêmica (já que "saí" da Economia para a Sociologia). No entanto, também não posso me furtar a tomar uma posição sobre o tema, pois exerço esta tão falada interdisciplinaridade na prática cotidiana do meu trabalho de pesquisa, seja recorrendo a métodos e abordagens de domínio de outras disciplinas, seja dialogando com profissionais de outras áreas que, como eu, dedicam-se à compreensão do meio rural, em geral, e dos assentamentos rurais, em especial. Este convívio tem representado uma fonte inesgotável de satisfação, que tem enriquecido bastante a minha visão sobre diversos temas desta pesquisa.

Pensar as implicações que a presença de uma liderança coloca no desenvolvimento do processo de mobilização coletiva é um tema especialmente difícil, pois levanta obstáculos que atravessam as fronteiras entre a metodologia, a teoria, a política e a ética. Principalmente, porque nem sempre se pode nomear as lideranças que se está estudando, pois afinal são pessoas públicas, que estão sujeitas a julgamentos de todos os seus aliados e opositores no campo político e, muitas vezes, sujeitas literalmente a julgamentos nos tribunais, o que torna as opiniões emitidas por um pesquisador em um instrumento talvez perigoso em um jogo onde a isenção não é exatamente uma regra presente.

Depois de um longo período de hesitação, optei por não identificar em nenhum momento as lideranças que estudei, pois temia que a sua identificação limitasse, também, a minha capacidade de crítica, sem o que o trabalho correria o risco de se tornar parcial. Além da já citada interdisciplinaridade, possuo outra característica também bastante comum em um pesquisador formado a partir dos anos 80, que é o fato de ter "um pé na mediação", ou seja, que tem refletido sobre o tema ao mesmo tempo em que atua, em alguma medida, nos próprios movimentos sociais. No meu caso, esta participação tem sido bastante modesta, restringindo-se à exposição de meus trabalhos em cursos e seminários organizados por entidades ligadas aos movimentos de trabalhadores rurais. Mas, mesmo assim, este convívio envolve uma série de relações que ultrapassam o

contato pesquisador/pesquisado, já que levam necessariamente a laços de confiança e amizade com essas pessoas que, em princípio, são o meu "objeto" de estudo. Estas questões já são bastante conhecidas pelos pesquisadores, especialmente pelos antropólogos que se dedicam mais intensamente ao trabalho de campo, cabendo, portanto, "domesticar" esses elementos externos para poder operacionalizar a contento o trabalho de pesquisa. Mesmo assim, seus eventuais desvios não têm passado despercebidos e foram expostos por Durham (1986) ao fazer um balanço crítico da produção iniciada nos anos 80:

"Com efeito, assistimos hoje a uma politização crescente do nosso universo social que incide duplamente na situação de pesquisa. De um lado, o próprio clima intelectual tem se desenvolvido no sentido de criticar o isolamento acadêmico, proclamando a necessidade de um engajamento político dos cientistas e enfatizando sua responsabilidade social. De outro lado, são os próprios "objetos de pesquisa" que cobram dos investigadores esse tipo de atuação e de identificação."
(Durham, 1986: 27)

A autora conclui, enfatizando as conseqüências destas transformações:

"Numa formulação sintética e um pouco caricatural, pode-se dizer que estamos passando da observação participante para a participação observante e resvalando para a militância. Se essa transformação da natureza do trabalho de campo apresenta aspectos muito positivos, não deixa de ser verdade que a reflexão teórica e metodológica tem se revelado um tanto omissa quanto aos problemas epistemológicos envolvidos."
(Idem, ibdem)

Na mesma linha de argumentação, Cardoso (1986) conclui que a intensificação da participação dos investigadores corre alguns riscos:

"Isso reduz a pesquisa à denúncia e transforma o pesquisador em porta-voz do grupo. E, como consequência, elimina um dos passos importantes da pesquisa participante, que é o estranhamento como forma de compreender o outro".
(Cardoso, 1986: 100)

Os alertas são pertinentes, mas fica claro que os perigos não derivam de maior proximidade do pesquisador com o grupo pesquisado, mas sim da falta de distinção entre a função do pesquisador e a do militante. Ou seria esta proximidade de fato um problema? Tavares dos Santos (1991), fazendo também um balanço, só que concentrado nos estudos que têm o rural como objeto, conclui que esta proximidade não só é inevitável como pode ser proveitosa, principalmente em um campo de estudos onde o objeto é por si só bastante politizado. Diz o autor:

"Tais características se condensam nos processos sociais agrários, provocando um paradoxo inelutável entre tensões sociais e conhecimento. Um dos efeitos desse paradoxo é a extrema ideologização das análises sobre o 'rural', nas quais a perspectiva política parece sobredeterminar a visão analítica. Acreditamos, ao contrário, que a vivência contraditória deste paradoxo viabiliza uma fecundação criadora, constitutiva do conhecimento sociológico desde suas origens." (Tavares dos Santos, 1991: 15)

Essas questões estiveram presentes ao longo de todo o processo de trabalho e espero que tenha conseguido realizar de modo correto esse difícil processo de aproximação e afastamento do meu objeto de pesquisa. Este aspecto era importante, pois no desenvolvimento da

pesquisa se tornou clara a necessidade de recorrer às entrevistas como um instrumento essencial para captar a movimentação das lideranças ao longo da trajetória que tracei como meta de trabalho. Assim, realizei entrevistas com mediadores, lideranças, assentados, políticos locais etc. Este recurso apresenta, naturalmente, seus problemas. O principal deles refere-se à necessidade de estar permanentemente atento ao fato de que cada um destes entrevistados apresenta diferentes *versões* dos acontecimentos, que expressam o próprio posicionamento de cada um deles na vida política local. À medida que lidava com diferentes *versões* do mesmo fato, mais interessante e complexo se tornava o conhecimento das características pessoais e da atuação das lideranças políticas que queria desvendar. A rede de versões contraditórias é, de certa forma, a história da própria narrativa, pois sabemos que a narrativa inspirada por um fato acaba sendo alterada na boca de cada narrador e na mente de cada ouvinte. Em todas elas, no entanto, tive o cuidado de utilizar apenas aquelas informações que contribuíssem para os objetivos deste trabalho.

Outro problema que enfrentei foi que, ao centrar a análise nas lideranças, corria o risco de utilizar da metodologia histórica justamente o seu viés mais ultrapassado, que é aquele tipo de relato tradicional, limitado às grandes figuras da história, o que acaba por ocultar o caráter realmente social dos movimentos populares, já que a presença do *indivíduo especial* explica todos os êxitos ou fracassos ocorridos. Assim, o relato biográfico pode resultar em um estudo sem qualquer

interesse do ponto de vista sociológico, se não estiver inserido dentro de um esquema teórico-analítico bem definido. Procurei contornar este problema utilizando amplamente as reflexões que têm sido desenvolvidas no campo da chamada nova história e da história oral, que exploram de modo interessante estas questões.² O desafio foi resgatar na trajetória desses indivíduos elementos que servissem para uma análise sociológica sobre a figura do líder, já que o interesse principal não era tanto a figura da liderança em si, mas o papel social que ela desempenha em um determinado contexto e as redes de relações que aciona nos diversos momentos em que atua como representante de um grupo social específico: os lavradores assentados em projetos de reforma agrária. Examinada deste ponto de vista, a análise biográfica sinaliza um caminho interessante que une o individual e o coletivo, pensando que a trajetória individual indica opções feitas, relações estabelecidas, conjunturas vividas, onde a singularidade do indivíduo pode ser tomada como um espaço onde fatos sociais ganham significado.

Isto traz à tona um método, que é ao mesmo tempo um novo modo de olhar antigas questões, que tem movimentado a reflexão em diversos campos das Ciências Sociais. A utilização da biografia, relatos orais e a recuperação de modos de vida como um referencial teórico-analítico interessante de ser usado em um tipo de trabalho como este, pois a análise de biografias, por exemplo, possibilita uma nova leitura

² Apenas a título de exemplo, cito os trabalhos de Chartier (1994); Stone (1991); Ginzburg (1987).

da inserção dos indivíduos nos movimentos coletivos, como na própria vida social de um modo geral, pois os acontecimentos individuais, cotidianos, ganham novo significado quando mesclados com os momentos que estamos pesquisando. É como se cada pessoa trouxesse impressas em si as marcas de uma trajetória que é ao mesmo tempo individual e coletiva.

A trajetória e a memória estiveram juntas na realização deste trabalho, pois mesmo ao tratar de fatos relativamente recentes esbarrava com as interferências da memória que os protagonistas tinham sobre eles, muitas vezes desempenhando papéis diversos dos que originalmente ocuparam. Isto não ocorreu apenas no relato de antigas lideranças, como se poderia pensar a princípio, pois portadoras de uma longa e rica trajetória poderiam, traídos pela idade, modificar fatos ocorridos no passado. Mesmo entrevistando novas lideranças, tratando de fatos ocorridos há cinco ou seis anos atrás, sentia que a memória que tinham dos acontecimentos, ou que os outros tinham de sua atuação, era uma interferência constante, o que me obrigou a refletir sobre o tema. Foi uma feliz descoberta, que abriu novas perspectivas para a pesquisa. Michel Fischer, em palestra recente³, chamou a atenção para esta especificidade das estratégias narrativas centradas no uso de entrevistas, que é o fato de que uma entrevista nunca é sobre o passado ou sobre o presente, há um trânsito destes

³ Palestra proferida no seminário Fronteiras e Interseções. Disciplinaridade e Interdisciplinaridade nas Ciências Humanas (Org.: Rice University/UFRRJ/UFRJ/UERJ), Rio de Janeiro, 10 a 14 de agosto de 1998.

espaços, em geral com projeções para o futuro, que refletem o anseios ou projetos dos informantes.

Por isso, a memória é um tema especialmente delicado e só relativamente há pouco tempo vem adquirindo reconhecimento científico crescente, presente no uso, quase no limite do modismo, dos recursos da história oral, relatos e outras fontes não essencialmente documentais trazidos à tona com o prestígio da chamada *nova história*. Mas como alerta Lobo (1992), estes recursos não são tão recentes assim, cabendo, portanto, analisar os diferentes *contextos* em que emergem e o que sinalizam em termos do "estado das artes" em cada disciplina. O uso progressivo e disseminado em quase todos os campos das ciências sociais - tendo, além da história, a antropologia e a sociologia à frente - seriam, grosso modo, reflexo da crise paradigmática que varreu todo este campo com os questionamentos sobre o estruturalismo, funcionalismo e marxismo como busca de explicações totalizantes sobre as motivações e constrangimentos impostos à ação dos indivíduos.

Interessa analisar a *trajetória* dessas lideranças, que dividi em três momentos que estabeleci como um *recorte* para compreender esse objeto de pesquisa, que seriam:

- 1) O momento da **formação** - onde analisarei o processo de aprendizado que leva a que alguns trabalhadores se destaquem dos demais. Neste primeiro momento, cabe analisar detalhadamente o papel dos mediadores envolvidos nesse processo de formação, cujo perfil

variável é, por hipótese, responsável por algumas das características assumidas por essas futuras lideranças;

- 2) O momento da **ação** – Este momento corresponde à maturação, na prática, da liderança, período no qual pretendo analisar também a sempre tensa relação das lideranças com os demais membros do grupo, assim como as táticas de negociação e confronto com as demais forças atuantes, principalmente com o chamado poder local. Interessa analisar de que modo atuam, principalmente no que se refere à prática política para dentro do assentamento, isto é, geralmente a capacidade de mobilização e convencimento no encaminhamento junto aos demais das propostas do grupo ao qual pertence; bem como em relação à prática política para fora do assentamento, onde se destaca o aprendizado do relacionamento com as diversas agências, governamentais ou ONGs, que atuam junto ao assentamento.
- 3) O momento da **institucionalização** – Corresponderia ao período no qual a liderança é, para o bem ou para o mal, reconhecida pelos demais membros do grupo como tal, embora, como veremos, faz parte da retórica do discurso das próprias lideranças negar a si o papel de líder. Representa também um momento no qual as lideranças estão geralmente mais afastadas do movimento original no qual se formaram, já que estão ocupando outras funções como representantes de um segmento maior que não apenas os assentados.

Utilizei a locução "Batismo de Fogo" para intitular este trabalho pois creio que a presença dessas lideranças políticas representa uma novidade radical na vida política brasileira, que certamente vai merecer análises mais apuradas do que esta que apresento. Como explica o acadêmico Magalhães Jr.⁴, a locução "Batismo de Fogo" mudou inteiramente de sentido no século passado. Originalmente, designava o martírio a que eram submetidos os hereges no tempo da Inquisição, que não tinham tido o batismo de água benta, mas tinham, ao morrer, o batismo de fogo. No século passado, Napoleão III aplicou-a, por engano, *aos que entravam em combate pela primeira vez*. Foi com este sentido que a locução sobreviveu e é com ele que quis descrever a presença destas novas lideranças rurais no cenário político brasileiro.

⁴ Raimundo Magalhães Jr, Dicionário de Provérbios, Locuções, Curiosidades Verbais, Frases Feitas, Etimologias Pitorescas e Citações, Ediouro, s/d.

"O carisma é a grande força revolucionária nas épocas com forte vinculação à tradição. Diferentemente da força também revolucionária da ratio, que ou atua de fora para dentro – pela modificação das circunstâncias e problemas da vida e assim, indiretamente, das respectivas atitudes –, ou então por intelectualização, o carisma pode ser uma transformação com ponto de partida último, a qual, nascida da miséria ou do entusiasmo, significa uma modificação da direção da consciência e das ações, com orientação totalmente nova de todas as atitudes diante de todas as formas de vida e diante do "mundo", em geral"

Max Weber

Economia e Sociedade

Editora da UnB, 1994, vol. 1, p. 161

.....
" *As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas
Sem ênfase.*"

Carlos Drummond de Andrade
Trecho do poema A Flor e a Náusea

CAPÍTULO I

LÍDER: ENTRE O INDIVIDUAL E O COLETIVO

No Brasil, a primeira imagem que vem à mente quando se pensa em lideranças políticas é a figura do líder populista, cuja posição de destaque foi alcançada devido a uma mistura singular de autoridade e benevolência. Este modelo de liderança política tem raízes profundas na história do país, que ultrapassam, inclusive, a período populista propriamente dito. Suas origens mais remotas encontram-se no passado agrário brasileiro, quando os senhores de terra construíram uma forma de dominação com base em intrincadas redes que juntavam relações políticas e pessoais.⁵

⁵ Há um grande e proveitoso debate envolvendo as formas de dominação no meio rural brasileiro, suas diversas manifestações, períodos e esferas de atuação. Existem posições diversas, não necessariamente divergentes, sobre estas formas de manifestação do poder. Martins (1981) enfatiza os aspectos econômicos do que classifica de *clientelismo político*, patronagem, que seria resultado do controle das terras e do comércio local. Outros autores (Herédia, 1972; Garcia Jr., 1990) preferem destacar os aspectos simbólicos dessas relações que ligavam lavradores e grandes proprietários, que se manifestavam nos diversos níveis de vida dos lavradores, desde as práticas econômicas e sociais até as suas opções políticas. Aspectos que variam de região a região, mas são complementares para o entendimento dessas relações de dominação.

Mesmo a ampliação dos direitos de participação política a partir das primeiras décadas deste século não excluiu este perfil de liderança do cenário político, embora o tenha redefinido constantemente desde então, formando um tipo de liderança eficiente e extremamente dinâmico, que se adaptou às transformações havidas ao longo do tempo e, ainda hoje, é uma força política presente não apenas no interior do país, mas também no centro do cenário político nacional. O seu caráter mais ou menos popular fica na dependência da sua capacidade de conquistar as "massas", mas é um tipo de liderança que se realiza sem muitas mediações com o sistema político, que não cria uma consciência política apurada como contrapartida à sua presença. Ao contrário, a sua existência, ainda que fortemente enraizada nos aparatos do Estado, depende da desarticulação de qualquer coisa parecida com o que chamamos de sociedade civil atuante.⁶

A forte presença desse tipo de *liderança política populista* coloca um problema de referência para que possamos pensar lideranças oriundas dos *movimentos populares*, que representam os seus interesses e, mais ainda, que existem somente em função da extrema

⁶ Inicialmente esta discussão esteve concentrada na própria definição de *coronelismo* como uma expressão do poder local nas suas relações com o poder central. Para Leal (1975) o coronelismo restringe-se à I República, onde este pacto de reciprocidade era a expressão de um momento de fortalecimento do poder central, embora ainda dependente do aval político dos líderes locais. Para Pereira de Queiroz (1978) o coronelismo foi apenas uma manifestação do que chamou de *mandonismo local*, que se apresenta assim como um conceito mais amplo. Recentemente, a Ciência Política vem preferindo usar o conceito de *clientelismo* para explicar o fato de que mesmo com a decadência econômica continuar havendo uma forte concentração do poder nos pequenos municípios, indicando novos padrões de legitimação baseados cada vez mais no uso das estruturas do Estado para sua reprodução (Rosa, 1984).

politização dos setores onde essas lideranças se gestaram. Ao estudar as lideranças políticas surgidas em assentamentos rurais no Rio de Janeiro, a partir dos anos 80, enfrentei, de início, esse problema de definição sobre o termo *liderança*, já que os próprios atores que encarnavam este papel tendiam a reagir negativamente ao seu uso.

No entanto, os questionamentos quanto ao papel das lideranças políticas não se devem apenas à especificidade da vida política brasileira. Mesmo nas sociedades com longa tradição democrática, a figura do líder é cercada de indagações sobre as motivações e os limites colocados para o exercício desta função. Há um toque de "maquiavelismo" que compõe a percepção que temos a respeito de qualquer liderança política.⁷

De fato, desde o crescimento do espaço ocupado pelas lideranças rurais no Brasil, a partir dos anos 60, tem prevalecido essa difusão da imagem maquiavélica do líder, ora como "comunista", ora como "radical", denominações que têm embutida uma visão negativa, como se o líder fosse uma espécie de um hábil manipulador da vontade popular. É justamente este aspecto que vem sendo explorado nos últimos anos no debate político envolvendo lideranças camponesas.

⁷ Uma interessante abordagem deste caráter "maquiavélico" que passa a figura do líder encontra-se em Brown e Cohn (1979). Já a questão da influência sobre as massas, exercido não apenas pelas lideranças, mas analisada como um fenômeno exacerbado no mundo contemporâneo pode ser visto em clássicos como o livro de Katz e Lazarsfeld (1956).

Procurando referências na grande imprensa, encontrei apenas notícias carregadas de preconceitos e simplificações, onde as lideranças eram taxadas de "radicais", "atrasadas", "raivosas". É certo que a maior parte dessas lideranças tem um discurso enfático sobre as condições de vida no campo (além de ter Che Guevara como herói), mas será que é só isso o que se tem a dizer sobre elas? Parecia-me surpreendente que essas figuras públicas despertassem tão pouco interesse, que não se procurasse saber quem eram, de onde viam e o que tinham a dizer. O tabú sobre a reforma agrária se manifestava assim na tentativa de desqualificar a presença destas lideranças do cenário político através do que Offe (1986) chamou de *mecanismos seletivos* (do Estado e dos grupos no poder), que atuam através do isolamento (ideológico) e da não-publicização, transformando as demandas dos grupos antagônicos em *não-acontecimentos*.⁸

Ora, se isso é perfeitamente compreensível dentro de um debate político tão polarizado quanto o que envolve a questão agrária brasileira, não explica, no entanto, a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre o papel das lideranças na reflexão acadêmica, que tem dedicado pouco espaço para o tema. Isso não quer dizer que não haja bons trabalhos sobre o tema, mas eles são relativamente poucos frente à magnitude dos problemas e

⁸ Duas grandes reportagens de capa, relativamente recentes, em revista de circulação nacional traduziam com títulos bastante sugestivos a perplexidade que a presença de líderes do MST traziam para o cenário político: *A Marcha dos Radicais* (Veja, 16 de abril de 1997); *A Esquerda com Raiva* (Veja, 03 de junho de 1998).

questionamentos (empíricos e teóricos) que a presença das lideranças políticas rurais vem colocando nos últimos anos.

Por parte dos intelectuais mais engajados com os movimentos sociais rurais, há um certo desconforto em tratar do tema, pois este toca a fundo nas próprias contradições do movimento de luta pela terra, que - como qualquer movimento social - envolve disputas de posições, rivalidades pessoais, luta pelo poder, levando, muitas vezes, a comportamentos políticos que não condizem com o caráter progressista reivindicado por esses movimentos. Ninguém chega a liderança de um movimento sem enfrentar, em maior ou menor grau, esses problemas. Tratá-los em um trabalho que, em princípio, reconhece e defende a legitimidade desses movimentos é, sem dúvida, uma tarefa árdua, que impõe questionamentos constantes.

1.1 - Questões teóricas: uma primeira aproximação

Optei por tratar as questões teóricas dentro do quadro de referência empírica da pesquisa, relacionando-as diretamente com os temas que elas ajudaram a iluminar, evitando assim cansar demasiadamente o leitor com um grande capítulo teórico inicial. Porém, é necessário, desde já, situar brevemente algumas linhas gerais que nortearam a minha aproximação com este complexo tema que é a atuação de lideranças políticas.

A possibilidade de pensar o papel dos indivíduos dentro de um

movimento coletivo foi um dos principais fatores que pesaram na escolha do tema, o que impôs a necessidade de revisitar abordagens consagradas no pensamento sociológico que tratam da ação coletiva. As questões abordadas visam, em última análise, tocar na questão do papel possível do indivíduo dentro de movimentos coletivos e, também, o papel desses movimentos coletivos na democratização das estruturas de poder das próprias organizações dos trabalhadores.

O predomínio do paradigma estrutural-funcionalista, que dominou a reflexão sociológica durante anos, relegou os indivíduos a um papel secundário na explicação das motivações e do desenvolvimento da ação social. A crise paradigmática que varreu a disciplina nos últimos anos trouxe consigo a volta do indivíduo à história, o "retorno do ator", de que nos fala Touraine (1987). Mas, na realidade, se olharmos de modo mais abrangente a produção sociológica, saindo um pouco dos seus embates mais recentes, constataremos que a polarização individual/coletivo é recorrente na reflexão teórica da disciplina, e sobre a qual quase todos os autores importantes tiveram que se posicionar.

Revedo alguns trabalhos dos chamados autores clássicos da disciplina, encontramos a preocupação com o lugar do indivíduo nos movimentos coletivos sendo explorada de diversos modos. A base dessas indagações encontra-se formulada desde o início da reflexão sociológica que busca entender as formas de interação do homem em um grupo mais amplo. Esta indagação básica, por mais genérica que

seja, traz em si a idéia da existência de uma relação dialética entre o indivíduo e a sociedade.

Retomando alguns autores que trataram do tema dentro do vasto campo que a sociologia costuma chamar de teorias da ação, podemos ver posições bastante diversas, mas com pontos interessantes para iniciarmos a construção do campo teórico sobre o qual se assenta a discussão sobre o papel das lideranças políticas. É claro que não há a pretensão de se percorrer as muitas vertentes que compõem este campo, nem sequer esgotar as várias questões que colocam para pensar o papel das lideranças políticas. A intenção é levantar algumas questões em torno do papel dos indivíduos, dialogando criticamente com posições teóricas que trataram da relação individual/coletivo no pensamento sociológico.

Um líder é, no senso comum, um indivíduo especial, acima dos demais, que é portador de uma capacidade de sintetizar na sua figura e nas suas ações o desejo de um grupo mais amplo. Duas idéias importantes estão envolvidas neste pensamento: a primeira é a coexistência ordinária de diversas individualidades que formam o que chamamos de sociedade, que se apresenta indiferenciada quando vista como um todo, mas que possui vários segmentos, diferentes estratificações. A segunda idéia é que, por diversos motivos, alguns indivíduos destacam-se desta maioria e passam a ocupar um lugar de comando no grupo, assumindo um papel específico. Posto desta maneira, no entanto, pode-se passar a idéia errônea de encararmos o

indivíduo e a sociedade como duas entidades antagônicas. Na verdade, o contraponto indivíduo/sociedade está na base da constituição da sociologia como disciplina. A busca de uma definição básica do seu objeto de estudo recai sobre a análise da sociedade e da relação entre os elementos que a compõe. No entanto, como ressalta Norbert Elias (1994), esta definição genérica não deixa claro de que modo se dá a interação indivíduo/sociedade. O autor se pergunta o que é, afinal, essa formação - a sociedade - composta por um grande número de indivíduos, mas que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem por todos nós juntos, que só funciona quando muitas pessoas, tomadas individualmente, querem e fazem certas coisas, mas cujas estruturas e transformações históricas independem das intenções de qualquer pessoa em particular.

Elias conclui que este tema sempre desafiou o pensamento sociológico e gerou, basicamente, dois tipos de respostas. A primeira, é dada por aqueles teóricos que abordam a sociedade como sendo concebida e planejada por diversos indivíduos, como sendo uma criação racional e deliberada de uma obra construída por pessoas tomadas individualmente. A segunda resposta é dada por aqueles que vêem a sociedade como um produto necessário da ação de forças supra-individuais anônimas, que são quase que imunes à intervenção humana. Neste segundo grupo, Elias identifica duas correntes fundamentais. Na primeira, estão os pensadores que vêem a sociedade funcionando através de ciclos. Similar ao modelo biológico,

a sociedade é vista como uma entidade orgânica que passa por uma fase de juventude, maturidade e morte. Elias cita como pertencentes a esta corrente as abordagens que denomina de cosmologias, como as de Spencer e Toynbee. Na Segunda corrente, incluem-se autores que pensam a sociedade também como algo de certa forma automático, mas que caminha em uma direção determinada. É onde inclui as abordagens de Comte e Marx.⁹

1.2 - Indivíduo e coletividade: o que dizem os autores clássicos

Inicialmente, os chamados autores clássicos da disciplina se voltaram para a preocupação sobre o lugar do indivíduo na sociedade a partir da questão da divisão social do trabalho, que era a grande mudança vivida pelos autores do século XIX, quando o avanço da Revolução Industrial gerava uma complexificação na relação indivíduo/sociedade. Esta questão aparece de forma significativa nas obras de Durkheim, Marx e Weber, já que foi um tema que desafiou a todos eles e onde a necessidade de definir o lugar do indivíduo nas transformações em curso aparece de modo bem claro. Retomar esses autores, implica reconstruir a oposição metodológica entre individualismo e coletivismo na teoria social.

⁹ Embora seja extremamente simplificador reduzir a visão de Marx sobre os rumos da sociedade a esta posição teleológica, creio que Elias quis destacar a idéia de Marx sobre o capitalismo como um sistema social com um limite determinado para o qual se encaminharia inexoravelmente. Porém, para uma análise mais complexa da visão histórica de Marx, ver Vilar (1980).

Durkheim (1978) tinha uma visão otimista da integração do indivíduo na sociedade. Este autor parte da idéia de que a divisão do trabalho leva a tipos de estruturas sociais que apresentam uma forma mais elevada de integração social, que classificou de *solidariedade orgânica*. A solidariedade orgânica seria assim a realização das individualidades dentro da sociedade. Diferente, portanto, das sociedades primitivas, onde haveria a predominância da solidariedade mecânica, isto é, a individualidade subjugada por uma consciência coletiva compartilhada pelo grupo, cujos desvios seriam alvo de duras sanções. A crescente divisão do trabalho geraria um novo tipo de solidariedade, baseada na complementação das partes diversas. Sendo seu fundamento a diversidade, a solidariedade orgânica levaria, portanto, a uma maior autonomia, gerando uma consciência individual mais livre. Esta formulação trazia implícita uma reação às idéias individualistas (principalmente de Spencer)¹⁰, e gera uma postura metodológica que vê a sociedade como algo que precede os indivíduos. Ou seja, a sociedade não é a soma de indivíduos, mas sim um sistema que, apesar de formado pela associação de diversas individualidades, representa o que chamou de uma *realidade específica*, que tem suas características próprias (Durkheim, 1966).

¹⁰ Kurt H. Wolf (1960), na introdução da coletânea que organizou, chama a atenção para este ponto, mostrando como Durkheim retoma a atitude anti-individualista de Comte, que afirmava que os fatos coletivos da história e da sociedade estão sujeitos a leis, e não à vontade individual. É neste sentido que Durkheim vai afirmar que a tarefa da sociologia consiste em estudar não o indivíduo, mas os "fatos sociais", que são externos aos indivíduos e sobre eles exercem pressão.

É neste sentido que o autor afirma que a sociedade é uma realidade *sui generis*, pois ela possui uma consciência coletiva que impõe modos de atuar, de pensar e de sentir que nada tem a ver com aqueles inerentes à mentalidade individual. A sociedade é, portanto, uma realidade externa ao indivíduo e sobre ele exerce sua pressão através de uma ordem moral. No entanto, diferente das "sociedades primitivas" onde prevalecia a consciência coletiva às custas da coerção e da repressão, as sociedades modernas se fundam em um tipo de interação que não se faz mais unicamente através da semelhança entre indivíduos e grupos, pois a divisão do trabalho trouxe a independência individual baseada na complementação de partes diversas. Daí seu caráter libertário identificado por Durkheim.

É interessante fazermos um contraponto com a abordagem de Marx a respeito do assunto, pois embora ele parta do mesmo problema, chega a conclusões bastante diferentes. Marx também considerava a divisão do trabalho um elemento central para a compreensão do lugar do indivíduo nas sociedades modernas e, assim como Durkheim, reconhecia o pioneirismo e a importância da abordagem da Economia Política Clássica sobre o tema, principalmente o trabalho de Adam Smith. As semelhanças, no entanto, param por aí. Marx tinha uma visão bastante crítica em relação às consequências da divisão do trabalho, não apenas do ponto de vista da exploração extrema a que a grande maioria dos indivíduos estava submetida no capitalismo, mas também do ponto

de vista filosófico e moral. Segundo ele, a divisão do trabalho impedia a realização do que chamou de *homem total*, que seria aquele indivíduo não mutilado nas suas potencialidades, não amputado nas suas múltiplas aptidões.

O conceito de alienação assume um papel central na explicação de Marx acerca da não realização dos indivíduos no capitalismo. Uma das melhores tentativas de Marx de enfrentar essa questão encontra-se nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (Marx, 1987), escritos em 1844 muito mais como uma sistematização que Marx vinha empreendendo em torno de temas tratados pela chamada Economia Política Clássica, do que propriamente como uma obra acabada. Os *Manuscritos* possuem também um interesse especial por ser uma espécie de ajuste de contas com o passado hegeliano de Marx, que se realizou nesta obra principalmente em torno do conceito de *alienação*. Era um diálogo necessário com os limites de sua formação hegeliana e marcava o início da autonomização do pensamento de Marx através do afastamento da tradição filosófica alemã. Como afirma Elster (1989:57-8):

"Embora de origem hegeliana, o conceito de alienação de Marx não é o mesmo de Hegel. Em Hegel, a alienação é a negação intermediária entre a unidade primitiva e a unidade diferenciada na história da humanidade; é a falta de unidade e de integração social. Como tal, é uma característica do homem e não dos homens individuais. Marx localiza o fenômeno da alienação num estágio histórico similar, mas ao nível dos indivíduos. Essa diferença é um correlato da diferença entre o individualismo ético de Marx e o holismo ético de Hegel."

Marx, ao negar a visão hegeliana da alienação como uma característica genérica do homem, e ao associá-la a um estágio histórico específico, conseguia assim associar de forma definitiva a *alienação* com a *exploração* do homem realizada pelo capitalismo.¹¹ O mais grave é que a alienação impede que os homens reconheçam o seu papel na sociedade, pois produz uma relação de estranhamento deles com o fruto do seu trabalho, já que lhes é completamente indiferente o tipo de valores de uso por eles produzidos, não têm com estes nenhuma relação.

Nos *Manuscritos* Marx pensava a possibilidade de superação do capitalismo como condição para a auto-realização plena dos indivíduos, isto é, para o total desenvolvimento de suas possibilidades físicas, emocionais e espirituais. A esta auto-realização correspondia uma noção de democracia bastante ampla, utópica mesmo, no sentido de que sua efetivação anularia toda espécie de limitação à realização individual e coletiva, constituindo-se na verdadeira unidade do particular e do geral. Nesse sentido, o *homem total* não seria aquele capaz de fazer tudo, mas sim aquele que consegue realizar a sua humanidade. Mas a realização da vocação de universalidade dos indivíduos somente seria possível com a extinção do próprio sistema. Ou seja, ao contrário de Durkheim, que via um

¹¹ A alienação aparecia, para Marx, como o complemento indispensável para a aceitação da exploração, pois legitimava o fato - que em si não tem nada de natural - da apropriação do sobre-trabalho estar baseada na propriedade legítima dos meios de produção. Ao naturalizar a apropriação privada dos meios de produção, a alienação impede uma visão histórica do processo de produção capitalista, isto é, o fato dessa propriedade privada ser fruto de uma apropriação realizada em um momento anterior.

aperfeiçoamento nos níveis de consciência e integração a partir da divisão do trabalho, Marx via no desenvolvimento desta consciência a própria negação da sociedade fundada na divisão do trabalho nos moldes do capitalismo.

Para a nossa reflexão sobre o papel dos indivíduos nos movimentos coletivos, esta abordagem levanta muitas questões, das quais gostaria de destacar, muito brevemente, uma que estará especialmente presente ao longo deste trabalho, que é a associação entre *realização individual e questão democrática*. Se há uma questão sobre a qual Marx se debruçou a fundo foi a questão da desigualdade inerente à expansão do capitalismo. As páginas escritas por ele sobre o processo de expropriação, a destruição dos laços comunais ou a extrema exploração do primeiro industrialismo são mais do que reveladoras da essência do sistema, são uma espécie de consciência incômoda a nos lembrar constantemente a presença dessa desigualdade ainda hoje. A primeira leitura de *O Capital* mantém esse impacto, como descreveu magistralmente Edmund Wilson (1987: 279):

"Sentimos que, pela primeira vez, nos foi revelado a verdadeira estrutura de nossa civilização, e que ela é a mais feia que jamais existiu - um estado de coisas que é difícil dizer o que é pior, se a degradação física dos trabalhadores ou a degradação moral dos patrões."

A questão democrática emerge na sua plenitude no pensamento de Marx. Não se trata de uma questão que se preste à disputa ideológica, embora tenha sido apropriada desse modo por aqueles que

postulavam a morte da teoria marxiana relacionando-a com experiências autoritárias do chamado socialismo real. Não se trata, também, de uma questão secundária na construção de sua argumentação. Ao contrário, é o centro de suas preocupações, representa a síntese do seu pensamento que se pretendia teórico e histórico, teoria e *praxis*. Portanto, não é novidade insistir no fato de que todos os esforços realizados por Marx no sentido de desvendar os mecanismos de funcionamento do capitalismo tinham o objetivo de fornecer subsídios para a sua superação, devido à certeza que tinha acerca das limitações que o capitalismo impunha à emancipação plena dos homens. Este é o sentido inicial, mais amplo, embora também o mais abstrato que a questão democrática assume no pensamento de Marx. Democracia como sinônimo de liberdade, liberdade como a possibilidade de explorar as múltiplas possibilidades presentes na experiência humana.

Já a originalidade do pensamento de Weber, na sua primeira aproximação com o lugar do indivíduo na sociedade, está no fato dele integrar as estruturas e instituições sociais às atividades do homem, que, ao mesmo tempo que as produz, é o dono de suas significações. Como ressalta Freund (1987), esta postura analítica está presente nas próprias expressões usadas por Weber, tais como *socialização* e *comunalização*, ou seja, o seu interesse é ver como o indivíduo se comporta na sociedade, na comunidade, como forma essas relações e também as transforma. O aspecto central da vida social é dado pela

ação do homem. As relações sociais explicam-se pelas intenções, interesses e pelos diferentes sentidos que lhes atribui o homem ao longo do tempo.

Segundo Weber (1994)¹², a divisão do trabalho leva ao ordenamento metódico das ações dos indivíduos em um horizonte eminentemente prático. Este processo é tão mais desenvolvido quanto menos for humanizado. Por isso, Weber temia que o desenvolvimento histórico da humanidade conduzisse à vitória completa do "técnico" sobre o homem da cultura e do espírito. Para ele, a tendência à burocratização e à racionalização adaptaria o modo de vida, as práticas de trabalho e a própria consciência dos indivíduos ao *ethos* capitalista. A racionalização do mundo moderno tomaria conta da vida social, preenchendo todos os espaços da existência individual, induzindo comportamentos e rompendo com o que anteriormente se tinha como autonomia. A autonomia possível seria outra, se daria em uma ótica hedonista, através da criação de imaginários e do desencantamento do mundo.

1.3 - Abordagens contemporâneas

Como mostra Alexander (1987), a guinada das teorias sociais em direção ao indivíduo apresenta um caráter cíclico e, recentemente, estas mudanças na direção da teorização, saindo da busca totalizante

¹² Especialmente Volume 1, cap.II, #40 (*influência da economia sobre a formação de associações*)

(das macroteorias) para as novas abordagens que privilegiam o ator social, representam a tentativa de dar conta das transformações que vêm acontecendo nas sociedades contemporâneas. Uma das características centrais deste movimento é repensar a relação ação/estrutura, que foi por demais reiterada nas análises de viés estruturalista, substituindo-a por uma relação mais flexível, que encontrou espaços nas análises voltadas para o binômio ator/sistema. Um dos aspectos interessantes destas novas proposições é justamente pensar a possibilidade dos indivíduos serem donos, em grande medida, do sentido de suas ações, sem que estas estejam dadas, *a priori*, por uma consciência de classe, que explicava todo e qualquer comportamento dos atores sociais.

O interesse pelo lugar do indivíduo aumenta à medida em que o processo de interação global se expande. Ao contrário do que se poderia supor, não prevalecem as avaliações sobre a perda de espaço do indivíduo na sociedade, a vitória da impessoalidade e a racionalização extrema das relações sociais. Muitas análises atuais apontam também outras perspectivas - mais otimistas - envolvidas neste processo. Touraine (1994), por exemplo, recusa a idéia da sociedade moderna como sendo essencialmente individualista, se pensarmos no que este conceito carrega de negatividade. Trabalhando com o tripé indivíduo/sujeito/ator, Touraine conclui que vemos hoje se afirmar o que chama de "relação a si", ou seja, uma afirmação do sujeito que se define por sua reivindicação de ser ator

social, de resistir às várias formas de dominação difundidas massivamente.

No mesmo sentido, Giddens (1991) afirma que o individualismo baseado em uma idéia de racionalidade econômica está associado a um tipo de otimismo que não existe mais. O que mudou? Antes, o sistema econômico e social era o lugar da segurança, conduzido pela razão e para o progresso. Hoje, a idéia de uma sociedade de risco leva a que os indivíduos busquem apoio neles mesmos e nas suas relações interpessoais.

Elias (1991) ressalta que todo processo de integração, como é o caso hoje da globalização, implica em uma transferência de poder, onde o indivíduo certamente perde poder em relação à sociedade, altera-se significativamente a margem individual de decisão. Por outro lado, Elias identifica também pontos positivos neste processo, como o que chama de "novo *ethos* mundial", que se define por um aumento da identificação entre uma pessoa e outra, como que um novo sentimento global de responsabilidade pelos destinos dos indivíduos, como, por exemplo, a multiplicação de campanhas em prol dos desvalidos, refugiados etc. Enfim, o que quero ressaltar é que a antinomia indivíduo/sociedade permanece como um tema central na reflexão sociológica atual e que insiste em nos provocar até hoje.

Recentemente, as ciências sociais têm dedicado especial atenção aos grandes esforços de síntese na teoria social, que tem procurado se situar além da tradicional dicotomia entre indivíduo e sociedade. Isso não significa, porém, a rejeição das postulações clássicas, mas sim a compreensão que esses autores apreenderam parcialmente a realidade social, cabendo a nós buscar em cada um deles pontos relevantes para compreendermos, hoje, esta realidade. Giddens (1991) colocou bem este ponto ao afirmar que a *natureza da modernidade* foi pouco compreendida pelas ciências sociais, pois cada um dos grandes teóricos captou um aspecto relevante desse objeto. Assim, Marx viu que a ordem emergente da modernidade era a ordem capitalista e dedicou todo seu esforço para compreender a fundo o seu mecanismo básico de funcionamento. Durkheim percebeu que o caráter transformador dessa ordem deriva da divisão do trabalho. Weber, por sua vez, percebeu que a racionalização, expressa na crescente burocratização da sociedade, era uma característica importante da modernidade. O que Giddens chama atenção é que essas características não são mutuamente excludentes, pois a modernidade é multidimensional e cada um desses elementos representa um papel importante na compreensão dessa ordem. Esta ressalva é útil para buscarmos nesses diferentes autores questões relevantes quanto à questão do indivíduo.

Estou chamando a atenção para este ponto pois, a meu ver, a recuperação recente do papel dos indivíduos está ancorada, em

grande parte, na constatação de que a superação de uma ordem injusta não pode ser feita às custas da supressão do individual em nome de um movimento coletivo, por mais fundamental que seja a atuação coletiva. Esta constatação, aparentemente óbvia, é, no entanto, resultado de uma longa trajetória da reflexão - e da atuação - dos setores identificados com o marxismo. Isso pode ser visto, por exemplo, no ressurgimento recente do interesse em torno da noção de sociedade civil, que permite a junção das noções de *direitos individuais* e *ação coletiva*. Retomarei essa reflexão quando for tratar do aparecimento das formas de organização e mobilização no Brasil dos anos 80, pois o paralelo com a situação brasileira é evidente, já que o golpe militar de 1964 abre um processo semelhante, que se instaura com a supressão das liberdades individuais, atomização da sociedade através da desmobilização dos seus setores mais organizados, assim como a fusão das hierarquias política, ideológica e econômica, medidas que juntas buscaram banir a idéia de sociedade civil em nome de uma suposta unidade dos interesses da nação. Nesta conjuntura, o resgate da noção de sociedade civil teve uma função basicamente política, pois passa a significar qualquer movimento que buscasse marcar sua independência em relação com o Estado, gerando, por um longo período, uma postura dos movimentos sociais de se posicionarem "de costas para o Estado", como modo de marcar sua autonomia. Por ora, no entanto, gostaria apenas de marcar bem esta relação entre *realização individual* e

questão democrática como um ponto central na nossa reflexão sobre o papel dos indivíduos nos movimentos coletivos.

1.4 - Liderança, comando e direção

A centralidade do conceito de classe social na reflexão sociológica sobre os processos de ação e transformação social opôs artificialmente o papel dos sujeitos coletivos e as motivações e a subjetividade individuais. Nas sucessivas leituras e em algumas vulgarizações da teoria de Marx o indivíduo foi perdendo espaço nesse processo, quase desaparecendo sobre camadas de interpretações surgidas ao sabor de conjunturas e interesses os mais diversos. Regimes totalitários de todos os espectros foram descartando ou reabilitando os conceitos de classe, ideologia, revolução, comunismo, socialismo, dentre outros.

O conceito de consciência foi talvez um dos mais usados neste embate ao mesmo tempo ideológico e político e não saiu ileso, servindo para enquadrar quaisquer desvios na forma de pensamento dos indivíduos pertencentes a cada uma das classes existentes. Como as classes existentes estavam em confronto, real ou potencialmente, esses desvios assumiam quase o caráter de "traição" com a sua classe, por aqueles que os manifestavam.

A retomada do pensamento de Marx - assim como de outros autores clássicos, como Weber e Durkheim - preenche atualmente

grande parte da reflexão em Ciências Sociais. Neste processo de retomada, como seria de se esperar tem havido uma apropriação bastante diferenciada da obra de cada um destes autores. No caso de Marx, no entanto, é curioso ressaltar o quanto a sua reflexão tem servido para entender um momento que, em princípio, tinha tudo para negá-la.

Nunca o sistema capitalista foi tão hegemônico como é hoje, seja em termos de sua expansão territorial pelo planeta, seja por sua primazia ideológica como modelo de organização econômica e política, visível no caráter quase inquestionável que assume a economia de mercado em nível mundial. Ao mesmo tempo, e justamente por essas características que o sistema assumiu, nunca foi tão urgente responder às contradições básicas que o capitalismo coloca. Estas contradições estão presentes no âmago de sua expansão em nível mundial e, mais que isso, são, segundo Marx, constitutivas do sistema capitalista, ou seja, se manifestam desde a sua origem até os dias de hoje, ainda que sob formas variadas.

Entender a relação entre questão democrática e realização individual é um eixo fundamental neste processo de retomada do pensamento de Marx. Mas a questão democrática assume muitos sentidos ao longo do desenvolvimento do pensamento de Marx, e tantos mais nos diversos autores marxistas que disputam sua herança intelectual. Chauí (1983) argumenta que a relação do pensamento de Marx com a democracia tornou-se controvertido

devido ao predomínio das leituras que enfatizavam um certo abandono da perspectiva democrática em função do privilégio dada às questões econômicas na sua explicação dos limites do capitalismo como sistema. Ora, posto desta forma perde-se de vista a real intenção de Marx de tocar a fundo as reais contradições do capitalismo, onde a crítica recaía sobre o Estado democrático burguês, cuja legitimidade baseava-se na exploração do trabalho. O direito como igualização dos desiguais só existe, portanto, a partir do momento em que o trabalho tenha mudado inteiramente de forma.

Como sintetizou McLellan (1983:27):

"(...) para compreender a dinâmica da revolução, era necessário compreender a dinâmica da sociedade capitalista, sua lei econômica de desenvolvimento - e Marx dedicou o resto de sua vida à descoberta desta lei."

A questão social nasce com o capitalismo, e Marx conseguiu traçar um retrato fiel do que era esta questão nos primórdios do capitalismo industrial. Entendida como exploração e miséria, a questão social podia ser associada diretamente com a emergência do proletariado. Grosso modo, poderíamos dizer que a ação coletiva, pensado como classe, é fundamental para sua visão do processo da transformação social, para a revolução, mas não esgota as possibilidades da questão democrática no pensamento de Marx, que tem nos Manuscritos a sua teoria da subjetividade, do lugar do indivíduo.

Como enfatizamos no item anterior, nos Manuscritos Marx pensava a possibilidade de superação do capitalismo como condição para a auto-realização do indivíduo. Este sentido do conceito de auto-realização individual vai progressivamente se ampliando na sua reflexão, porém mantendo uma postura extremamente crítica em relação às correntes filosóficas centradas no indivíduo tomado de forma isolado, isto é, sem estar inserido em determinadas relações sociais. Pensar a possibilidade de auto-realização individual significou, para Marx, constatar que no capitalismo ela só é possível para a minoria dos indivíduos. E, mais que isso, somente pode se dar através da não-realização da ampla maioria. Estava exposta, ainda que de forma sumária, a teoria das classes sociais e a contradição básica que alimentava o sistema e que ia levá-lo, mais cedo ou mais tarde, à extinção. A partir daí, era fácil desfiar a trama e alguns outros conceitos já vão aparecendo, tais como fetiche, ideologia, consciência. Um a um esses conceitos vão se incorporando à visão de Marx sobre o capitalismo.

Tomemos o conceito de consciência, central na sua idéia de realização entre o geral e o particular. Este conceito é longamente explorado em A Ideologia Alemã :

"A produção de idéias, das concepções e da consciência se encontra direta e intimamente ligada à atividade material dos homens, e como tal é a linguagem da vida real. (...) os homens é que são os produtores dos seus conceitos, de suas idéias etc, mas os homens reais, ativos, condicionados por um dado desenvolvimento de suas forças

produtivas e do tipo de relações que a elas corresponde, inclusive as mais amplas formas que tais relações possam assumir. A consciência jamais pode ser outra coisa senão Ser consciente e o Ser dos homens é o seu processo de vida real."
(Apud Weffort (1989): 258)¹³

Interessa marcar não só o sentido da democracia como a realização do homem consciente e dono de si mesmo, mas também o papel crítico que tal definição tem da representação hegeliana de Estado Moderno como representante do bem comum. Esta função só é possível de ser exercida se o Estado tomar para si todas as decisões sobre o que é comum, restringindo a esfera da política e despolitizando a sociedade civil (Coutinho, 1985:17). Mas não é apenas contra Hegel que o pensamento de Marx se insurgia nesse momento. Esta ruptura que está presente em A Ideologia Alemã radicaliza-se posteriormente nas Teses contra Feurbach. A humanidade abstrata dotada de uma razão comum, como propunha Feurbach, era para Marx uma armadilha, pois não permitia a compreensão das múltiplas dimensões (não abstratas) do real, como ocultava a percepção do seu desenvolvimento histórico. O materialismo histórico exposto em A Ideologia Alemã foi, como ressalta Wilson (1987:123-4), o modo de Marx livrar-se da religião de uma vez por todas, "(...) colocando as emoções, as moralidades do homem em relação com as vicissitudes da sociedade.". vale dizer, foi a

¹³ Como ressalta Weffort (idem:238-9), Marx desqualifica o papel atribuído por Hegel à burocracia como sendo este representante do geral e coloca em seu lugar o proletariado, retira a primazia do Estado e coloca em seu lugar a Sociedade Civil. O Estado é visto na sua materialidade, isto é, como um ente que exerce a função de preservar a propriedade privada e, assim, preserva a divisão da sociedade em classes.

forma que encontrou de converter essas abstrações em forças atuantes no mundo real.

A ênfase no coletivo não anulava, assim, o papel e a importância do indivíduo nesse processo de transformação. Mas a realização da individualidade pensada por Marx era impraticável nos limites do capitalismo, cuja superação só seria possível de ser alcançada através de uma ação prática que teria que assumir, necessariamente, um caráter coletivo. Mais do que a explicitação da sua descoberta sobre as leis que regem esse sistema, havia aí também uma visão extremamente crítica sobre os limites da igualdade no capitalismo. Ao desvendar os limites da democracia burguesa, Marx se tornaria essa espécie de consciência crítica do seu tempo. Esta consciência crítica permanece presente até hoje, pelo menos para os que não aceitam hipocritamente as conquistas do capitalismo sem aceitar igualmente suas derrotas, a desigualdade que sua expansão continua impondo. Marx escreveu no prefácio da primeira edição de *O Capital* uma frase que, embora se referisse à situação dúbia vivida pela Alemanha de seu tempo, poderia ser plenamente utilizada para entendermos a atualidade de seu pensamento, escreveu ele: *"Somos atormentados pelos vivos e, também, pelos mortos"*. Talvez esta frase seja útil para refletirmos porque o pensamento de Marx, tantas vezes declarado como superado, insiste em nos provocar até hoje.

Mas a compreensão do que seja uma liderança não passa apenas pela questão da realização individual em movimentos coletivos, embora acredite que seja importante para entender o ambiente atual em que surgem as lideranças analisadas. Ser um líder diz mais respeito às categorias *virtú* e *fortuna*, como sintetiza bem Vianna (1991) ao descrever o lugar do ator no jogo político:

Começa-se por Maquiavel tanto por razões de cronologia como porque o assunto já parece estar maduro para sua intervenção. As duas categorias-chave são a virtú e a fortuna. A primeira se exprime em qualidades próprias a um ator no jogo do poder, dom que se manifesta ao fundar ou manter instituições políticas estáveis que preservem a sociedade dos seus conflitos internos e externos." (Vianna, 1991:128)

Conclui chamando a atenção para a importância do dom carismático, no sentido atribuído por Weber, e define com exatidão o que podemos entender por liderança:

"Dom carismático que pode, como em Weber, se rotinizar nas instituições criadas pela sua intervenção, e que supõe que o ator não aja em interesse próprio e sim como alguém que, por estar envolvido no jogo do poder, compreenda sua lógica e se disponha a aplicar uma estratégia sobre ela em favor do interesse geral." (Idem, ibdem)

A questão do carisma se mostrou importante nesta pesquisa, mas não é suficiente para explicar o processo de geração de lideranças. Como veremos, o termo liderança política assume perfis variados no interior de um assentamento. Por liderança, entende-se aqui que são aqueles lavradores que se destacam, geralmente desde a

fase dos acampamentos ou do processo de resistência na terra, e passam a ser alvo de atenção das entidades de assessoria. Tornar-se uma liderança envolve sempre vocação e preparo, pois um líder não nasce pronto. Do mesmo modo, o exercício da liderança é um exercício constante de aprendizado, que ora aproxima ora afasta o líder da sua base. Encontramos lideranças políticas surgidas em assentamentos que estão hoje ocupando cargos diversos, seja nas organizações dos próprios trabalhadores (como sindicatos locais, postos nas carreiras sindicais da FETAG ou da CUT/Contag, nos quadros do Movimento dos Sem Terra), seja nas esferas político-administrativas municipais, de vereadores a secretários municipais.

Ser uma liderança é ter a capacidade de falar em nome de um grupo, não necessariamente em nome de todo o grupo, pois dificilmente uma liderança existe sem confronto com outras forças políticas dentro e fora dos assentamentos. Ser o porta-voz do grupo significa também ter poder de mobilização sobre ele, que funciona, assim, como um "capital político" (Bourdieu, 1989) para a liderança usar como prova de sua legitimidade.

Ser uma liderança é, por fim, "*viver para a política*", para usar o sentido atribuído por Weber (1993) ao termo, ou seja, é transformar a política na razão da sua vida, seja por gosto pelo poder, seja pela necessidade de se colocar a serviço de uma causa que dá sentido à sua vida. Em nenhum assentamento encontrei uma liderança sequer que não se nutrisse desta paixão pela política.

Todas as lideranças que encontrei exercitam, de algum modo, um poder de convencimento, possuem uma capacidade de mobilização vinda do bom uso das palavras, da retórica, da capacidade de analisar situações políticas com rapidez, do talento em conduzir um tema ou dar os rumos para os sentimentos dispersos no grupo. A existência de "indivíduos especiais" foi uma questão presente ao longo de todo este trabalho, da qual procurei, sempre que possível, me distanciar, pois a meu ver dificulta a compreensão dos mecanismos que ligam a mobilização à ação coletiva. A força do carisma é um elemento presente, mas busquei não ver nela a única explicação para a existência e reprodução das lideranças. Confesso, porém, que mesmo depois de analisar, decompor e recompor trajetórias de lideranças, permanece intacto o fascínio inicial, um certo traço inexplicável, misterioso, que conduz certos indivíduos à liderança de movimentos coletivos. Entender a trajetória de uma liderança é, por tudo isso, adentrar em um espaço onde nem tudo é objetivo.

CAPÍTULO II

LIDERANÇAS RURAIS NO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo percorro brevemente algumas reflexões produzidas sobre o processo de organização política dos lavradores no estado do Rio de Janeiro a partir de 1950, enfatizando o papel das primeiras lideranças rurais do estado. Achei importante iniciar com um período anterior aos anos 80 pois, de um lado, evita um tratamento episódico da mobilização camponesa, que costuma mascarar a real dimensão dos conflitos existentes no campo. De outro lado, esta volta ao passado ajuda a comparação com o período que analiso mais a fundo, mostrando como a atuação dos agentes sociais é moldada dentro de determinadas experiências culturais, como, por exemplo, a presença de certo tipo de mediação, e fortemente influenciada pelas condições existentes em cada conjuntura.

Utilizei parte do material de entrevistas da minha tese de mestrado no item 1.1, embora uma discussão diversa da qual aquela tese originalmente se referia. Dialogo com outros autores que recuperaram importantes depoimentos de antigas lideranças rurais, buscando compor o perfil e o significado de uma liderança naquele período.

2.1 - Lideranças rurais do período pré-64

Existem vários trabalhos sobre a mobilização camponesa no período pré-64, bem como relatos e depoimentos de antigas lideranças que contribuem para a compreensão desse período especialmente rico para as mobilizações no campo brasileiro.¹⁴ Portanto, não pretendo recuperar neste espaço os principais acontecimentos de uma conjuntura tão densa. Optei por concentrar esforços no processo de formação das lideranças do período e nas suas formas de atuação, pois através delas podemos compor um quadro bastante esclarecedor do ambiente em que essas lideranças se movimentavam e as forças políticas com que se relacionavam, fosse como aliadas ou opositoras.

No Rio de Janeiro, os conflitos de terra começaram a ocorrer de modo mais sistemático na região da Baixada Fluminense a partir dos anos 40, em função do avanço de "grileiros" sobre as terras ocupadas,

¹⁴ Usei como referência dois excelentes trabalhos sobre essas primeiras lutas no estado: Araújo (1982); Grynspan (1987). Quanto aos relatos de antigas lideranças, usei Pureza (1982); Costa (1996) e dados de 4 entrevistas.

desde o início do século, por lavradores que se estabeleceram na região com o cultivo da laranja. É importante ter em conta que o crescimento dos conflitos na Baixada inseria-se em uma conjuntura mais ampla, não exclusiva ao Rio de Janeiro, que tinha como fundo o momento político que combinava o fim do Estado Novo e a promulgação da Constituição de 1946, o que permitiu uma maior visibilidade dos conflitos emergentes e, principalmente, possibilitou a busca de encaminhamentos legais, que levaram à formação das primeiras associações de lavradores. Ainda dentro desta linha de explicação, é importante considerar a influência decisiva das forças políticas que voltaram a sua atuação para o campo, principalmente o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A ação do PCB nesses primeiros conflitos visava dar organicidade para a evolução do processo de mobilização, deslocando membros do partido para as áreas de conflito e apresentando aos trabalhadores ameaçados os meios possíveis para o encaminhamento de suas demandas. Porém, o interesse estratégico despertado pela causa das "massas camponesas", segundo o jargão do PCB na época, colocava no horizonte a necessidade de uma maior articulação entre os conflitos que eclodiam nos diferentes pontos do Rio de Janeiro; articulação que, pelo menos em relação às lideranças, se dava também com os movimentos de trabalhadores urbanos (Grynszpan, 1987:2).

José Pureza, no importante depoimento sobre sua trajetória, relata de modo reticente o seu ingresso no movimento camponês do período, diz ele:

"Resolvi viver no campo no final do ano de 1947. Nessa época eu trabalhava em construção civil na cidade do Rio de Janeiro como educador e participava das lutas operárias. Os trabalhadores da cidade estavam se organizando, mas no campo não havia nada nesse sentido e eu achava que os dois movimentos - campo e cidade - deveriam marchar juntos."
(Pureza, 1982:17)

A hesitação de Pureza em falar abertamente sobre a origem de seu envolvimento com o movimento operário ligado ao PCB é perfeitamente compreensível, além de ser bastante reveladora da força da repressão que se abateu sobre as lideranças do período, que mesmo após tantos anos (o depoimento foi dado em 1982) mantêm a lealdade aos princípios que nortearam suas ações naquele período tão difícil, onde a clandestinidade era a única forma possível de sobrevivência, tanto do movimento quanto deles próprios.

Como conta O'Dwyer (1982), no prefácio das memórias deste líder, Pureza viveu de modo clandestino desde o golpe de 1964 até 1973, quando foi preso no Nordeste. Mesmo de volta ao Rio de Janeiro, só saiu da clandestinidade a partir de 1979, quando os primeiros ventos da abertura política traziam os exilados políticos de volta ao país. Até então, como sintetizou a autora, *"Pureza viveu exilado no seu próprio país"*.

A história desses primeiros momentos de luta se confunde com a história pessoal dessas lideranças que surgiam na fase de eclosão dos conflitos e que ganhavam força à medida que conseguiam articular apoios externos e dar organicidade às lutas locais. Na minha Tese de Mestrado (Pinheiro, 1993) tive a oportunidade de entrevistar uma antiga liderança rural que explicou muito bem o papel desempenhado pela mediação naqueles primeiros momentos de organização. A maior presença desses "agentes externos" representou nesse momento um apoio fundamental para os lavradores, que encontravam-se isolados, como explicou-me em entrevista o Sr. Rondão, primeira liderança surgida no município de Trajano de Moraes:

"No princípio de tudo, apareceu aqui um tal de Júlio de Oliveira. Diz que ele era comunista, mas eu nunca também percebi que ele era comunista."

Nesse período, início dos anos 60, havia se verificado um grande crescimento da organização camponesa no estado. Em 1952, José Pureza tinha fundado a ALF (Associação dos Lavradores Fluminenses), mas com o tempo cresceu o número de associações semelhantes no estado, justificando uma federação que lhes desse articulação. Assim, em 1959, durante o I Congresso de Lavradores Fluminenses, a ALF se transformou na FALERJ (Federação dos Lavradores Fluminenses), ligada a nível nacional à ULTAB. Mas, desde 1959, a eleição do Governador Roberto Silveira colocou à frente do executivo estadual um político que vinha se firmando através do

apoio dos setores mais populares, entre eles os lavradores da Baixada Fluminense, já naquele momento o principal colégio eleitoral do estado. Silveira ajudou a fundar a FLERJ, outra federação de lavradores que passou a disputar espaço com a FALERJ. A concorrência entre a FALERJ e a FLERJ ajudou a que as associações de lavradores saíssem da Baixada, espalhando-se pelo estado. De Cachoeiras de Macacú, região com grande quantidade de conflitos naquele momento, o PCB subiu a serra, levando membros do partido para articular os trabalhadores rurais em áreas onde se iniciavam litígios e foi assim que chegou a Trajano de Moraes, como contou em entrevista uma liderança sindical recente:

"Só que eu conheço, ou conheci, tinham umas cinco pessoas que passaram por Trajano. Várias pessoas que vinham da Baixada ajudar a fazer o trabalho aqui. E aí, naquela época, conseguiram fazer umas lideranças por aqui."

Mesmo assim, este movimento de organização não se realizou sem dificuldades. Quando o membro do PCB chegou a Trajano de Moraes encontrou ainda uma grande resistência por parte dos lavradores, como explica o Sr. Rondão:

"Ele correu Trajano de Moraes aqui na época pedindo cobertura para envolver com negócio de sindicato. Ninguém aqui sabia o que era sindicato, como eu também não sabia. Ele bateu aqui em casa, ninguém aceitou por aí. Veio a primeira vez, eu não aceitei; veio a Segunda vez, também não aceitei. Na terceira vez, eu fiz uma proposta a ele, eu resolvi aceitar com a proposta que eu fiz a ele..."

A proposta do Sr. Rondão consistia, basicamente, em reivindicar para si a condução das lutas dos trabalhadores da região:

"(...) aquilo que eu apoiasse era feito; o que eu não apoiasse, nada feito."

Esta reivindicação baseava-se na avaliação de que já conhecia os problemas vitais que afligiam aqueles lavradores e, mais que isso, que já era reconhecido por esses como uma liderança. Disse ele:

"(...) porque o povo aqui me conhece, não conhece o senhor. Então, eu vou ser o seu representante aqui com o povo."

Em outras palavras, as causas do partido teriam que passar necessariamente pelas causas locais. Martins (1981) chamou a atenção para este ponto ao mostrar que se, de um lado, os sentidos dados pelo PCB às lutas no campo foram sofrendo modificações ao longo de sua atuação, por outro lado, na prática, o trabalho do partido se fazia bastante próximo à realidade dos conflitos de cada comunidade, levando, inclusive, a contradições entre essas práticas e as orientações da cúpula predominantes em determinados momentos.

Entretanto, a fase inicial de mobilização no município foi de grandes dificuldades. A reação dos fazendeiros à notícia da tentativa de fundação do sindicato foi imediata e se manifestou nas formas costumeiras que, ainda hoje, assume a violência no campo. O Sr. Rondão foi ameaçado de morte várias vezes e, segundo seu relato, escapou de muitas trincheiras de capangas para matá-lo.

Situações semelhantes são descritas por quase todas as lideranças rurais do período. A convite da Profa. Dra. Élide Rugai Bastos, tive o privilégio de participar da mesa que gravou o registro feito por Pedro Renaux Duarte, importante liderança camponesa do pré-64¹⁵, para o arquivo *Edgar Lehout*, da Unicamp. Nele, Pedro Renaux contava em detalhes a sua trajetória, que continha elementos semelhantes aos descritos por Pureza e pelo Sr. Rondão. De origem urbana, Renaux enfrentou desde o deslocamento da cidade para o campo até as dificuldades vividas nos primeiros momentos no meio rural, que era um ambiente estranho para ele até aquele momento. A inadaptação, a distância da família e outras dificuldades enfrentadas são comuns em todos esses relatos. Este depoimento foi especialmente emocionante, pois na platéia do auditório da Unicamp estavam filhos e netos de Pedro Renaux, o que levou-o a descrever em detalhes a relação com a família naqueles momentos de separação e clandestinidade.

Ao analisar este tipo de trajetória, surge sempre uma pergunta: *afinal, o que move uma liderança?* O que leva a que certos indivíduos assumam para si uma tarefa tão árdua? A idéia da existência de "indivíduos especiais" é tentadora, mas esclarece muito pouco. Ao mesmo tempo, a pergunta permanece: *se não tivesse havido esse indivíduo, nesse determinado momento, a história teria sido outra?*

¹⁵ Em 1959, Pedro Renaux Duarte era o segundo vice-presidente da comissão executiva da ULTAB, Cf. Costa (1996):57.

Gostaria de tratar teoricamente deste tema da adesão à causa, que não pode ser explicada unicamente por fatores racionais, já que implica em tão sérias privações que só um sentimento incomum pode explicar. Se queremos, de fato, entender as motivações na trajetória dessas lideranças, temos que enfrentar este ponto, que é especialmente difícil pois encontra-se em uma fronteira entre a sociologia e a psicologia, que não é muito explorada, nem vista com bons olhos.

Explico melhor, no processo de constituição dos diferentes campos disciplinares, a sociologia teve que se diferenciar progressivamente de outras disciplinas afins, entre elas a psicologia. Disto decorre uma certa resistência em analisar fenômenos sociais incluindo fatores psicológicos ou ligados diretamente à motivações dos indivíduos, tomados como unidade independente da sociedade.

Como lembra Inkeles (1967), um exemplo claro desta rejeição às explicações centradas nos indivíduos encontra-se no trabalho clássico de Durkheim sobre o suicídio, onde o autor buscava separar o que chamava de "psicologismo" da explicação acerca do suicídio, postulando que este poderia ser entendido sociologicamente a partir da análise da natureza da sociedade onde ocorria o fenômeno. Inkeles, por sua vez, vai afirmar que esta postura foi a marca de um período da sociologia:

"Embora a posição de Durkheim fosse adequada à sua época, é deficiente para a sociologia contemporânea. Hoje, parece claro que a análise sociológica adequada de muitos problemas é impossível ou muito limitada, se não fizermos uso

explícito de teorias ou dados psicológicos. Na realidade, pode-se sustentar que, efetivamente, muito pouca análise sociológica é feita sem o emprego de, pelo menos, uma teoria implícita sobre a natureza da personalidade humana. Ao fazer explícita esta teoria e ao fazer com que os dados psicológicos se liguem sistematicamente aos problemas sociológicos, só podemos aumentar a amplitude e adequação da análise sociológica." (Inkeles, 1967: 82)

Estamos diante do recorrente dilema entre o indivíduo e a sociedade na explicação do comportamento do homem. Assim, a dúvida repousa na opção entre conceber o comportamento social do homem como sendo determinado por fatores individuais ou por estruturas que moldariam a sua atuação.

Creio que a leitura positivista presente nos primórdios da disciplina enfatizou excessivamente esse lado mais "racional" da vida social, já que possibilitava, com isso, que a sociologia postulasse o papel de uma ciência "objetiva", nos moldes das ciências exatas e naturais. Neste sentido, a subjetividade é uma conquista relativamente recente da disciplina, que permite a incorporação de fatores diversos, não tão racionais, na explicação da ação social.

Domingues (1996) procura superar esta dicotomia através do conceito de *subjetividade coletiva*, que busca ser um enfoque que concilia tanto as ações e intenções dos indivíduos quanto as forças supra-individuais na composição dos fenômenos sociais. O autor explica que as identidades individuais e coletivas são construídas de modo articulado, embora a coletividade não possa ser pensada como

a soma de diversas individualidades. No que se refere à relação entre sistema social e ação individual, o autor argumenta que o funcionamento do sistema pode ser percebido ou não pelos indivíduos, o que significa que:

"(...) a ação intencional dos membros do sistema pode resultar em conseqüências não perseguidas por eles, estejam conscientes, prática ou discursivamente, do impacto coletivo que produzem, ou o desconheçam, e realizem-se ou não os seus objetivos iniciais" (Domingues, 1996:19)

No entanto, esta perspectiva não foi inaugurada agora, pois ela está presente, por exemplo, na abordagem weberiana da ação social. Weber (1987) trabalha com explicações possíveis para a ação social que fogem à ótica racional, pois como explica:

"A fronteira entre uma ação com sentido e uma ação meramente reativa (isto é, sem um sentido subjetivo laborado) é extremamente tênue. Uma parte significativa de toda conduta sociologicamente relevante, principalmente a ação puramente tradicional, flutua entre os dois." (Weber, 1987:10)

Conclui o autor:

"As partes compreensíveis e não-compreensíveis de um processo freqüentemente estão inextricavelmente interligadas."
(Idem, ibdem)

Não quero dizer com isso que a ação dos indivíduos seja algo totalmente irracional ou que ocorra sem constrangimentos de qualquer tipo de estrutura social, mas sim chamar a atenção para aspectos não puramente racionais que explicam as ações individuais.

Creio que a explicação do engajamento dos indivíduos a uma causa, como as lideranças rurais que estamos estudando, deva passar por uma mediação com fatores que, embora não sejam irracionais, são de uma natureza especial, como a *paixão*.¹⁶

Lebrun (1987) já disse que a *paixão* é um conceito controverso, mas que não precisa ser usado somente para definir aqueles impulsos que nos levam a praticar uma ação independente de nossa vontade. Porém, é a *paixão* que dá o estilo a uma personalidade ou a um ato, que molda e dá unidade à conduta dos que dela se nutrem. Dizer que um indivíduo é *movido* pela *paixão*, significa dizer que suas ações são de uma outra natureza, mais intensa que a dos demais.

Portanto, entendo que a formação das primeiras lideranças rurais no Rio de Janeiro, na conjuntura dos anos 40 até o início dos 60, se fez às custas de um conjunto de fatores, entre os quais destacamos a maior liberdade de expressão advinda da redemocratização após o Estado Novo; a presença de um mediador importante, o Partido Comunista Brasileiro, que investiu estrategicamente na formação de lideranças rurais; e, finalmente, a *paixão* presente na adesão de certos indivíduos a esses ideais, o que permitiu a realização de um trabalho extremamente árduo, que viria a frutificar na formação das primeiras organizações de trabalhadores rurais do estado e, conseqüentemente, na maior capacidade de geração de novas lideranças.

¹⁶ Como uma qualidade do homem político, no sentido atribuído por Weber (1993:106), *paixão*, no sentido de 'propósito a realizar', isto é, devoção apaixonada a uma 'causa', ao deus ou ao demônio que a inspira."

2.1.1 - O PCB como mediador

Um ponto controverso em relação à influência do PCB como mediador nesse período diz respeito ao deslocamento para o campo de militantes que atuavam no movimento operário urbano. Para alguns autores, esse movimento não obedeceu a uma estratégia previamente delimitada pelo partido para expandir sua atuação. Ao contrário, ocorreu pela própria ausência de uma estratégia mais articulada para preservar esses militantes da repressão que enfrentaram nas cidades, sendo seu deslocamento para o campo a única saída possível. Como explica O'Dwyer (1988: 81):

"O menor "capital" político e social dos que optaram pelo campo expressa-se por não terem podido valer-se de uma rede de relações construída social e politicamente, capaz de oferecer-lhes guarida no período de maior repressão pelas forças policiais. E também em virtude da direção partidária não ter administrado o engajamento deles na clandestinidade que permitiu a preservação da organização sob severas condições de militância."

Alguns autores, porém, tratam esse deslocamento como tendo uma maior intencionalidade por parte do PCB, que valia-se dessa estratégia como forma de ampliar seu espaço na vida política nacional após os anos de clandestinidade. Além disso, a ida para o campo estaria em consonância com as novas diretrizes do partido de implementar do melhor modo possível a tão sonhada aliança operário-camponesa. Esta posição é defendida por Costa (1996: 15):

"Tomando por base a idéia da aliança operário-camponesa como estratégia fundamental na luta pelo socialismo, o PCB dá início em 1945 à atividade de organização dos trabalhadores rurais. Partiu-se, inicialmente, da noção de que o movimento no campo deveria adaptar-se, por assim dizer, às formas de organização já existentes. Era uma maneira do PCB iniciar seus trabalhos sem os impactos das grandes mudanças, usando formas inteligíveis, desenvolvendo entidades que fossem familiares aos camponeses e por isso mais fáceis de com elas lidarem."

Nas entrevistas que realizei com lideranças que atuaram nesse período (4 no total), este ponto nunca ficou muito claro mas parece-me que uma resposta adequada a essa questão estaria localizada entre as duas posições dos autores citados acima. Assim, intencional ou não, o fato é que a atuação do PCB não foi muito sentida como tendo uma diretriz partidária, seja por parte das lideranças, que nunca pregaram abertamente a idéia de revolução ou mesmo de socialismo, seja por parte dos camponeses que tiveram contato com eles, que não identificavam claramente a origem desses estranhos (lembro a fala do Sr. Rondão citado anteriormente: *"Diz que ele era comunista, mas eu nunca também percebi que ele era comunista"*), embora o discurso inovador da busca de direitos e a adesão às propostas vinculadas por essas lideranças levassem a que os que a elas aderiam fossem imediatamente taxados de comunistas. É difícil saber até que ponto essa presença foi percebida como tal ou tolerada como tal, pois, frente a uma situação de isolamento e desespero com a perda iminente da terra, as alternativas trazidas por essas lideranças

foram amplamente encampadas e deram início as primeiras formas de organização no interior do estado do Rio de Janeiro.

Porém, do ponto de vista deste trabalho, ou seja, para compreender a formação das lideranças do período, interessa marcar que a atuação do PCB sedimentou uma dada concepção de luta e de direitos que diferenciava, por exemplo, os camponeses que tiveram sua entrada no mundo político pelas mãos da Igreja, o que nos anos 60, quando o formato sindical surgiu no horizonte, levaria a uma disputa e divisão entre os sindicatos "comunistas" e os sindicatos dos "padres" (Novaes, 1987).

A conclusão que gostaria de reter desde já, e que será útil para os outros períodos que serão tratados, é de que a mediação busca ser "invisível"¹⁷ mas deixa sempre a sua marca, que manifesta-se claramente na atuação das lideranças formadas sob sua influência. No caso do PCB do período pré-64, creio que esta marca está inscrita na atuação das lideranças do período, que firmaram-se em um ambiente extremamente hostil graças a um discurso radical, porém centrado na busca dos direitos existentes e na utilização dos mecanismos legais disponíveis e, mais ainda, fortemente vinculado às questões locais, mais do que às decisões da cúpula do partido, o que garantiu uma penetração eficiente nessas regiões onde o poder local tradicional deixava pouca margem para a organização autônoma dos lavradores.

¹⁷ Esta denominação foi cunhada por Novaes (1985) ao referir-se à atuação dos agentes pastorais, mas creio que é uma expressão feliz para definir o desejo de todo tipo de mediação.

A retomada das mobilizações na Baixada Fluminense nos anos 80 seria esclarecedora da permanência de uma espécie de memória de lutas na região, trazendo de novo à cena política antigas lideranças que se rearticularam, muitas vezes, em torno de conflitos interrompidos nos anos 60, embora contando com apoios diversos e com participantes que já haviam sido expulsos para as periferias há algum tempo.

2.1.2 - A atuação em um espaço precário

Entrevistando uma antiga liderança da Baixada, perguntei o que significava ser a liderança de um movimento que despertava reações violentas em um período onde os direitos civis eram mínimos, principalmente para aqueles que ousavam enfrentar os donos das terras, "grileiros" ou "coronéis", que valiam-se constantemente de capangas armados, quando não da própria polícia, para intimidar a nascente mobilização camponesa. Ele respondeu:

"Ser o líder era engolir o medo danado que a gente sentia para não passar o medo também para os companheiros"

A violência no meio rural esteve sempre associada ao isolamento do campo em relação à cidade, pensando este isolamento não apenas em termos físicos, mas principalmente como a manutenção de um espaço intocado pelo mundo dos direitos, reduto do poder privado, como descreve outra liderança do período em entrevista:

"Porque o Prefeito era contra nós, a polícia toda contra, o povo geral do lugar contra também, porque se tá pra fazer isso é comunista."

Em vários autores brasileiros que se voltaram para a descrição da vida municipal mostra-se um quadro que remete a um certo abandono e isolamento dos pequenos municípios em relação às mudanças econômicas, sociais e políticas que se concentram quase que exclusivamente nas grandes cidades do país. Nestas descrições, os traços de abandono e isolamento têm sua origem na própria constituição dos municípios como centros locais do mundo rural circundante, marcados pela debilidade de suas instituições, que foram dominadas, desde sua origem, pelo poder privado dos grandes proprietários de terras

Ao contrário da visão presente no senso comum sobre o meio rural, visto como um espaço harmonioso e pleno de laços comunitários, encontramos nos relatos sobre a origem das vilas e povoados uma descrição que reforça esta idéia da fragilidade institucional, social e política deste espaço. Sérgio Buarque de Holanda (1989) afirma que, diferente do campesinato europeu, geralmente tomado como modelo, a civilização rural brasileira não se caracterizou pela comunidade nem pelo agrupamento fortemente vinculado à terra. Aqui, o caráter itinerante e predatório da exploração agrícola realizada pelos portugueses legou um mundo rural dominado pela grande propriedade, onde a terra não era tratada com *"o cuidadoso zelo"*, típico das sociedades agrárias européias. As

vilas e cidades, que dariam origem aos futuros municípios, seriam assim o que este autor denominou de “*extensões quase naturais dos latifúndios*”, destituídas de autonomia e funcionando mais como ponto de encontro da população que para elas convergia somente em ocasiões especiais, como as festas religiosas.

As primeiras abordagens sobre o tema trataram as pequenas localidades como o reduto de sobrevivência do poder tradicional, que encontrou na figura do *coronel* o seu exemplo mais perfeito. Os estudos apontavam a permanência dessas formas de dominação espalhados pelos muitos municípios do interior do país, mesmo com a decadência do poder das oligarquias rurais e com a crescente modernização do país. Os pequenos municípios eram, então, o lugar por excelência das práticas tradicionais, onde a vida comunitária era marcada por laços de dependência e solidariedade, que compunham uma intrincada rede de relações sociais.

A origem histórica deste isolamento é importante. Darcy Ribeiro, ao se debruçar na sua tentativa final de entender a *formação e o sentido do Brasil*, identifica esta precariedade no caráter transitório desses “*aglomerados menores*” que surgiam à beira das estradas, servindo como pouso nas longas viagens ou como pontos de baldeação de cargas entre rios navegáveis. Conclui o autor:

“*Essas cidades e vilas, grandes e pequenas, constituíam agências de uma civilização agrário-mercantil, cujo papel fundamental era gerir a ordenação colonial da sociedade brasileira.*” (Ribeiro, 1995:197)

Esse caráter transitório e subordinado dessas “agências”, que eram as vilas e cidades, espelhava-se, para ele, na incapacidade que tiveram de construir uma identidade própria, por um longo tempo após o período colonial, pois:

(...) “Como tal, eram centros de imposição das idéias e das crenças oficiais e de defesa do velho corpo de tradições ocidentais, muito mais do que núcleos criadores de uma tradição própria.” [Idem, ibidem].

Mas quem constituía, afinal, essa população que habitava as vilas e povoados espalhados pelo interior do Brasil? Havia, é claro, os grandes fazendeiros, a minoria dominante. Havia, também, as autoridades locais e eclesiásticas, os comerciantes, os viajantes, mascates etc. O restante da população residente é descrita, nos diversos autores, de forma homogênea e indiferenciada. Darcy Ribeiro descreve “essa gente” que primeiro habitou o interior brasileiro, diz ele:

“(...) toda essa gente era considerada “de segunda” em relação aos senhores rurais, orgulhosos de suas posses, do seu isolamento e convictos de sua superioridade social. Uma camada intermediária de brancos e mestiços livres, paupérrimos, procurava sobreviver à sombra dos ricos ou remediados.” [Ribeiro, 1995:196].

Essa homogeneidade englobava uma variedade de atividades e profissões, como descrito no trecho a seguir, onde se começa a perceber um pouco melhor a vida se desenrolando nos grotões esquecidos pelo país afora:

“Essa gente enchia a casa, auxiliando em todas as tarefas domésticas e no artesanato singelo de panos e redes, de costura e bordado, do fabrico de sabão ou de lingüiças e doces. Alguns artífices autônomos trabalhavam por encomenda, em selas e tralhas de montaria, em sapatos de couro, como ferreiros ou mecânicos ou nos ofícios ligados às construções”. [Idem, Ibidem].

Estas descrições remetem ao fim do Período Colonial, mas deixam claro que o perfil dessa população mudou muito pouco no longo espaço de tempo que se estende do fim da escravidão até as primeiras décadas deste século. Esta situação é especialmente verdadeira naquelas regiões que caminharam para uma lenta decadência das atividades agrícolas, o que é confirmado pelos diversos relatos regionais.¹⁸

Era este o ambiente com que se deparavam essas primeiras lideranças rurais. Escrevendo em 1948, Victor Nunes Leal traçou um painel que se tornou uma das melhores reconstituições históricas sobre a difícil situação dos pequenos municípios brasileiros, principalmente no que se refere à falta de autonomia municipal e suas conseqüências em termos da perpetuação de uma dada cultura política, que se traduzia no desmando e no uso privado dos aparatos de poder local pelos grupos dominantes, com a conivência dos governos estaduais. Este diagnóstico, registrado no livro Coronelismo,

¹⁸ O caso do Rio de Janeiro é um bom exemplo. Conforme foi se desmontando o sistema cafeeiro no estado, a tendência foi o abandono progressivo das atividades agrícolas, o que mergulhou o campo fluminense em uma lenta porém progressiva decadência. Entretanto, a expulsão maciça de lavradores só começou a partir de 1950 em diante. Neste período de meio século, que vai do fim da escravidão até os anos 50, foi quando se consolidou boa parte da população rural do estado, composta prioritariamente de pequenos e pobres agricultores.

Enxada e Voto (Leal, 1975), manteve sua atualidade durante décadas após sua publicação. Isto é, embora seu trabalho se referisse ao período da Primeira República, a descrição não está muito distante do perfil da vida municipal dos anos 50 e 60.

Para Leal, a base do pacto *coronelista* consistia no apoio mútuo entre as esferas estadual e municipal, o que, por um lado, representava uma falta de *autonomia legal* dos chefes municipais em tomar decisões que contrariassem os limites deste pacto, por outro lado, porém, permitia que os chefes políticos municipais alinhados com os governos estaduais tivessem um poder ilimitado no interior do município, representando o que o autor classificou de *autonomia extralegal* dessas chefias políticas. Na prática, esta *autonomia extralegal* representava a perpetuação do poder privado sem limites, uma carta-branca para o pleno exercício do poder ao nível local, como conclui o autor:

“É ainda em virtude dessa carta-branca que as autoridades estaduais dão o seu concurso ou fecham os olhos a quase todos os atos do chefe local governista, inclusive a violências e outras arbitrariedades.” [Leal, 1975: 51].

Sem querer entrar, neste momento, na discussão em torno do *coronelismo*, gostaria de ressaltar a falta de autonomia municipal como um primeiro fator para a caracterização dos contornos sociais e políticos da vida que se desenrolava nos pequenos municípios brasileiros. Esta falta de autonomia não se refere apenas ao caráter

administrativo, mas descreve uma situação de *precariedade*¹⁹ que marca o espaço municipal.

Uma outra referência fundamental para a compreensão do perfil dessa população rural brasileira são os inúmeros trabalhos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que, tratando de um período mais recente, usou a expressão "*civilização rústica*" para definir essas pessoas que povoavam o interior do país. A autora procura ver a presença desta civilização rústica dentro do perfil histórico da construção teórica sobre a vida local, inserindo a questão do "rural" dentro da "sociedade global" brasileira e, também, o lugar da sociologia rural dentro da reflexão teórica mais ampla.

Segundo a autora, o *sitiante* pode ser considerado a síntese do que era, então, o campesinato brasileiro, estando dividido em duas categorias básicas: o agregado, morador nos domínios da grande propriedade e a ela subordinado; e o sitiante independente, que habitava as áreas fora da influência direta dos latifúndios.

Esta referência é fundamental para compreendermos as relações de subordinação e autonomia que marcam a trajetória do campesinato brasileiro, e que tem na discussão sobre o *coronelismo* o seu ponto de partida.

¹⁹ Esta noção dos pequenos municípios como um *espaço da precariedade* foi construída pela Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley ao longo do curso A Questão Agrária nas Ciências Sociais, ministrado no IFCH/UNICAMP, 1995.

Aqui, seria importante voltar à questão inicial sobre a permanência desse tipo de dominação privada associada à violência. Posto desta forma, o problema não é relativo àquele passado remoto, nem ocorre apenas no campo. Como mostram as pesquisas sobre comunidades pobres brasileiras (Zaluar, 1985), sistemas privados e informais de justiça (como os "capangas, no caso analisado aqui) emergem da rarefação da presença do Estado na periferia social. Mesmo no meio rural, o que é importante frisar é que a violência não ocorre apenas nas "fronteiras", mas é uma prática política corriqueira de desmobilização da organização popular.²⁰

Portanto, é importante destacar o pioneirismo da atuação das lideranças que surgiram no Rio de Janeiro a partir dos anos 40, que não contavam com quase nenhum tipo de apoio institucional e movimentavam-se em um ambiente onde a violência era usada abertamente para intimidar a organização dos lavradores. Esta memória dos tempos difíceis aparece constantemente tanto no relato de antigas quanto de novas lideranças e é, a meu ver, um elemento importante na construção da sua visão de mundo, que tem neste patrimônio de lutas uma referência que é transmitida para as novas gerações de líderes rurais.

²⁰ Segundo o relatório CUT/Contag/MST (1994), de 1964 a 1993 foram registrados 1.744 assassinatos políticos no campo. Apenas em 1993 foram registrados 51 mortes, incluindo 10 lideranças e uma advogada.

2.2 - Anos 60: formas de luta e formação de novas lideranças

Ao enfatizar a adesão das primeiras lideranças à causa camponesa sob o prisma da *paixão*, não quis dizer que atuassem à revelia das possibilidades reais existentes naquele momento ou que se movessem unicamente por puro idealismo. Ao contrário, havia uma clara avaliação sobre os recursos legais disponíveis para o encaminhamento dos conflitos, embora estes fossem extremamente limitados. As formas de luta das primeiras lideranças rurais do estado se fez, basicamente, em torno das normas legais existentes, principalmente o Código Civil. Por isso, a fundação de associações foi a forma privilegiada de mobilização nas áreas onde se verificavam os primeiros conflitos, especialmente na Baixada Fluminense.²¹

Esta opção, apesar de eficiente na época, apresentava uma certa limitação, pois não retirava os lavradores ameaçados do jugo dos pretensos proprietários (na caso dos "grileiros" da Baixada) ou dos fazendeiros, que se valiam da intimidação e da violência para tentar inibir o desenvolvimento dessas primeiras organizações dos lavradores. Uma antiga liderança da Baixada descreve bem esse período em entrevista que me concedeu:

"Olha, a associação que a gente fundou era assim...como é que eu vou te dizer? Era mais só no papel, entende? Por que nem sede a gente tinha. As reuniões eram

²¹ Em Grynszpan (1987) e Araújo (1982) é possível encontrar esse processo descrito em detalhes.

um dia na casa de um, um dia na casa de outro, e sempre meio escondido, porque o povo ainda tinha muito medo."

A transformação no formato organizativo era questão iminente, que só pode ser entendido levando-se em conta o crescimento da organização camponesa (em ligas, associações etc), de um lado, e a tentativa de enquadramento por parte do Estado, de outro lado. A orientação do PCB vinha sofrendo mudanças sucessivas desde o conhecido *Manifesto de Agosto*, de 1950, que refletiam-se na organização dos lavradores. Uma indicação nesse sentido foi a *Resolução sindical de 1952*, que incentivava os trabalhadores a permanecerem nos sindicatos, independente da intervenção do Estado nessas entidades, pois só assim seria possível ao partido assumir o papel de dirigente da classe operária, visto que a divisão em entidades independentes mas sem forças apenas enfraquecia a sua influência no movimento operário (Costa, 1996:22).

2.2.1 - A Sindicalização rural

Mesmo assim, foi um longo percurso até a sindicalização chegar ao campo. A partir de 1962, uma sucessão de decretos e portarias do governo federal visava garantir o direito à sindicalização aos trabalhadores do campo. Em outubro de 1962 foi criada a SUPRA - Superintendência de Política Agrária, que, através de seu Departamento de Promoção e Organização Rural (DEPROR), pretendia estimular a sindicalização. Em ação conjunta com o Ministério do

Trabalho, a SUPRA participou da criação da CONSIR - Comissão Nacional de Sindicalização Rural, voltada diretamente para a fundação de sindicatos e assistência jurídica aos lavradores. Em novembro desse ano, a Portaria 355-A reconhecia os pequenos produtores, arrendatários e parceiros como trabalhadores rurais para fins de sindicalização. Em março de 1963 era aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que pretendia nortear as relações de trabalho no campo. Em julho de 1963, os posseiros eram reconhecidos como trabalhadores autônomos pela Portaria de número 346 do Ministério do Trabalho. A estes se somaram uma série de outros decretos e portarias regulamentando e ampliando essas decisões.²²

Esta mudança no ambiente institucional impunha um novo posicionamento às lideranças, que hesitavam ainda quanto à transformação das associações existentes em sindicatos. Esta questão polarizou o movimento camponês no início dos anos 60. Mas o que significava este novo marco institucional para a eficácia das lutas em curso? Esta indagação perpassa os diversos relatos de lideranças rurais do período e aparece freqüentemente nas entrevistas com antigas lideranças.

Por parte das lideranças, creio que havia, basicamente, duas avaliações sobre os rumos possíveis para o nascente movimento

²² Este conjunto de medidas demonstra a fragilidade da legislação vigente até então no campo, e também indica a urgência do governo Goulart em por em prática a sua estratégia de mobilização popular, através da extensão do controle sobre a população rural, como forma de reverter a perda de apoio que vinha se verificando aceleradamente no Congresso Nacional.

camponês. A primeira, e da qual advinha uma certa hesitação pelo formato sindical, era de que a criação de sindicatos rurais dentro dos moldes propostos pela legislação implicasse em uma subordinação das demandas dos trabalhadores rurais ao processo de mudanças estruturais que estava em debate naquele momento. Os resultados ficariam, portanto, na dependência do êxito - ou não - deste processo, abrindo-se mão de uma maior independência que o movimento vinha alcançando, mas, ao mesmo tempo, valendo-se das vantagens que a institucionalização traria para a organização dos trabalhadores rurais. A segunda avaliação feita pelos dirigentes e trabalhadores era mais favorável, pois baseava-se na expectativa de que estas mudanças em curso dependeriam da definição de uma correlação de forças favorável ao processo de transformação e que, naquele momento, parecia propícia aos trabalhadores.²³

A dificuldade em se trabalhar com leituras de fatos passados é que, sabendo o desfecho, buscamos ver nas atitudes dos atores sociais

²³ Florestan Fernandes (1975), escrevendo depois do golpe militar de 1964, tenta entender de que modo se deu a crise do arranjo burguês instaurado a partir do Estado Novo. Dialogando com as teorias clássicas sobre revoluções burguesas, ele argumenta que até meados dos anos 50 parecia que a revolução burguesa brasileira iria se desenrolar segundo o modelo que se supunha universal: as forças acumuladas sob o indústria nascente seriam suficiente para a autonomização do desenvolvimento interno e para conferir à burguesia uma forte orientação democrático-nacionalista, idéia que esteve presente não só na retórica da ideologia burguesa, mas era amplamente encampada por setores da classe média, estando presente, também, na avaliação tática de setores da esquerda. O desenrolar dos acontecimentos é bastante conhecido, mas o importante é reter a conclusão de Florestan: se o pressuposto de uma revolução democrático-nacionalista era o confronto inevitável com o latifúndio e com o imperialismo, o seu desenvolvimento mostrou que ela não é incompatível com nenhum dos dois. Conclui o autor, ao concretizar-se, a revolução burguesa transcende o seu modelo histórico, não apenas porque este modelo está superado, mas principalmente porque os países retardatários possuem certas peculiaridades e se defrontam com um novo tipo de capitalismo mundial.

intenções que, na maioria das vezes, não tinham, desprezando assim o processo em si que levou a que os acontecimentos caminhassem para um determinado sentido. Por isso, concordo com Grynszpan (1987), que analisa a sindicalização rural como o desfecho de um processo mais longo, que tomou forma a partir da emergência dos trabalhadores rurais mobilizados desde a década de 50, e que encontrou na conjuntura dos anos 60 uma convergência de interesses que levou à necessidade da institucionalização de sua presença no cenário político.

Nesse sentido, o autor jogou o foco da análise no próprio processo, ao dizer que a compreensão do movimento camponês do período passa pela concorrência entre diferentes projetos das forças políticas que se voltaram para este setor e, também, pelos efeitos desencadeados pela presença destas forças, levando a mudanças de perspectivas que culminariam na própria mudança do formato organizacional, de associações para sindicatos.

Medeiros (1989) chama a atenção para os diferentes posicionamentos presentes nos discursos das lideranças rurais que disputam espaço no Congresso Camponês de Belo Horizonte, em 1961. De um lado, as Ligas Camponesas sob influência de Francisco Julião, que defendiam a independência do movimento camponês e a radicalização da luta pela reforma agrária.

De outro lado, o PCB, que apostava na acumulação gradual de forças, traduzida na luta legal, como a saída para a situação de

tensão presente no campo, enfatizando a necessidade de melhorias imediatas nas condições de vida dos camponeses como condição fundamental para sua conscientização e adesão à luta.

Como analisa esta autora, o Congresso de Belo Horizonte tem uma importância maior do que esta divisão de posições, pois deu visibilidade nacional ao movimento camponês, o que permitiu a continuidade das lutas e sedimentou a concepção de que a resolução da questão agrária brasileira dependia de iniciativas políticas mais gerais, diferente, portanto, das medidas tópicas desenvolvidas até então por alguns governos estaduais, como era o caso do Rio de Janeiro.

A mudança nas formas de luta, sua ampliação e institucionalização a partir da fundação de sindicatos, impôs um novo ritmo ao processo de geração de lideranças, como analisaremos a seguir. Gostaria apenas de chamar a atenção para o fato de que a polarização entre a luta revolucionária e a luta dentro dos limites legais é uma constante em quase todo movimento social, mas que ocupa um lugar especial na compreensão do discurso das lideranças políticas, especialmente das lideranças rurais, onde o objeto de seu discurso - a luta pela terra - dá margem a esta radicalidade. Esta afirmação pode parecer óbvia, mas não é, pois creio que, ainda hoje, boa parte do estigma sobre as lideranças rurais camponesas funda-se na incompreensão de que há uma distância entre o discurso e a prática política. Um discurso radical nem sempre implica em uma prática de igual teor, mas visa muito mais ampliar o campo de negociação.

Como se sabe, a declaração final do Congresso de Belo Horizonte reforçou o tom radical dos discursos presentes, no conhecido lema "*reforma agrária na lei ou na marra*", mas, na prática, esta proposta era acompanhada de reivindicações ligadas a melhorias parciais das condições de vida dos lavradores, como a regulamentação de normas sobre parceria e arrendamento, que, teoricamente, não existiriam no caso de uma reforma agrária massiva.

Portanto, creio que o marco desse período está no fato da institucionalização trazer consigo também uma maior uniformidade no discurso das lideranças rurais, incorporando as divergências em nome de uma atuação homogênea de um movimento que ganhava, a partir de então, dimensão nacional. Uma decorrência dessa maior homogeneidade foi também uma maior profissionalização na formação das lideranças rurais, que não ficam apenas na dependência do envio de membros do PCB para áreas de conflito, como nos primeiros momentos, ou do difícil surgimento de lideranças locais. A profissionalização das lideranças rurais seria a marca dos anos 70, quando o sindicalismo rural torna-se uma rede nacional de grande importância para a continuidade da luta em torno da reforma agrária.

A conclusão que gostaria de frisar refere-se a importância que o formato organizativo tem na geração de lideranças, pois é a organização que cria os espaços através dos quais essas lideranças passam a se movimentar. Porém, em sentido oposto, devemos estar

atentos também para o fato que mesmo dentro deste quadro de limites estruturalmente estabelecidos existe um espaço onde o indivíduo pode se expressar. Ou seja, não quero dizer que a simples existência de um espaço institucionalizado garanta a continuidade automática da geração de lideranças.

Devemos estar atentos para essa relação de mútua influência entre indivíduo e estrutura, pois ela é fonte de muitos equívocos na interpretação sociológica. Seja atribuindo-se força descomunal às estruturas que impedem a ação dos indivíduos, seja relacionando-se as transformações à ação exclusiva de indivíduos especiais. Estes extremos, a meu ver, empobrecem a real dimensão envolvida na passagem da ação individual para a ação coletiva.

2.2.2 - Repressão e desmobilização

A manutenção do que havia em termos de estrutura sindical nesse momento foi fundamental para a continuação da organização dos trabalhadores rurais. O sindicalismo rural passou a ser, a partir de então, o espaço privilegiado para a geração de lideranças. Mas como explicar a preservação dos sindicatos que vinham causando tanta agitação no meio rural? Palmeira (1985:45) afirma que a participação da Igreja na articulação do golpe de 64 teve como resultado a preservação do sindicalismo rural e, mais ainda, que se havia uma diferença antes de 64 entre as lideranças ligadas ao "sindicalismo cristão" e aquelas vinculadas ao PCB, as demandas

eram, no entanto, basicamente as mesmas, e viria progressivamente se unificarem em torno da reforma agrária como uma designação para as muitas questões presentes no campo.

Duas das antigas lideranças entrevistadas relatam os acontecimentos do período imediatamente após o golpe. Em Trajano de Moraes, Sr. Rondão, fundador do sindicato, atribui a permanência deste espaço à organização que já haviam conseguido firmar:

"Então nós começamos com aqueles trabalhos todos e arranjamos uma sede na rua para nós fazermos nossos trabalhos lá, arranjamos umas carteirinhas do Ministério do Trabalho para distribuir para os lavradores, fizemos aí uma diretoria onde cada um pagava uma mensalidade para nós podermos 'correr atrás'. Eu corri tudo o que foi repartição do trabalho para poder organizar o sindicato aqui. Tanto que o sindicato com aquela revolução toda não fechou porque estava organizado, ele só fechou uns dias."

E os fazendeiros, que vinham reagindo tão violentamente, por que não tentaram impedir? A meu ver, havia a avaliação de que o pior já havia passado (o "perigo comunista") e que a subordinação ao Ministério do Trabalho garantiria a incorporação controlada desses lavradores, impedindo a continuação das reações contra a expulsão. Pelo menos neste município isto foi realmente o que aconteceu, pois no período compreendido entre 1966 e 1974 foram registrados 4.000 despejos (FETAG-RJ, 1974), o que indicava a gravidade da situação e a pequena capacidade de reação dos lavradores.

Além disso, ainda no início dos anos 70, muitos sindicatos no estado encontravam-se "sob junta", processo que atingiu quase todos os sindicatos após o golpe militar e que, na prática, significava uma intervenção, onde as lideranças mais combativas eram afastadas e substituídas por participantes do sindicato não muito "marcados" pelos acontecimentos anteriores ao golpe. Foi isto que aconteceu com a outra liderança que entrevistei, como explica:

"Na época que os militares chegaram derrubando tudo eu estava lá na organização de Itaboraí e tive que ficar fora uns dias porque os companheiros me avisaram, eles diziam: 'olha, você fica fora, vai pra casa de uns parentes porque os homens tão dando em cima mesmo e nós não quer perder você'. Eu era quem agia muito por lá. O sindicato voltou a funcionar mas não era mais a mesma coisa, o povo estava assustado ainda. Só lá por 1973 ou 1974 que as coisas começaram a se organizar de novo, que nós conseguimos chamar os companheiros de Campos, de Macacú, Caxias e voltar a agir de novo."

Esta rearticulação em meados da década de 70 foi possível a partir da gestação de um grupo de oposição que se formou no interior da FETAG, composto não só de novas lideranças, mas também de alguns membros que participavam da diretoria da entidade durante o período de intervenção. De acordo com Medeiros (1982:14), este foco oposicionista se manifestou inicialmente em 1968, no Conselho de Representantes. Ainda segundo depoimentos de lideranças sindicais colhidos pela autora, este grupo articulou em 1971 uma chapa de oposição com a participação dos sindicatos de Campos e Caxias e, em 1974, com Itaboraí, São Gonçalo, Cachoeiras de Macacú e Parati.

O grupo de oposição da Federação sofreu influência da "virada" da CONTAG²⁴, que passou a ser o canal privilegiado para o encaminhamento das denúncias da grave situação de tensão no campo que se manifestou ao longo de toda a década de 70 no Rio de Janeiro. No II Congresso da CONTAG, em 1973, reapareceram plenamente as bandeiras de luta pela terra e direitos trabalhistas, cobrando do Estado a aplicação da legislação vigente (o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964)). Foi em torno dessas demandas, e nas possibilidades de sua aplicação, que se formou toda a geração seguinte de lideranças rurais.

2.3 - Anos 70: lideranças rurais e estrutura sindical

Se o formato organizativo é importante, o conteúdo da organização é mais ainda, ou seja, o espectro de forças que define o perfil das organizações camponesas a cada período é fundamental para entender o tipo de liderança que está sendo formada e quais as redes de relações que aciona na sua atuação.

O crescimento e estruturação do movimento sindical dos trabalhadores rurais (MSTR) durante os anos 70 não comporta análises simplistas, embora, muitas vezes, tenham sido enfatizados os "vícios" adquiridos em função da estrutura sindical centralizada e

²⁴ Apesar da conjuntura de desmobilização, a CONTAG realizou o I Congresso de Trabalhadores Rurais em 1966, articulado pelo grupo mais atuante que se localizava em Pernambuco que, em 1968, iria garantir a "virada" da Confederação, retomando o controle da entidade das mãos forças interventoras ligadas a grupos oriundos do sindicalismo cristão (Medeiros, 1989).

verticalizada, implantada a partir do reconhecimento da CONTAG, em 1964, que se manifestavam seja através da perpetuação de lideranças na presidência de sindicatos locais (das Federações Estaduais e da própria Confederação Nacional), seja no assistencialismo presente em muitos sindicatos rurais, que sob a influência do FUNRURAL transformaram-se em verdadeiros consultórios médicos e, muitas vezes, tornaram-se *apenas* consultórios médicos (o famoso "sindicato com cadeira de dentista"). Tudo isso ocorreu e é parte da história do sindicalismo rural. Porém, a ênfase nos "vícios" pode ocultar as "virtudes" deste processo e, com isso, tornar difícil compreender a ligação entre a mobilização do pré-64 e a manutenção da luta pela terra, mesmo no período de forte repressão da década de 70. É impossível resumir esta trajetória do sindicalismo rural neste período, o que não impede que levantemos algumas questões importantes sobre o papel das lideranças rurais.

2.3.1 - A profissionalização das lideranças rurais

A formação de quadros dirigentes para os sindicatos de trabalhadores rurais espalhados por todo o País foi um fator determinante para a manutenção do debate em torno da reforma agrária em uma conjuntura difícil para os movimentos populares.

Este processo de multiplicação de lideranças locais foi possível graças à unificação de uma linguagem e da bandeira de luta como tradução para as várias situações de conflito existentes em cada

região. Esta unificação foi criada em torno da identidade de "trabalhador rural", que passou a ser denominação usual para identificar não só a variedade de lavradores, mas principalmente para indicar aqueles que estavam mobilizados em seus sindicatos. Sob este aspecto, a estrutura centralizada e verticalizada, representada pela CONTAG e pelas FETAGs mostrava uma eficiência grande, que conseguiu formar inúmeras lideranças a despeito da precariedade de muitos pequenos sindicatos locais. A forma como a CONTAG tentava envolver o restante da estrutura sindical era através de encontros, onde se pudesse passar a orientação nacional para "os elos mais fracos" da cadeia sindical:

"Os encontros constituíam-se, segundo essa perspectiva, no canal para a continuidade de um movimento sindical integrado de cima para baixo, onde a diversidade de lutas pudesse se articular sob uma direção única."
(Medeiros, 1989:150)

Este esforço sedimentou uma determinada concepção de luta, que, no entanto, manifestava-se de forma diferente dependendo do maior ou menor envolvimento das direções sindicais locais. No caso do Rio de Janeiro, a forma como a FETAG procurava superar as defasagens entre as suas diretrizes e a atuação dos sindicatos eram basicamente duas: a primeira, investindo na formação e treinamento de dirigentes sindicais, através de um trabalho de educação realizado pelo Centro de Formação e Capacitação Sócio Sindical Rural (CENFESIR). A segunda, era firmar a presença do movimento sindical nas bases, através de um maior contato com os

trabalhadores rurais. A ida às bases parece ter sido a forma privilegiada de atuação da FETAG a partir desse período, mobilizando diretamente os trabalhadores rurais como forma de pressionar o envolvimento das direções sindicais "acomodadas" sem, no entanto, entrar em conflito aberta com elas. A preservação da estrutura sindical unificada era um elemento-chave no poder de pressão da CONTAG e das FETAGs no encaminhamento de suas demandas ao Estado.

É claro, porém, que a manutenção da estrutura sindical se fez às custas da criação de determinadas concessões mesmo a estes "elos mais fracos" da cadeia, que permitia a concentração de poderes nas mãos de algumas lideranças e selecionava questões relevantes e formas de encaminhamento que nem sempre atendiam aos anseios do conjunto dos trabalhadores rurais.

Novaes (1991), em importante artigo onde faz um balanço do sindicalismo rural brasileiro, levanta alguns pontos que são fundamentais para entender a formação e a reprodução das lideranças rurais nos anos 70 em torno de uma determinada cultura política, da qual a autora analisa três pontos relevantes. O primeiro ponto é o desenvolvimento de uma determinada prática de atuação, que a autora definiu como a prática "do envio de correspondência" (idem:182), que seria o encaminhamento burocrático que acabava repassando responsabilidades dos sindicatos para as Federações e destas para a Confederação, em uma série de relatórios sobre os

conflitos locais. O segundo ponto é a questão do "presidencialismo", ou seja a perpetuação de certas lideranças, prática vigente em todos os níveis da estrutura sindical, como explica:

"Isso foi tão incorporado que dificilmente alguém que chega a presidente, continuando vivo e com saúde, deixa de sê-lo. A não ser para ascender na carreira sindical. Os próprios associados quando vão aos sindicatos, via de regra, só se sentem bem atendidos se podem falar com ele em pessoa. (idem, ibdem)

O terceiro ponto destacado pela autora é um certo clientelismo presente na administração dos sindicatos locais, que por esta perpetuação de lideranças acabam se tornando o que chamou de *"verdadeiras empresas familiares"* (idem:183).

É em torno destes três pontos - *formas de luta, perfil das lideranças e práticas sindicais* - que se dará o confronto entre as lideranças atuantes no interior desta estrutura sindical e novas lideranças oriundas dos movimentos de base, principalmente daquelas lideranças surgidas sob influência da Igreja e de seus órgãos auxiliares, que vão se sedimentando desde o final dos anos 70 e entram em cena com toda a força na década de 80.

CAPÍTULO III

VIDA MUNICIPAL NOS ANOS 80 E 90

No capítulo anterior, vimos o surgimento das primeiras lideranças rurais no estado do Rio de Janeiro, enfatizamos o papel dos mediadores presentes, basicamente o PCB, e destacamos as dificuldades enfrentadas para sua atuação, mesmo nos limites legais, devido à permanência de uma condição de *precariedade* institucional, social e política que caracterizava a vida municipal. Avançamos um pouco mais e vimos, brevemente, a importância que a *institucionalização* do sindicalismo rural nos anos 60 e a sua *expansão* nos anos 70 representaram para a *profissionalização* e *renovação* das lideranças rurais.

Este terceiro capítulo volta-se para a descrição e análise das características da vida municipal a partir dos anos 80, período marcado por mudanças importantes que incidem diretamente sobre o nosso tema. Argumento que o espaço municipal apresentava, naquele momento, uma dupla característica: era um espaço propício

para *recriação de práticas comunitárias*, ao mesmo tempo em que esta recriação se fazia com um objetivo bem delimitado, que era a busca de novas inserções sociais, basicamente, a *luta por direitos modernos*.

Esse período é excepcionalmente rico para analisar a dinâmica da vida municipal, já que havia um cruzamento de diversas experiências de organização com o debate sobre processos de descentralização²⁵, o que deu materialidade a muitas destas propostas, gerando também condições para a formação de novas lideranças entre os trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, ocorre nesse período um processo de reorganização do poder local que precisa ser considerado. Ao final, percorro brevemente a reflexão sobre movimentos sociais, especialmente aquela desenvolvida no Brasil, inserindo a discussão sobre lideranças dentro de um momento específico deste campo de estudos. Espero não cansar demasiadamente o leitor, mas essas reflexões teóricas sobre a conjuntura iniciada nos anos 80 são fundamentais para dar maior solidez à análise sobre as lideranças rurais surgidas nos assentamentos, pois as suas características e formas de atuação somente se tornarão compreensíveis se levarmos em conta aspectos do período em que se desenvolveram.

²⁵ Incluindo a renovação de espaços, como os sindicatos, e a criação de outros novos, como as comunidades de base ou as associações de diversos tipos.

3.1 - Anos 80: redemocratização, participação social e município

A modernização iniciada nos anos 70 traz a marca dos pactos políticos firmados, principalmente pela forma seletiva e parcial que incorporou os novos sujeitos sociais, já que ocorreu sem mudanças bruscas nas estruturas de poder e nas relações sociais existentes. No entanto, esta modernização parcial não foi, a princípio, percebida e analisada como tal. Havia um resto de otimismo no ar, emanado da força que a idéia de modernização sempre teve no imaginário brasileiro. Wanderley (1996): 1 sintetizou bem, dizendo:

"O progresso parece ser no Brasil uma palavra mágica, que expressa um valor absoluto, a ser buscado a qualquer preço. Expressaria um desejo coletivo de elevar o País à condição que ele merece, entre as nações ricas, os países desenvolvidos, o primeiro mundo, conforme uma linguagem que foi se modificando ao longo do tempo."

Só que a noção de progresso presente no desenvolvimento da sociedade brasileira guardou um lugar especial para o poder tradicional, levado a cabo por uma burguesia que mobiliza tanto as forças do *atraso* quanto as forças do *moderno* (Vianna, 1989), ajusta-se a múltiplos interesses e ambigüidades, preferindo a mudança gradual ao invés da modernização radical (Fernandes, 1975).

Do ponto de vista que nos interessa, isto é, o lugar do rural e da vida local, esse modelo de modernização visto nos anos 80 e 90 vai gerar uma mudança significativa nas perspectivas teóricas e

analíticas A luta por direitos político e sociais passa a estar inscrita no campo de atuação teórico e político dos movimentos sociais desse período. Nos estudos sobre o rural esta marca é ainda maior, pois coincide com um movimento de crescimento da luta pela terra, fruto das contradições represadas, da volta de antigos atores excluídos do campo político, da presença de novos atores atuando sobre novos e velhos problemas.

3.1.1 - Vida local e o debate sociológico brasileiro

É importante situar, ainda que sumariamente, as matrizes teóricas que dão origem a essa literatura sobre vida local. Este debate inicia-se com a reflexão nacional dos anos 20, justamente em torno da preocupação com o *atraso*, que passa a ser identificado como um traço preocupante na formação econômica, social, política e cultural brasileira. Ainda que o atraso não seja tematizado unicamente em torno da dicotomia urbano/rural, está sem dúvida referido a ela, já que vivia-se um momento de transição importante no modelo econômico, onde pensava-se que o país teria que optar entre uma vocação agrícola ou industrial.

A tradição do pensamento social brasileiro recorreu à dicotomia arcaico/moderno para enquadrar a vida local, onde aos pequenos municípios coube um papel voltado para o passado, seja voltado a um passado mítico que se buscava recuperar, pleno de harmonia, de uma vida comunitária idealizada, construção teórica típica da *teoria*

da conciliação dos anos 30 e de seus seguidores; seja, ao contrário, associando vida local a um passado que se queria superar, já que dizia respeito ao mundo senhorial, à ausência de direitos, ao mando dos "coronéis", ao atraso. Temos, assim, duas vertentes básicas que inauguraram a reflexão sociológica brasileira: a vertente conservadora, expressa na teoria da conciliação entre o mundo rural e urbano, e a vertente autoritária, que via esta interpenetração como causa do atraso brasileiro.

Estas vertentes tinham um tronco comum: os primeiros autores nacionais que, principalmente a partir da década de 20, começaram a refletir sobre qual seria a identidade nacional. Buscar o sentido da identidade nacional significava um passo necessário para a compreensão do atraso que identificavam no desenvolvimento brasileiro. A formação de uma nação moderna dependia do conhecimento daquelas características (biológicas e culturais, principalmente) que formavam o povo brasileiro. O passo seguinte era a aceitação, maior ou menor, das antigas identidades e a promoção de novas identidades.

O *ensaísmo*²⁶ dos anos 20 vai ser, assim, o primeiro grande esforço intelectual a se voltar para o impasse entre o arcaico e o

²⁶ O próprio termo *ensaísmo*, que caracteriza a produção intelectual brasileira dos anos 20, esclarece o estilo da produção intelectual do período, onde os instrumentos analíticos eram bastante limitados, principalmente em termos da sua consistência teórica. Mais ainda, frente às tarefas que esses intelectuais se impunham, isto é, dar conta da realidade nacional, que se encontrava tão confusa a ponto de gerar questionamentos sobre a possibilidade do Brasil ser de fato uma nação. Ver a respeito, Sodré (1961); Cruz (1976); Leite (1976).

moderno. Vivendo o auge da crise do pacto oligárquico, tornava-se fundamental para esses pensadores colocar em debate os fundamentos do que então passaria a se chamar de *questão nacional*, que tinha como pano de fundo a necessidade de uma definição sobre a questão política, isto é, de como a nação poderia estar representada no Estado.²⁷ Nada mais urgente em um momento de desagregação das bases de sustentação deste Estado. O tema comum a esses autores é, como não poderia deixar de ser, a questão da formação nacional, buscando no passado as origens dos impasses vividos naquele momento. Esta preocupação se desdobrava em abordagens sobre identidade, nacionalismo, questão racial, temas recorrentes na produção intelectual de autores como Luis Amaral, Pereira Barreto, Alberto Torres e Paulo Prado. Apesar de abordarem a questão nacional por perspectivas tão diversas, pode-se identificar um objetivo comum a todos, que era o de refletir sobre qual era, afinal, a vocação do Brasil como nação. Buscava-se chegar aos impasses vividos no plano econômico e político através das características que poderiam ser atribuídas ao *povo*, fossem elas de caráter biológico ou cultural.²⁸

²⁷ Boa parte desta reflexão encontra-se melhor sistematizada em Oliveira (1990).

²⁸ Um exemplo desta postura pode ser encontrado no livro de Paulo Prado, Raízes do Brasil, editado pela primeira vez em 1918 (utilizei a edição de 1944). Prado procurou identificar na *psiquê nacional* aqueles traços que justificariam o desenvolvimento *doentio e atrasado* (Prado, 1944: 175). Estes traços seriam basicamente a indolência e a passividade, resultados dos desmandos da luxúria e da cobiça, que marcaram todo o processo de constituição da nação brasileira desde a colonização. Para o autor, estes traços se aprofundaram nos anos 20 devido aos desvarios do mal romântico, ou seja, uma atitude irracional e incompatível com o desenvolvimento da vida moderna e das forças sociais. (Idem: 154).

Se a década de 20 representou o início das rupturas no pacto oligárquico que dava sustentação aos grupos no poder, a década de 30, por sua vez, marcaria o momento de resolução desse impasse através de um novo arranjo de forças que, no entanto, não levaria à exclusão dos setores ditos *atrasados*. A revolução de 30 e o progressivo deslocamento no eixo de acumulação impuseram novas questões para os intelectuais brasileiros.

Dentro do que chamamos no início de *teoria da conciliação* encontra-se um conjunto heterogêneo de pensadores, mas que desempenharam nesse momento um papel comum: dar o suporte intelectual que preservava os interesses passados, impedindo o alijamento dos setores da oligarquia rural através do resgate daquilo que ela legou de positivo. Este suporte intelectual se dava através da identificação de um mundo agrário pretérito com a formação do *ethos* do povo brasileiro, cujas características eram a miscigenação, o pacifismo, a cordialidade. A conclusão da teoria da conciliação é que estes traços garantiram a coesão nacional e eram tributários de uma dada organização social e política que devia ser preservada.

A obra de Gilberto Freyre é emblemática desta posição conciliadora dos interesses do mundo agrário, que perdia espaço político, com a nova elite industrial, que começava a se afirmar. Freyre construiu uma concepção alternativa da história da sociedade brasileira através da identificação do que considerava o cerne da formação cultural do país: a interpenetração profícua entre a cultura

ibérica, ameríndia e africana, que foi capaz de fundar nos trópicos uma civilização única, inter-racial e essencialmente democrática. A família patriarcal representou o centro de coesão que possibilitou a convivência pacífica entre as raças, tendo no complemento casa grande/senzala o lugar de harmonização entre tendências, em princípio, antagônicas, impedindo assim que esta convivência caminhasse para momentos de ruptura violenta.²⁹

Na *vertente autoritária*, Oliveira Vianna é o melhor exemplo de intelectual que se voltou para a análise da realidade, buscando nela elementos para a sua transformação. Se para Gilberto Freyre o passado agrário era motivo de orgulho, para Oliveira Vianna era a própria base para a compreensão das dificuldades que se impunham à constituição da nação brasileira. A sua análise dos tipos sociais que desempenharam um papel importante na formação do povo brasileiro deixa transparecer um profundo ceticismo quanto às possibilidades de uma democracia de fato no Brasil. O ponto crítico para este impedimento repousa na separação que identificava entre o povo e as instituições políticas forjadas pelas elites. A grande questão era como esta herança do mundo agrário, representada pela predominância política do que

²⁹ Como afirma Bastos (1986), é importante reter que essas características atribuídas ao complexo casa grande/senzala descrevem o próprio percurso da formação histórica brasileira pensada por Freyre, que tem na casa grande o ponto de partida para a formação definitiva do caráter brasileiro, marcado pela interpenetração cultural e social entre as raças. Na visão de Freyre, a construção da casa grande representa o momento que marca a transfiguração do português em luso-brasileiro: "É o momento em surge um novo povo. É o primeiro momento nacional." (Bastos, 1986:52)

chamava *clãs parentais* ou *feudais*, levava a uma superposição artificial da ideologia liberal sobre uma sociedade inorgânica e desarticulada. Havia, assim, um abismo a separar as instituições políticas brasileiras, meras fachadas jurídico-políticas, das práticas costumeiras do povo, desenvolvidas sob o domínio destas forças privadas de poder.³⁰

Ora, frente a uma sociedade inorgânica, a vida política nada mais poderia ser se não a realização dos interesses particularistas de uma elite que, para ele, representava o atraso, a impossibilidade de criação de um espírito público. Neste quadro, o Estado autoritário teria uma missão civilizatória, e a centralização seria o único recurso capaz de anular o poder desses clãs feudais. A idéia de um autoritarismo instrumental assume um papel central nas proposições de Oliveira Vianna, tendo por base a missão do Estado de promover o real desenvolvimento da nação e não apenas uma representação alegórica de uma democracia liberal anacrônica. Entende-se porque as articulações possíveis da sociedade com este modelo de Estado assumiram o caráter de uma ordem corporativa, que seria amplamente defendida por Oliveira Vianna. Tratava-se de realizar uma incorporação controlada dos

³⁰ *"Nenhuma diferença entre um e outro período - o da velha sociedade feudal, aparentemente morta, e o da nova sociedade democrática, aparentemente nasciturna. Os motivos destes embates? Os mesmos. O espírito? O mesmo. O pessoal executivo? O mesmo. O que houve foi apenas o deslocamento do lugar de execução dos reencontros destas hostes feudais, agora tornadas clãs eleitorais."* (Oliveira Vianna, 1949:240).

sujeitos políticos que emergiam no processo de modernização em curso naquele período.³¹

Jacoby (1990) traçou um painel interessante da vida intelectual norte americana do início do século, destacando a mudança havida na produção intelectual a partir da sua institucionalização crescente através das universidades. A sua reflexão é útil para entendermos também o caso brasileiro. Assim, tanto Freyre quanto Oliveira Vianna seriam exemplos desse intelectual que tinha como interlocutor um público bastante amplo e, talvez por isso mesmo, um alcance político grande. Este perfil de intelectual desapareceu aos poucos com a crescente institucionalização do conhecimento através da expansão das universidades. Não cabe, no entanto, nenhum juízo de valor sobre esse desenvolvimento do campo científico, até porque dificilmente se poderia ter seguido um rumo diferente. Cabe apenas destacar que esses dois autores foram, ao mesmo tempo, os fundadores desse campo disciplinar e os últimos representantes de uma linhagem intelectual.

³¹ Nesse sentido, a ordem corporativa promovida pelo Estado Novo atendia plenamente aos interesses do conjunto da burguesia industrial que se autonomizava nos anos 30. Os ataques desferidos ao modelo da sociedade agrária eram também um embate necessário aos teóricos da modernização autoritária. Buscava-se, assim, a conversão da sociedade à forma desejada, através do controle social e da produção de uma nova ordem. O fato desta forma de Estado ter se dado via a combinação híbrida de dois sistemas de dominação - o privado (agrário e conservador) e o público (industrial e autoritário) - só pode ser entendido na conjuntura dos anos 30, quando o Estado Novo conseguiu ser, afinal, a realização das duas ordens.

Se o debate dos anos 30 mostrava a clara preocupação com os destinos da nação, a modernização posterior não se fez, no entanto, sob esta ótica. As idéias de nação, de um destino nacional, de uma identidade nacional continuam presentes, porém mais na retórica do Estado do que uma meta que mobilizasse a maior parte dos intelectuais.

Nos anos 60 há uma mudança significativa nas perspectivas teóricas e analíticas dos intelectuais brasileiros. Neste sentido, uma referência a Florestan Fernandes é fundamental, pois demonstra bem o salto qualitativo dado pela reflexão sociológica no país. Ele é considerado, com toda razão, o fundador do pensamento sociológico brasileiro moderno, que inaugura uma produção intelectual voltada para a compreensão sistemática da sociedade, teoricamente elaborada, com profundo conhecimento e diálogo com a teoria sociológica. O pensamento de Florestan traduz o espírito intelectual da época, o que vai ter uma influência decisiva nos campos que tem o meio rural como objeto.³²

Este estado do debate leva a uma ruptura importante com o debate intelectual do momento anterior, que é o que poderíamos chamar de perda da inocência, fruto desta maior sofisticação alcançada pelo campo científico. Já não era mais possível falar em questão nacional como nos termos anteriores, não só porque as

³² Um excelente exemplo de análise da relação do campo intelectual e político pode ser encontrado em Soares (1997). Algumas perspectivas desenvolvidas aqui surgiram a partir da leitura deste trabalho.

perspectivas adotadas (marxista, weberiana etc) traziam a tona a noção da sociedade fragmentada em classes, mas também porque as questões que surgiam na sociedade reforçavam esta divisão, já que diziam respeito às demandas por inclusão das classes populares

Caio Prado Jr. é outra referência importante, mas é a própria relevância deste autor que torna ainda mais significativa a ausência de uma análise sobre a presença do campesinato na sua reconstituição da história brasileira, especialmente do período colonial.³³ Segundo Palácios (1987), a visão de Caio Prado Jr. pode ser dividida em dois momentos ao longo da sua obra. O primeiro momento, onde se inclui o clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, o autor nega a importância do campesinato no Brasil Colônia, ressaltando o predomínio do escravismo como fator explicativo da feição agrária do Brasil até a metade do século XIX. Quando muito, este campesinato é tratado de forma depreciativa, como *desclassificados* do campo.³⁴

³³ O *sentido da colonização* é uma categoria analítica fundamental que emerge da obra de Prado Jr. Como lembra Leite (1976): 314-6, essa expressão demonstra a ruptura da obra deste autor com as análises regionais ou baseadas em fatores como o clima ou pelas raças formadoras, mas articula uma unidade e contextualiza o desenvolvimento brasileiro dentro dos diferentes momentos do capitalismo mundial.

³⁴ *Desclassificados* é uma referência significativa se levarmos o termo ao pé da letra. *Desclassificados*, sem classe, sem lugar ou função definida dentro de um sistema polarizado entre senhores e escravos, aonde só os primeiros eram vistos como uma classe (em si e para si, se quisermos usar o esquema marxista), visto que a escravidão, que segundo Caio Prado Jr. apresentava-se como uma *instituição total*, impedia que se pensasse nos escravos como um segmento social portador de algum projeto e, portanto, de uma atuação definida na sociedade.

No fundo, como ressalta Palácios (1987), Caio Prado Jr. atribui um peso excessivo à grande propriedade, o que desqualifica os outros setores enquanto sujeitos históricos, transferindo o papel de artífice da sociedade para o patronato rural. Tal ausência dos setores camponeses na sua análise se deve, em grande parte, ao fato do autor partir de um conceito rígido de campesinato, fazendo uma transposição direta do modelo europeu, isto é, do proprietário parcelar, ocupante de uma mesma terra por gerações. Ao não encontrar correspondência com o que via no período colonial brasileiro, acaba por não enxergar nada ou enxergar apenas esses camponeses como desclassificados, uma definição negativa e errada em si: *o camponês pelo que não é nem nunca foi no caso brasileiro.*

O segundo momento na obra de Prado Jr. corresponderia a um maior reconhecimento da existência de um segmento camponês no período colonial, sem, no entanto, avançar muito na compreensão das suas especificidades. No livro *A Questão Agrária*, ele define estes camponeses como *massa trabalhadora*, isto é, como uma das classes fundamentais de uma economia colonial capitalista. Deste modo, estava na realidade promovendo uma atualização desse segmento social aos termos em que aparecia nos discursos dos intelectuais comunistas da época: o campesinato como uma fração de classe em oposição ao grande capital. É visto como massa trabalhadora, inorgânica e indiferenciada, já que, na ótica dos intelectuais comunistas deste período, a existência de uma classe verdadeiramente combativa

só viria a surgir com a emergência do operariado, quando então o campesinato passa a ocupar o lugar de classe aliada, porém subalterna, um apêndice da classe operária. Fica claro que o recurso a estas definições esquemáticas pouco nos esclarece sobre as características deste camponês brasileiro.³⁵

A ruptura com este esquema interpretativo começa a ocorrer a partir de uma reflexão que se volta com mais cuidado para o conhecimento das diferentes características do campesinato brasileiro, e para a visão da vida local como um espaço próprio, que não pode ser entendido apenas em oposição à cidade, como o que não é moderno ou o que ficou para trás. Isto não impede, no entanto, que se analise a vida local dentro do processo de transformação que ocorria no país, onde destaca-se a precariedade das condições materiais, sociais e políticas que marcam este espaço.

Wanderley (1994):6 afirma que grande parte desta perspectiva se iniciou com os chamados "estudos de comunidade", que, no entanto, foram alvo de duras críticas quanto ao seu caráter teórico-metodológico, o que levou, em parte, ao abandono do próprio objeto estudado. Mas, segundo a autora, dois autores conseguiram ultrapassar as limitações dos "estudos de comunidade" e construir uma abordagem fundamental para o conhecimento do campesinato no Brasil: Antônio Cândido e

³⁵ Uma leitura tão pontual da obra de Caio Prado Jr. não deve passar a idéia de que se subestima a sua contribuição para a compreensão da questão agrária brasileira, mas visa apenas localizar a sua visão dentro do momento intelectual em que foi gestada.

Maria Isaura Pereira de Queiroz. Wanderley (1994):6 mostra como Antônio Cândido supera os "estudos de comunidade", pois, ao rejeitar como naturais as transformações no mundo dos "caipiras" paulistas, insere a reflexão sobre o rural dentro do processo geral de transformação da sociedade. Mais ainda, dentro de uma sociologia crítica, que:

"(...) se envolve com o objeto estudado, definindo-o não apenas como um tema sociológico, mas também como um problema social, da sociedade da qual ele mesmo é parte integrante." (idem : 7).

Mas, segundo a autora, a obra de Antônio Cândido sofreria de uma certa limitação, pois restringia-se ao interior de São Paulo, em torno da "cultura caipira" que se desagregava frente à expansão da grande cidade. É na obra de Pereira de Queiroz que encontra-se um retrato mais amplo desta "civilização rústica" brasileira. Novamente, as relações entre o campo científico e o campo político se mostram fundamentais para entender o desenvolvimento do debate sobre o rural e vida local nesse período. Wanderley (1994), fazendo uma leitura da obra de Pereira de Queiroz, relembra o famoso artigo desta autora, publicado na Revista Brasiliense em 1963, onde intitulava esses sítios de "*categoria rural esquecida*", que representava a maior parte da população rural brasileira. O adjetivo "*esquecida*" só pode ser compreendido dentro do intenso debate político que se travava naquele momento em torno da definição de uma legislação rural para o país. Explica a autora:

“A questão que polarizava as posições divergentes dizia respeito, antes de mais nada, à identificação social deste trabalhador e o seu lugar no projeto de sociedade que se pretendia construir.” (Wanderley, 1994:10)

A defesa feita por Pereira de Queiroz (1963) se orientava no sentido da preservação do modo de vida destes sítiantes, não através do seu isolamento, mas de sua efetiva incorporação ao processo de desenvolvimento do país. Conclui Wanderley (1994):

“A contribuição de Maria Isaura para este debate tem o grande mérito de perceber que a identidade social de grande parte dos trabalhadores rurais em questão se expressa não apenas pelas relações de trabalho em que estão envolvidos, mas sobretudo pelo seu modo de vida (...) Os fundamentos do modo de vida dos sítiantes tradicionais são constituídos pela forma de produzir e pela sociabilidade, ainda eram, então, fortemente presentes no meio rural brasileiro.” (Idem, ibdem)

Longe, no entanto, de ter um caráter apenas político, o esforço de Pereira de Queiroz introduz mudanças teóricas importantes para se pensar a especificidade do modelo de campesinato brasileiro, que não pode ser pensado à semelhança do modelo europeu, sob o risco de repetir o impasse presente na obra de Caio Prado Jr., que ao não encontrar essa semelhança, não consegue perceber a presença do campesinato no Brasil. Além disso, ao tocar na questão do modo de vida do sítiante, Pereira de Queiroz introduz no debate a questão fundamental do processo de transformação em curso, e quais seriam as possibilidades de incorporação dessa população rural em uma sociedade que se modernizava. Wanderley (1994) conclui que, ao

assumir essas duas questões para pesquisa, Pereira de Queiroz alarga o horizonte para a compreensão do meio rural brasileiro.

Em relação às análises sobre vida local, estes trabalhos representaram também um grande avanço para superar a análise em termos da oposição arcaico/moderno ou campo/cidade, recorrentes em períodos anteriores. Pereira de Queiroz (1978) levantou problemas que, ainda hoje, não foram suficientemente explorados. Por exemplo, a idéia de que a dinâmica da vida nos pequenos municípios não pode ser vista unicamente em oposição às grandes cidades. Na verdade, lembra a autora, há um pequeno conhecimento sobre a dinâmica regional, que envolve pequenos e médios municípios como uma rede de relações mais importantes do aquela que opõe pequenos municípios *versus* grande cidade. Esta e outras questões tratadas por estes autores reaparecem nos anos 80, quando o debate sobre vida municipal volta a despertar interesse.

3.1.2 - Vida municipal e redemocratização

A década de 80 se inicia sob o signo da mudança, ainda que tal mudança ocorresse nos marcos do que ficou conhecido como o pacto de elites que marcou o fim do regime autoritário (O'Donnell & Schmitter, 1988). Apesar dessa especificidade da transição brasileira, é inegável que havia uma retomada da mobilização da sociedade civil. Inicialmente, essa mobilização concentrou-se nos setores mais

organizados, como o movimento sindical, que vive então um momento de efervescência excepcional.³⁶

Porém, essas mudanças não ocorriam apenas no mundo da grande política, dos grandes processos, como a anistia ou a volta das eleições diretas para o governo dos estados. Havia, também, uma movimentação dos mais diversos setores da sociedade que indicavam que o período de repressão estava no fim. Aos poucos, pode-se identificar uma irradiação desse movimento para setores mais variados da sociedade.

Se a forma lenta e gradual que caracterizou a transição democrática dispensou uma forte mobilização popular, houve, a partir dela, uma crescente tendência à participação e organização política, expressando a enorme quantidade de demandas até então reprimidas pelo regime autoritário. Lamounier & Souza (1988) argumentam que, mais do que uma liberalização da expressão dos conflitos sociais, houve, na verdade, uma crescente eclosão de demandas, pois à medida que aumentava a capacidade de expressão dos grupos excluídos, novas demandas eram colocadas no cenário político. Esse movimento tornava claro que havia ainda um longo percurso entre a democracia formal e a democracia social ou, em outras palavras, que a exclusão social era muito maior do que a exclusão política.

³⁶ Ver sobre a atuação do movimento sindical no período da transição dos anos 80, Noronha (1991).

Mas é no plano político que podemos ver com mais clareza essa movimentação que aos poucos toma conta do tecido social, reconstruindo-o progressivamente, de forma quase imperceptível. Se as greves que explodiam no moderno setor industrial brasileiro eram a expressão mais organizada da retomada da mobilização social, havia, porém, outras formas de organização que não passavam pelo movimento sindical, não buscavam uma nova relação capital/trabalho, nem sequer pregavam a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, já que se nutriam de outras demandas, mais cotidianas, bem mais próximas ao dia a dia das comunidades e das carências de grupos que, dificilmente, se encaixariam no perfil do que então era considerada a classe trabalhadora.

Estou me referindo às diversas formas de organização comunitária que surgem nesse período, cuja presença vai sendo percebida aos poucos, já que a sua expressão se dá basicamente ao nível local. São pequenos grupos surgidos por influência da Igreja Católica, na forma de Comunidades Eclesiais de Base, ou criados por iniciativa de grupos os mais diversos, de profissionais liberais a moradores da periferia urbana.

O que vai transformar o município no centro das atenções sobre as novas formas de se fazer política é que esta efervescência oriunda dos movimentos de participação comunitária juntou-se à discussão mais ampla envolvendo os processos de descentralização política administrativa. Neste sentido, o debate sobre a

democratização dos processos de gestão pública ganhou o reforço das experiências acumuladas pelos movimentos populares, que, por sua vez, também se beneficiaram do maior espaço que o processo de descentralização trouxe para que suas reivindicações ganhassem materialidade. É neste sentido que Souza (1983):111 afirmou que

"(...)a institucionalidade estatal é o elemento que potencializa o poder comunitário (não-estatal), e portanto o realiza como poder político, ao mesmo tempo que é subsumido pelo poder comunitário."

O tema da participação comunitária na administração pública entra em cena após anos de discurso e práticas autoritárias, dominados por categorias como eficiência e racionalidade. A meta da sociedade democrática incluía, portanto, a possibilidade do convívio democrático recriado ao nível das relações pessoais, junto com a busca de instituições estáveis. Estes dois pontos se mostram fundamentais para a compreensão do desenvolvimento das experiências locais nesse período.

Vejamos como estas questões foram vistas pelos movimentos sociais no campo nesse período. Tomemos o caso das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Apesar do caráter local, estas organizações, como as CEBs, sinalizavam uma forte movimentação na base da sociedade, muitas vezes redefinindo o modelo de organização popular pensado até então, já eram organizações que surgiram afirmando sua independência, plenas de conteúdos e formatos organizativos

próprios. As CEBs desempenharam um papel vital na reorganização do movimento popular desse período, desdobrando-se em diversas direções, desde pequenos grupos centrados na vida municipal até as bases do que viria a se chamar de novo sindicalismo dos anos 80, que, pelo menos no campo, nutriu-se bastante das experiências acumuladas por estas entidades.³⁷

Não há dúvida que as CEBs foram um importante estímulo às atividades comunitárias. No entanto, há que se definir melhor o caráter comunitário destas experiências, que não se confunde com o caráter tradicional de comunidade, envolvendo unicamente o trabalho conjunto ou o auxílio mútuo, características ancestrais de toda comunidade camponesa. É interessante notar que as idéias de *comunidade e participação comunitária* surgidas a partir desse momento apresentavam um caráter híbrido, típico de uma recriação, misturando elementos antigos e modernos. De um lado, possuíam muitos aspectos ligados tradicionalmente à noção de comunidade, como, por exemplo, o fato de ser um espaço de relações pessoais, onde buscava-se a primazia das relações de solidariedade e participação igualitária de todos os envolvidos com a experiência. De outro lado, porém, essa recriação do espaço comunitário existia

³⁷ Segundo Souza Lima (1982), estas entidades tiveram um papel na organização do movimento popular, já que atuaram como um catalizador que concentrou a atuação de outras forças no campo da esquerda, desde os setores vindos da autocrítica após o fracasso da guerrilha, até os que permaneceram na organização do movimento popular sem se engajar na luta armada. Em 1982, segundo o autor, existiam 50.000 CEBs que, ao lado de outros instrumentos de mobilização popular (como as pastorais) reuniam aproximadamente 1,5 milhões de pessoas em todo o país.

somente em função de lutas por direitos modernos, que articulava o local com outros espaços, inclusive fora da própria nação (basta ver os exemplos de ONGs ligadas a organizações internacionais). Pensar, naquele momento, temas como vida local e participação comunitária implicava reconhecer essas mudanças que transformavam o local também em nacional ou transnacional, que misturava influências ao mesmo tempo em que recriava tradições.

Coutinho (1983:64) relaciona esses novos movimentos (incluindo o movimento das mulheres, dos jovens ou das minorias em geral) como a manifestação de uma retomada dos ideais marxistas de transformações estruturais na sociedade só que centrados em torno da luta pela liberdade e pela realização individual, que vai encontrar na democracia participativa o conceito-síntese desse período. É neste sentido que se materializa para as lideranças do período a discussão inicial que fizemos sobre o lugar dos indivíduos nos movimentos coletivos, bem como a relação entre *realização individual e questão democrática*.

No bojo deste processo emerge um conjunto de questões que vai dar um outro impulso à discussão sobre vida local. Uma questão importante relacionava-se à melhor forma de democracia, tema crucial no momento de redemocratização da sociedade brasileira. Naquele momento, o embate tinha como eixo central a discussão entre as vantagens e desvantagens de dois tipos possíveis: a democracia direta (proposta pelos movimentos populares) e a sua

forma representativa (modo possível de representação da sociedade nos aparelhos do poder local). Discutia-se qual era a mais legítima, a mais democrática ou a que melhor atendia aos interesses populares. Este dilema, se é que podemos chamar assim, marcou profundamente as relações dos movimentos populares com o poder local ao longo de todo esse período.

Sartori (1994) afirma que a noção do que é democracia participativa permanece um tanto vaga. O autor passa, então, a compará-la com noções vizinhas como democracia direta, democracia de referendo, democracia eleitoral e democracia representativa para situar melhor o lugar e o alcance da noção de democracia participativa:

"Em geral, o argumento da maioria dos formuladores da idéia não é que a democracia participativa deva eliminar as eleições ou descartar sumariamente a representação; e embora o 'participativista' acalente o ideal da democracia direta, raramente leva sua teoria a ponto de coincidir com ela." (Sartori, 1994: 156)

Concluindo em seguida que:

"O status da teoria e sua novidade derivam, por conseguinte, da centralidade que atribui ao conceito de participação e, assim, à participação entendida com um sentido forte e não diluído da palavra." (Idem: 159)

Na verdade, o autor está encaminhando a discussão para dois pontos delicados deste debate, que são os que tocam na relação entre participação/mobilização e na possibilidade de extensão da

democracia representativa para além de pequenos grupos. Para ele, a participação, por ser movimento próprio, se opõe a mobilização, que entende como ser posto em movimento, fazendo com que os atributos da participação (autocontrole, auto-realização) só façam sentido no seu sentido forte. Quando diluídos, perdem o seu sentido e a sua razão de ser.³⁸ Embora o autor levante a necessidade de não se contrapor ingenuamente democracia direta e participação a controle e representação, acaba concluindo de modo negativo sobre os limites da alternativa possível, que encontrou na democracia de referendo, também considerada inviável por depender das "vontades individuais" de lideranças que agem "ao acaso", ou, pior ainda, dos interesses privatistas e excludentes que dominam o jogo político em geral.³⁹

Lendo essas questões pelo lado dos movimentos que estamos analisando, creio que este pessimismo pode ser contrabalançado com algumas poucas mas boas conquistas que se originaram a partir desses grupos comunitários. O movimento popular que cresceu no Brasil dos anos 80 não se imobilizou na questão da participação pela participação, nem se contrapôs frontalmente a outros espaços no seu campo de aliados (partidos, sindicatos). Ao contrário, teve, desde seu início, uma forte interface classista e organizativa, estando presente seja nos quadros partidários, seja no interior do movimento sindical.

³⁸ Como conclui, "(...) não podemos negar que o tomar parte é significativo, autêntico e real apenas no âmbito de pequenos grupos." (Sartori, 1994:160)

³⁹ "Quanto mais nos empenhamos em refazer o corpo político, tanto mais sou tomado pelo sentimento incômodo de que somos aprendizes de feiticeiro que transformam a política num jogo gigantesco de soma negativa - um jogo onde todos tendemos a perder." (idem:330)

Pelo menos no sindicalismo rural, a presença desses novos movimentos foi o que garantiu a sua renovação nesse período (Poletto, 1991).

Mas mesmo esta análise, que vê os movimentos pelo seu resultado final, perde os ganhos que foram se acumulando ao longo desse caminho, que estão presentes nas práticas de participação exercidas cotidianamente, no interior das organizações dos próprios trabalhadores, no perfil de suas lideranças. O que não significa que não se tenha enfrentado esses problemas, da concentração de poderes nas mãos de lideranças ao populismo ou mesmo à corrupção, mas creio que entre perdas e danos o saldo é positivo.

3.1.3 - Descentralização e participação social

No entanto, o debate sobre a relação entre o interesse público e os interesses privados não é exclusivo ao campo dos movimentos populares e a sua capacidade de representar a sociedade civil, mas está fortemente presente, embora nem sempre explicitado, na reorganização dos grupos que tradicionalmente detiveram o poder local. O cenário que se configura a partir dos anos 80 traz também uma reorganização dos grupos no poder, seja em nível nacional ou local.⁴⁰

⁴⁰ Uma análise inovadora do perfil da nova elite agrária pode ser encontrada no livro de Bruno (1997).

Como lembra Jacobi (1990), o termo descentralização mantém um elevado grau de ambigüidade, tanto pelo muito que significa, quanto pela heterogeneidade social e política daqueles que defendem a idéia. Uma outra vertente do processo de descentralização é o desmonte do potencial do Estado agir no sentido da democratização da esfera pública.⁴¹ A apropriação deste processo pela ideologia neoliberal se ajusta perfeitamente ao novo ciclo de acumulação, marcado pela maior velocidade, descentralização da produção e do consumo e da correspondente reorganização institucional. Neste caso, descentralização significa o alargamento do espaço dos interesses privados e a redução da esfera pública.

Chauí (1996) relaciona esta discussão sobre o espaço público e privado com as mudanças ideológicas que legitimam diretamente os novos arranjos dos grupos dominantes, diz ela:

"O neoliberalismo é o projeto de encolhimento do espaço público e do alargamento do espaço privado - donde seu caráter essencialmente antidemocrático - caindo como uma luva na sociedade brasileira. O neoliberalismo transforma a política em espetáculo e simulacro e, deste ponto de vista, repõe com outros meios e aparências a liturgia teológica do poder." (Chauí, 1996:29)

⁴¹ Revendo experiências acontecidas em outros países, o autor lembra que a descentralização pode gerar efeitos diversos, como na Inglaterra, onde o tatcherismo provocou a reprivatização de alguns setores da economia; na Espanha representou a repartição do poder; no Chile o que ocorreu foi o fortalecimento de um poder centralizado. (Cf. Jacobi, 1990: 123).

No caso brasileiro, isto pode ser visto na privatização de uma série de serviços que historicamente eram considerados função do Estado. Do mesmo modo, a descentralização político-administrativa sem uma contrapartida financeira deixa para os municípios o ônus do enfrentamento das questões sociais, só que com menos recursos do que havia antes. Portanto, discutir a descentralização brasileira significa buscar entender não apenas as causas de seu surgimento em uma conjuntura específica, mas levar em conta também a sua relação com o processo de rearticulação do sistema político de dominação, indagando, por fim, qual a sua contribuição ao processo de democratização econômica, social e política da sociedade brasileira.

Esta discussão vem sofrendo mudanças acentuadas nos últimos anos e, atualmente, estão em discussão os efeitos positivos e negativos da descentralização realizada até aqui, bem como os novos caminhos seguidos pelos movimentos sociais, que perderam um pouco do dinamismo que apresentavam na década passada. Na realidade, o cenário é hoje bastante diferente. De modo bem simples, pode-se dizer que os anos 80 foram marcados pelas tentativas de reconstrução da relação Estado/sociedade civil, em um período caracterizado pela emergência de novas formas de mobilização e participação, os chamados novos movimentos sociais, que encontram espaços de atuação nas reacomodações que ocorriam nas estruturas do Estado.

Nos anos 90, a relação Estado/sociedade civil encontra-se mediada pelo mercado, onde as demandas sociais defrontam-se com a crise de financiamento do Estado e regem-se também por novas questões colocadas a partir das mudanças ocorridas no campo dos movimentos populares. Estas questões estão cada vez mais presentes no discurso de diferentes agentes envolvidos com o debate sobre descentralização. Antes, porém, de entrar nesta discussão, gostaria de discutir melhor o modo como os fatores presentes nesse período influenciaram a geração de novas lideranças rurais. Uma experiência fundamental neste sentido foram as Comunidades Eclesiais de Base, que formaram boa parte das lideranças rurais nos anos 80.

3.2 - Município: entre a comunidade e a sociedade civil

O objetivo deste item é explorar as implicações teóricas de temas surgidos na leitura da reflexão brasileira sobre fenômenos da vida local no período da redemocratização. Procuro entender o *município* como uma categoria analítica que carrega hoje um grande número de atribuições e significados, que estão subjacentes ao seu uso tanto no meio acadêmico, quanto no debate político. Considerarei esses conceitos e categorias analíticas como referenciais fundamentais para chegar até a realidade empírica a qual me propus desvendar. Logo, o diálogo com alguns autores que se utilizaram destes conceitos é importante para delimitar os vários sentidos que lhes foram atribuídos ao longo do tempo, e quais serão úteis para esta

reflexão. Porém, tendo claro que qualquer referencial teórico é um instrumento provisório para o entendimento da realidade, a qual desafia a teoria com novos e imprevisíveis acontecimentos e, com isso, vai esgarçando e transformando esses conceitos em algo novo, diferente, em muitos sentidos, da sua forma original. Trabalho com um nível de abstração alto, que não pretende traduzir exatamente a realidade cotidiana da vida municipal. Esta ressalva é necessária, pois, caso contrário, poderia parecer que há uma idealização excessiva desta realidade.

À primeira vista pode parecer estranho tentar conciliar noções opostas como *comunidade* e *sociedade civil*, mas creio que, se a leitura do debate em torno da vida municipal que vimos até aqui faz algum sentido, é possível tentar articular estes termos aparentemente contraditórios. É bem verdade que uso esses dois conceitos com uma certa liberdade, mas o objetivo é bem simples e pode ser traduzido na seguinte pergunta: *o que posso compreender desta realidade através da articulação destes dois conceitos, e que sem este junção não compreendo?*

Para responder esta pergunta, argumento que o espaço municipal apresenta nos anos 80 uma dupla característica: é um espaço por excelência para a *recriação de práticas comunitárias*, ao mesmo tempo em que esta recriação se faz com objetivos bem delimitados, que estão a serviço de tentativas de novas inserções sociais, basicamente *a luta por direitos modernos*. Talvez a idéia de

cidadania, construída a partir das mobilizações sociais iniciadas na década passada, seja a condensação mais exata desse duplo aspecto de que se reveste hoje a vida municipal. Antes, porém, de chegar até esta síntese, gostaria de dialogar brevemente com alguns autores que trataram dos conceitos de comunidade e sociedade civil, buscando extrair algumas questões para o debate atual.

3.2.1 - Comunidade e Controle Social

Em sociologia, sempre que pensamos em questões relacionadas à vida local associamos este tema ao conceito de *comunidade*. Mais do que isso, pensamos freqüentemente em termos da oposição comunidade/sociedade. De fato, a contraposição entre estes dois conceitos é uma das idéias-unidades da sociologia. Martins (1986), buscando contextualizar a reflexão sobre o rural dentro da teoria sociológica, recupera a formulação de Nisbet (1986), que usou esta denominação para classificar este tipo de dualidade típica do pensamento sociológico. Segundo Nisbet (1986), idéias-unidades (ou idéias-elementos) seriam aquelas idéias essenciais que permitem distinguir a sociologia de outras ciências sociais, já que explicam muita da estruturação e do desenvolvimento do raciocínio sociológico, assim como dos embates teóricos que estão na sua formação como disciplina.

Para Nisbet, cinco idéias marcam profundamente o desenvolvimento da sociologia, seriam elas: comunidade; autoridade; *status*; o sagrado;

alienação. A cada uma delas é geralmente associada uma antítese, que explica muito do seu significado na tradição do pensamento sociológico. Assim, teríamos: comunidade/sociedade; autoridade/poder; *status*/classe; o sagrado/secular; alienação/progresso.

Martins recupera o trabalho de Nisbet para tratar da ambigüidade fundante do pensamento sociológico, que se vale de idéias retomadas do mundo medieval para explicar a nascente ordem capitalista, e conclui que:

"As idéis-elementos são, portanto, idéias mediadora na produção da auto-explicação da sociedade capitalista. Idéias-elementos significam, pois, perspectivas de análise. Elas constituem a ótica através da qual essa sociedade procura ver-se e interpretar-se." (Martins, 1986: 18)

Ao tentar uma perspectiva histórica dos conceitos componentes da polarização comunidade/sociedade, deve-se estar atento aos diferentes modos como eles foram formulados, distinguindo os vários sentidos que foram aderindo a eles ao longo do tempo. Podemos questionar em que medida essas polaridades permanecem válidas em um mundo, como afirmou o próprio Nisbet, crescentemente urbano, secular e tecnológico. A questão a ser considerada é como pensar a validade do conceito de *comunidade* "em condições de modernidade", para usar a expressão de Giddens (1991). Como lembra este autor, o local é agora ao mesmo tempo mundial, transnacional, diferente, portanto, da idéia tradicional de comunidade, que definia claramente

que tudo o que fazia parte de seu mundo se encontrava dentro dos limites de suas fronteiras.

Esta integração entre o local e o que está fora de suas fronteiras nem sempre foi vista como algo positivo, sequer desejável. A destruição dos laços comunais presente historicamente no advento da ordem moderna é a base desta formulação teórica que contrapõe *comunidade / sociedade*. Um dos primeiros autores que se voltou para o conceito de comunidade, contrapondo-o ao conceito de sociedade, foi Ferdinand Tönnies, que escreveu o livro Comunidade e Sociedade, publicado na Alemanha em 1887. A obra teve pouca repercussão na época e, ainda hoje, Tönnies é um autor relativamente pouco conhecido⁴². Entretanto, a sua abordagem contém alguns dos elementos fundamentais presente nas análises sobre comunidade, tais como os atributos ligados ao instinto (em contraposição à racionalidade das sociedades modernas), com raízes na afetividade, nos hábitos tradicionais, nas crenças. Estes elementos estão na origem das definições de comunidade, onde a base da vida social se caracteriza pelo espírito da família, pela submissão aos costumes, atributos típicos de um ambiente predominantemente rural. Mas o interesse por Tönnies não se esgota no âmbito da sociologia rural, embora

⁴² A leitura da obra de Tönnies que utilizamos baseia-se, em grande parte, em textos do próprio Tönnies acrescidos de artigos de comentadores de sua obra, encontrados na excelente coletânea organizada por Miranda (1995).

ele possa ser considerado um dos fundadores dessa subdivisão disciplinar.⁴³

O diálogo teórico de Tönnies com Durkheim, também pouco conhecido, demonstra que estamos diante de uma produção teórica densa, que explora questões fundantes do pensamento sociológico, e cuja retomada hoje pode apontar questões abandonadas pela reflexão teórica e metodológica em sociologia. Isso não significa, porém, que devemos ignorar as limitações do pensamento de Tönnies, mas sim tentar retirar deste autor contribuições originais, que podem lançar luzes sobre questões acerca da vida local.⁴⁴

Segundo Tönnies, as relações sociais são criações da vontade do homem, que pode ser classificada em dois tipos diferentes e opostos. A vontade essencial ou orgânica, que seria aquela relacionada aos instintos básicos que dirigem a atividade humana, portanto mais natural e primária. A vontade arbitrária ou reflexiva seria deliberada, propositada e determinaria a atividade humana em relação ao futuro. Na comunidade prevaleceria o primeiro tipo de vontade, unindo os indivíduos por objetivos comuns, que transcendem os interesses particulares de cada pessoa. Na sociedade reina o segundo tipo de

⁴³ Ver a respeito, Merlo (1995).

⁴⁴ As limitações do pensamento de Tönnies só podem ser compreendidas se contextualizadas no ambiente intelectual em que este pensador viveu. Bastante envolvido pelo espírito de sua época e pelo perfil da produção sociológica alemã do final do século XIX, Tönnies buscava fundamentos lógicos que afastassem a sociologia da influência empirista que identificava em Comte, Spencer e no próprio Durkheim. Por isso, as formulações de Tönnies são por vezes demasiadamente marcadas por embates teórico-metodológicos que o próprio desenvolvimento da disciplina acabou por superar. Para uma melhor compreensão do ambiente intelectual onde Tönnies atuou, ver Miranda (1995)a.

vontade, pois os indivíduos se unem por uma decisão voluntária para o alcance de determinados fins (geralmente econômicos). Na comunidade, unidade de espírito e sentimento dominam as relações sociais. Na sociedade, os contatos entre os indivíduos existem somente devido aos interesses, são marcados pela competição e pela indiferença.

Esta abordagem chamou a atenção de Durkheim, principalmente a divisão estabelecida entre os dois tipos de vontade. Durkheim aceitava sem muitas restrições as características atribuídas por Tönnies à comunidade, ou seja:

"um agregado de consciências tão aglutinadas entre si que nenhum indivíduo pode mover-se independentemente dos outros; um modo comum de sentir e de querer que mantém unidos os indivíduos que vibram em uníssono; os usos e costumes e a tradição regulam a vida do grupo." (Merlo, 1995: 122).

Como afirma Merlo (1995), a objeção de Durkheim recai na descrição proposta por Tönnies para a sociedade, que seria basicamente individualista e movida unicamente por interesses, principalmente interesses materiais. Durkheim discordava que uma sociedade se rege unicamente pelo interesse, deve haver necessariamente uma adesão a valores e normas comuns ou, em outras palavras, uma consciência coletiva. Assim, para Durkheim, as normas de conduta são, além de externas aos indivíduos, dotadas de poder coercitivo, pois se impõem aos indivíduos independente de suas vontades. Na sua avaliação, havia uma excessiva idealização da

comunidade na formulação de Tönnies, ao lado de uma visão muito pessimista quanto às características das sociedades modernas.

A idéia de comunidade é, desde então, um conceito polêmico, cujas implicações devem ser constantemente explicitadas. Por isso, Henri Mendras (1978) vai preferir usar o termo *sociedade de interconhecimento*, ao invés de *comunidade*, para designar a dimensão do grupo social e o tipo de relações que se desenvolvem nas localidades rurais, procurando se distanciar de uma formulação teórica muito fechada, presente na definição de comunidade, que se mostra mais útil ao debate político-ideológica do que à compreensão sociológica, pois como explica o autor:

“O termo comunidade camponesa, sem dúvida o mais comum para designar essas unidades locais, possui o grave inconveniente de supor um modelo comunitário de relações sociais e de administração de bens e, conseqüentemente, de evocar não sei que comunismo primitivo ou arcaico do qual a comunidade camponesa seria a forma degradada.”[Mendras, 1978:86]

Mendras aponta o fascínio teórico que a *comunidade camponesa* exerceu em grande parte dos autores do século XIX, dos conservadores aos socialistas, pois estaria identificada com os arquétipos da democracia. Mas, segundo ele, os estudos históricos mostram claramente que as coletividades camponesas adquirem ou reforçam laços comunitários nos momentos de enfrentamento, como forma de preservar sua autonomia ou obter vantagens que lhes

garantam uma existência própria dentro de outros sistemas. Nesse sentido, é que o autor afirma que

“(...) a “comunidade” camponesa é uma criação histórica antes que a sobrevivência de um sistema primitivo.”

[Idem:87]

Mas qual seriam, afinal, as características de uma *sociedade de interconhecimento*? A tipologia traçada por Mendras inclui desde características territoriais (coincidência do local de vida e de trabalho; combinação de vida doméstica e vida coletiva)⁴⁵ até os laços de parentesco. Porém, o sentido mais profundo do *interconhecimento* remete a um conjunto de relações sociais que ligam o conjunto do grupo, formando uma coletividade onde “conhecer-se” significa não apenas conhecer todos da localidade, mas também conhecer todos os aspectos da personalidade do próximo. Isso somente é possível na medida em que os papéis sociais permaneçam indiferenciados, onde as relações sejam previsíveis e codificadas, isto é, onde cada um cumpre o seu papel de acordo com as expectativas do próximo. Porém, este “mundo codificado” não exclui, segundo Mendras, uma grande variedade nas modalidades da prática social, mas implica em um lugar de destaque dado à *incerteza e ao cálculo estratégico*.⁴⁶

⁴⁵ Redfield (1949) caracteriza a aldeia ou cultura de *folk* com atributos semelhantes, portanto seriam: pequenas, homogêneas, isoladas, economicamente auto-suficientes, com divisão do trabalho baseada em sexo, idade e parentesco, tradicionais, com forte senso de solidariedade grupal etc.

⁴⁶Mendras (1978): 92 cita os exemplos das relações matrimoniais e do cultivo da terra como situações privilegiadas para se entender esses dois fatores, pois são ocasiões onde se introduz este estado de incerteza nas relações sociais e onde o cálculo estratégico desempenha um papel definidor das relações futuras.

Fica claro que a sociedade de interconhecimento, ao se apresentar como um “jogo de relações codificadas”, supõe um acordo ideológico, uma mesma visão de mundo compartilhada por todos os seus membros. Na sua teoria da comunidade, Tönnies desenvolve uma argumentação bastante semelhante a de Mendras, identificando o que chamou de *consenso* como o suporte desse acordo ideológico:

“O consenso baseia-se no conhecimento íntimo de cada um, na medida em que é condicionado por uma participação direta de cada qual na vida dos outros, pela inclinação de compartilhar alegrias, tristezas. Por essa razão, o consenso é mais provável, quanto mais se assemelham a constituição e a experiência, ou quanto mais parecidos e harmônicos forem a disposição natural, o caráter e o modo de pensar.” [Tönnies, 1995: 243].

O *consenso*, entendido como uma “comunidade de vontade”, encontra-se também em grupos maiores, embora de forma mais difusa, como um sentido comum de crenças, costumes ou fé que perpassam os membros de um *povo* [Tönnies, 1995: 245]. Para Mendras esse *consenso* pode existir, e de fato existe mais fortemente nas pequenas comunidades, mas não se confunde, no entanto, com a idéia idílica da sociedade camponesa como um espaço harmonioso, sem conflitos:

“O observador, vindo de fora, tem a impressão de penetrar em um mundo fechado e quente no qual todos têm em comum essa herança cultural e chega a conclusão de que a coletividade camponesa é necessariamente uma ‘comunidade’, já que se opõe nisso à sociedade envolvente” (Mendras, 1978:94)

Para ele, o que está em jogo nesta aparência é a diferenciação da coletividade camponesa da sociedade envolvente, através do destaque dado à unidade interna, que é fundamental para a existência do interconhecimento, mas não implica no desaparecimento das diferenças e, acrescenta, das divergências. Assim:

"É necessário não deixar-se iludir com o modelo muito funcionalista e irênico que apresentamos aqui. A coletividade vista como um arranjo, pode-se opor a coletividade vista como um sistema de tensões e de poderes. (Idem, ibdem)

Quer dizer, portanto, que a homogeneidade cultural por si só não é neutra, mas serve para a dominação da sociedade envolvente e, também, para reforçar as posições diferenciadas existentes no interior da própria coletividade camponesa (não só entre os "notáveis" e os camponeses, mas também entre camponeses ricos, médios e pobres). Teríamos assim um quadro mais realista da coletividade camponesa, onde existe a dominância de uma homogeneidade cultural, mas que é compensada pela diversidade social (fundamentada nas oposições de vizinhança, parentesco, sexo, idade, hierarquia), tornando a aldeia uma rede de tensões e conflitos, mediados, no entanto, por uma forte "regulação social constrangedora." (Mendras (1978): 103). Esta regulação social se dá através do julgamento moral, o que supõe a presença de uma moral válida para todos e aceita por cada um.

As semelhanças com o conceito de *solidariedade mecânica* de Durkheim são visíveis, tanto do ponto de vista de uma consciência comum compartilhada pelo grupo, quanto no que se refere ao tratamento dado aos casos desviantes, que, como ressalta Durkheim, seriam alvo de duras sanções. Neste aspecto, Tönnies também está de acordo com Durkheim. Há uma diferença, no entanto, que os distingue radicalmente, que é o valor atribuído a existência desse *consenso* ou *solidariedade*, que é praticamente oposto nestes dois autores. Se para Tönnies o *consenso* é associado com a possibilidade de uma convivência autêntica e harmoniosa entre os indivíduos, para Durkheim a *solidariedade mecânica* representa um estágio primitivo das relações sociais, resultado do pequeno desenvolvimento dos estados de consciência, só possível nas sociedades “arcaicas” e diretamente associado a um direito coercitivo exercido por um Estado forte. Ao passo que a emergência da *solidariedade orgânica*, fruto do desenvolvimento geral da sociedade (relações sociais e estados de consciência) obtidos a partir de uma maior divisão do trabalho, levam à preponderância do direito cooperativo.

Gostaria de retirar da reflexão destes autores alguns pontos que considero úteis para a compreensão dos fenômenos da vida local. Em relação ao poder e à dominação, tanto Mendras, quanto Tönnies trabalham muito com a idéia de uma volta ao passado, seja na idéia de *utopia camponesa* (Mendras) ou um *retorno à comunidade* (Tönnies), que seria comum a todas as sociedades agrárias, que

remete a uma época passada, quando não estavam submetidas a um poder externo, e cujo retorno a essa situação de autonomia é sempre esperado. É inevitável a comparação com os movimentos messiânicos que se nutrem dessas mesmas utopias. Porém, creio que este não é o melhor caminho para pensarmos a ação política do campesinato, pois os movimentos messiânicos associam-se geralmente a movimentos de caráter pré-político, no mais das vezes com pequenas possibilidades de êxito, e onde essa busca por um passado mítico expressa a falta de perspectivas desse campesinato. É mais proveitoso seguir o caminho também proposto por Mendras sobre a relação das revoltas camponesas com a “sociedade envolvente”. Segundo ele, as revoltas são, muitas vezes, vistas pelos camponeses como fracassos, que os reconduzem à condição inicial, embora possam representar um certo alívio quando conseguem vitórias parciais sobre pontos específicos (impostos, dependência). Conclui o autor:

“Mas se invertermos a perspectiva e analisarmos esses movimentos do ponto de vista da sociedade envolvente e de seus procedimentos de dominação, veremos que os movimentos camponeses, na maioria das vezes, se inscrevem dentro de um movimento de conjunto da sociedade.”
[Mendras, 1978:141]

Percorrendo a história do campesinato europeu, Mendras vai traçando um painel extremamente rico desta relação entre as sociedades camponesas e a sociedade envolvente, demonstrando os

“estremecimentos” nas formas de dominação ao lado da manutenção ou mesmo do surgimento de outras formas de dominação.

Deve-se ter claro que a oposição comunidade/sociedade é uma construção teórica que tem como objetivo ressaltar as diferenças mais marcantes entre diferentes estágios de organização social, que corresponderiam, grosso modo, a evolução histórica das sociedades modernas, ou seja, da comunidade rural à sociedade industrial; do campo à cidade; das relações sociais próximas e tradicionais à impessoalidade e burocratização do mundo moderno. À medida que esta transformação acontece, há, por um lado, a atomização dos cidadãos, que deixam de existir e agir de modo coeso, como suposto na comunidade, pois tem seu mundo social reduzido aos papéis que passam a ocupar na sociedade, geralmente pensado em termos do papel passivo de consumidor. Por outro lado, há um avanço do Estado, geralmente sobre a forma das suas esferas administrativas, sobre campos privados da vida dos cidadãos, preenchendo todos os espaços da autonomia individual.

Isso conduz a uma questão fundamental para a nossa reflexão que é a discussão sobre a articulação entre subordinação/autonomia, que marca a trajetória da discussão sobre vida local. A rearticulação em pequenos grupos atuantes, sob a forma de movimentos sociais, seria assim a tentativa de reagir a este processo. Entretanto, antes de entrarmos nesta discussão, seria importante definirmos melhor o conceito de sociedade civil, especialmente a sua aplicação contemporânea.

3.2.2 - Sociedade civil: o renascimento de uma categoria analítica

Uma boa definição de sociedade civil seria dizer que é uma rede de associação autônoma, independente do Estado, reunindo cidadãos com o objetivo de influir no processo de tomada de decisões políticas relativas a seus interesses. Ou, como melhor expõe Gellner:

“A mais simples, imediata, e intuitivamente óbvia definição, que também é bastante válida, é que Sociedade Civil é o conjunto de diversas instituições não-governamentais suficientemente fortes para contrabalançar o Estado e, embora não impeça o Estado de cumprir o seu papel de guardião da paz e árbitro entre interesses maiores, pode, entretanto, impedi-lo de dominar e atomizar o resto da sociedade.” [Gellner, 1995: 12].

Em que pese a generalidade desta definição, emerge do seu enunciado interessantes constatações sobre as implicações envolvidas no seu uso. Interessa destacar que dificilmente fala-se em sociedade civil no contexto de sociedades tradicionais, isto é, aceitando que sob esta denominação estariam aqueles agrupamentos que identificamos anteriormente como comunidades. Isso porque, na comunidade, como vimos, há o primado do todo sobre as partes, tornando os indivíduos membros de uma substância que os transcende. Na sociedade, ao contrário, prevalece a concepção do homem atuando como uma forma de contrato entre vontades livres, que se afirmam na sua individualidade e no seu livre arbítrio. Ora, o pressuposto básico da existência da sociedade civil baseia-se no

sistema de necessidades que leva a que os indivíduos persigam seus interesses, mediante organizações e associações que se opõe aos avanços do Estado, configurando uma formação social mais complexa do que aquela presente nas pequenas comunidades. Porém, para aplicarmos este conceito em relação à atuação existente em pequenas localidades, devemos estar cientes de seus vários sentidos.

Existem várias concepções distintas de sociedade civil presentes no debate político e acadêmico ou, pelo menos, diferentes leituras sobre os elementos fundamentais componentes deste conceito. Bobbio (1982), recupera o conceito de sociedade civil dentro da formulação gramsciana, ou seja, como componente de um determinado bloco histórico, cujas bases estão em permanente disputa e, portanto, em constante transformação. A abordagem do conceito de bloco histórico em Gramsci deve partir da sua visão da sociedade como uma totalidade, que, no entanto, podia ser apreendida em diversos níveis. Gramsci (1978) distingue dois níveis nesta totalidade: o da estrutura, que corresponde à base material em que se assenta a sociedade; e o da superestrutura, que seria o aparato ideológico correspondente a cada formação do bloco histórico. É fundamental entender que estes dois níveis mantêm uma relação dialética, não havendo a primazia de um sobre o outro, sendo que a permanência do bloco histórico estará dada, justamente, por esta unidade. Gramsci divide a superestrutura em duas categorias: a

sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil seria composta por aquelas instituições dispersas e com um caráter mais privado, tais como as escolas, sindicatos, a Igreja,⁴⁷ cuja função seria difundir uma dada concepção de mundo, correspondente à ideologia dominante no bloco histórico. A sociedade política seria composta pelas instituições mais diretamente ligadas ao Estado, como os tribunais ou o exército, expressando a dominação direta de uma classes (ou classes) no poder.⁴⁸

Esta primeira aproximação do conceito e bloco histórico tem por objetivo distingüir seus elementos componentes, mas a sua compreensão passa necessariamente pela incorporação de seu caráter mais dinâmico.⁴⁹ Para tanto, é necessário precisar o sentido do conceito de hegemonia de Gramsci. Hegemonia é um conceito fundamental na obra deste autor e indica a capacidade de uma classe conseguir a adesão das classes que lhe são mais próximas, a partir de um projeto econômico, político ou cultural que conforma uma determinada articulação de classes, ou um bloco histórico, que seria assim a expressão da realização da hegemonia.

⁴⁷ A Igreja é considerada, por si só, como uma verdadeira sociedade civil autônoma, devido a sua hierarquia e política própria, bem como a sua homogeneidade ideológica em relação a princípios fundamentais. O que, porém, não impede a sua solidariedade com classes componentes ou não do bloco histórico.

⁴⁸ Novamente, é fundamental entender que esta distinção tem um caráter metodológico, uma vez que a classe dominante, na concepção de Gramsci, assegura sua permanência no poder não só através da dominação direta, mas também através do consentimento. Ou seja, o Estado é simultaneamente sociedade civil e sociedade política, sendo que a maior preponderância de uma faceta ou de outra fica dada, em última instância, pela própria hegemonia da classe dominante no bloco histórico. Ver sobre o tema, Gruppi (1978).

⁴⁹ Cf. Portelli (1977).

Em alguns textos, Gramsci usa sociedade civil como sinônimo de hegemonia, assim como sociedade política significando Estado.⁵⁰ Acredito que estas denominações visavam sobretudo apontar caminhos para a ação política das classes subalternas, visto que esta era a preocupação central de Gramsci ao elaborar a sua reflexão. Assim, ao igualar sociedade civil como o campo da elaboração da (nova) hegemonia, estava destacando a importância que o movimento constante de elaboração de valores culturais, artísticos, filosóficos pode gerar a hegemonia futura de uma classe excluída do bloco histórico, penetrando nos diferentes espaços da sociedade. É a partir deste movimento que Gramsci pensava a atuação política, ou seja, através da possibilidade de desagregação da hegemonia dominante e da criação de um outro sistema hegemônico, conformador de um novo bloco histórico.

Recentemente, generalizou-se a utilização da sociedade civil como uma categoria presente tanto no discurso acadêmico, quanto no discurso político. Retomo Ernest Gellner, um dos pensadores contemporâneos mais originais, que retrata com exatidão o ressurgimento recente do interesse em torno da sociedade civil, atribuindo-lhe o caráter de um *slogan* moderno contra a asfixia social levada a cabo pelos regimes políticos autoritários, diz ele:

“Um novo ideal nasceu, ou renasceu, há poucas décadas: a Sociedade Civil. Anteriormente, alguém que se interessasse pela noção de Sociedade Civil poderia ser

⁵⁰ Cf. Gramsci (1968).

considerado um historiador das idéias, talvez ligado a Locke ou Hegel. Mas esse rótulo não tinha repercussão significativa nem poder de evocação. Pelo contrário, parecia coberto de poeira. Agora, repentinamente, foi trazido de novo à luz, minuciosamente desempoeirado, e tornou-se um reluzente emblema."[Gellner, 1995: 9]

A explicação para a valorização recente desta noção deve ser buscada, segundo ele, na dolorosa experiência das sociedades onde houve uma centralização autoritária do poder e a supressão das liberdades individuais em nome de uma nova ordem social, que surgiria com o fim da exploração típica do sistema capitalista. Gellner está se referindo basicamente aos países socialistas, mas suas críticas não se restringem à experiência real destes países, mas volta-se também contra o marxismo, que identifica como o mentor intelectual da idéia de que a sociedade civil, assim como o Estado, é uma mera fraude, que disfarça, sob uma suposta pluralidade institucional, a opressão de uma classe. A supressão da sociedade civil por meios autoritários só fez ressaltar o quanto a sua presença era essencial para se alcançar a liberdade prometida, porém não realizada pelas experiências socialistas, especialmente na URSS. Como conclui Gellner:

"Nessas circunstâncias, a própria situação que o marxismo tinha proclamado ser uma fraude mostrava-se subitamente como algo ardentemente desejado. O termo empoeirado, tirado de antigas teorias políticas, que freqüentara debates longos, obscuros e com justas razões esquecidos, emergia repentinamente dotado de uma nova e poderosa capacidade de causar o entusiasmo e inspirar a ação"[Idem: 12]

O paralelo com a situação brasileira é evidente, pois com o golpe militar de 1964 há um processo semelhante, que se instaura com a supressão das liberdades individuais, atomização da sociedade, através da desmobilização dos seus setores mais organizados, assim como uma fusão das hierarquias política, ideológica e econômica, medidas que juntas buscaram banir a idéia de sociedade civil em nome de uma suposta unidade dos interesses da nação. Nesta conjuntura, o resgate do conceito de sociedade civil tinha uma função basicamente política, como conclui Costa(1997):

"A utilização da expressão civil nesse caso remete-nos ao sentido coloquial do termo - como não militar -, estabelecendo uma linha divisória entre a sociedade (civil) e o Estado (militar)." (Costa, 1997:12)

Com um uso político-estratégico, ressalta o autor, deixava-se de se indagar sobre o sentido analítico-teórico do conceito, que chega assim nos anos 80 com *"contornos conceituais muito difusos"* (idem:13), pois passa a significar qualquer movimento que buscasse marcar sua independência em relação ao Estado. Esta postura dos movimentos que se posicionavam "de costas para o Estado" como modo de marcar sua autonomia vem sofrendo modificações ao longo dos últimos anos, demonstrando que os diferentes atores sociais vêm repensando suas posições, que, de um lado, não existem apenas a partir da possibilidade do Estado incorporar o conjunto de demandas da sociedade civil, mas, de outro lado, também, não significa a desistência de intervenção e participação desses movimentos no

âmbito do Estado. Esta reflexão recente, mais do que apontar caminhos inequívocos, serve para se repensar os canais possíveis de mediação entre os atores sociais e o Estado, onde não estão excluídas as possibilidades de surgimento de novos sujeitos políticos e diferenciadas formas de atuação, criando e recriando espaços e as próprias concepções de política, sociedade, indivíduos e história.

3.3 - Movimentos sociais: participação e representação

Pensar, hoje, temas como os movimentos sociais que ocorrem no âmbito local implica considerar as novas questões que se colocam tanto para a atuação possível dos movimentos populares, quanto para a nova configuração do conceito de local dentro das transformações em curso. Muitos movimentos sociais atuais apresentam-se articulados com diversas redes que ultrapassam as fronteiras nacionais, criando o que o Fernandes (1995) denominou de "elos de uma cidadania planetária", que apresenta-se como uma realidade essencialmente nova tanto do ponto de vista do mundo que conhecemos até então, quanto mais surpreendente ainda do ponto de vista da reflexão acadêmica, que encontra-se desafiada por estes acontecimentos.

Porém, como afirmamos anteriormente, aceitar a emergência de uma nova sociedade global, e os conseqüentes desafios que esta nova ordem coloca, não significa, no entanto, atribuir a este fenômeno um poder de transformação absoluto, que supera a antiga

ordem sem deixar vestígios. Ao contrário, a premissa que aqui adotamos foi, desde o início, rever temas e questões importantes no longo debate envolvendo fenômenos da vida local. Acredito que muitas destas questões são importantes tanto do ponto de vista do debate que geraram no momento de sua formulação, quanto em relação ao momento atual, devido as rupturas havidas e, também, ao muito de continuidade que estes temas carregam para pensarmos atualmente a vida local.

3.3.1 - Anos 90: o local como categoria de análise

Milton Santos (1997) tem produzido uma reflexão sobre a globalização que tem sido um alento para aqueles que acreditam que, mais que um processo inexorável, a globalização é também um processo carregado de atributos ideológicos, que devem ser colocados em discussão. Não se trata de reagir a este processo, mas sim de posicionar-se criticamente frente a ele, separando o que há de realidade e o que há de ideologia nesta nova realidade que se apresenta como sendo tão poderosa.

Como pensar a vida local em um contexto que a expõe constantemente a tão múltiplas influências, atravessando-a com processos e informações que transcendem suas fronteiras? Como afirma Santos (1997), a dimensão mundial é o mercado, são aquelas instituições de caráter supranacional, que podem entrar na vida

local, atravessá-la, mas não a transforma em mundial, apesar de fragmentá-la, pois, como afirma o autor:

"A grande revolta se dá através do espaço, do lugar, ali onde a tribo descobre que não é isolada, nem pode estar só. Este lugar tanto pode se chamar Ngoro karabad como Los Angeles. O mundo da globalização doentia é contrariado no lugar."(Santos, 1997:36)

Giddens (1991) afirma que a coincidência entre espaço e lugar foi um fenômeno da era pré-moderna, quando as dimensões espaciais da vida social eram dominadas por atividades localizadas. O advento da modernidade transforma as relações de interação face a face, pois como explica o autor:

"Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a "forma invisível" do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza." (Giddens, 1991: 27)

A globalização redefine, em parte, o local, pois estes processos e informações o afetam de vários modos. Mas são também fenômenos irrealis, acontecem no mundo, não ali, não têm uma materialidade. É neste sentido que Santos (1997) conclui que o que globaliza separa, é o local que permite a união, pois segundo ele:

"É pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora." (Santos, 1997:37)

Mas a questão é saber até que ponto podemos continuar a usar o conceito de local para uma realidade que encontra-se de tal forma alargada nas suas fronteiras, não apenas físicas, mas políticas, culturais, sociais. Ianni (1992) já chamou atenção para este ponto, dizendo que grande parte da conceituação utilizada pelos teóricos que se aventuram por essas questões acaba sendo repleta de metáforas, o que indica a dificuldade de formular de modo preciso temas tão novos. Ortiz (1994) exemplifica este ponto, especificamente sobre a nova configuração dos movimentos sociais, que apresentam-se como tendo um caráter mundial, como, por exemplo, o movimento ecológico. Diz ele:

"Seu objetivo, a terra, ultrapassa as fronteiras nacionais, apresentando-se como uma espécie de movimento social da 'sociedade civil mundial' (mas teria sentido falarmos em sociedade civil, sem a sua contrapartida, o Estado? Como vemos, os conceitos são ainda falhos, nos constrangendo a utilizá-los como metáforas)" (Ortiz, 1994:7)

Creio que uma saída possível pode estar na retomada de alguns conceitos fundamentais, o que nos leva de volta ao permanente debate sobre a existência de uma crise de paradigmas nas ciências sociais. A pergunta é: em que medida as mudanças no objeto da disciplina afetam tão fortemente seus alicerces conceituais? A sociologia é uma compreensão da realidade que incide eia mesma sobre compreensões, e não sobre objetos naturais (como a física) ou objetos abstratos (como a matemática). Isso significa que a sociologia deve ter, como diz Habermas (1991), a forma de uma auto-reflexão

sobre a realidade em que vivemos. Ora, uma compreensão que incide sobre compreensões deve necessariamente voltar-se sobre si mesma e sobre a realidade que a produziu, ou seja, deve levar em consideração as mutações da realidade que ela estuda de maneira a dar conta de seu próprio modo de produção, de seu sentido, de seus conceitos e métodos. Diferentemente das ciências exatas e da natureza, as ciências sociais incluem, portanto, na estrutura de seu próprio modo de produção, um debate permanente sobre seus próprios fundamentos. As ciências da natureza *podem* voltar-se sobre seus fundamentos, mas tais investigações epistemológicas não fazem parte de sua lógica interna, devendo, ao contrário, constituir-se como um esforço suplementar. As ciências sociais, ao verem a produção do saber como uma instituição social, estão necessariamente comprometidas com uma volta reflexiva sobre seus próprios fundamentos e sobre sua validade.

Portanto, creio que não devemos abandonar tão facilmente as possibilidades ainda latentes em conceitos como local ou vida local, mesmo com as intensas transformações em curso. Este sentido em que a sociologia depende de seu objeto é insuficiente para dizermos que se atravessa atualmente uma crise de paradigmas. Pode ser que essa conclusão se imponha, mas ela deve ser fundamentada, nesse caso, por *outras* razões diferentes da mutação do objeto. Poderíamos sugerir que, ao invés de uma crise de paradigmas, a sociologia contemporânea enfrenta a necessidade de engendrar, a partir da

retomada de seus conceitos fundamentais, novos conceitos e métodos para dar conta da realidade atual. O modelo da auto-reflexão impõe esse dinamismo constante, mas difere radicalmente de uma crise de paradigmas. Será apenas ao completar essa busca por uma nova unidade conceitual que a interdisciplinaridade poderá surgir como uma possibilidade concreta, não se constituindo por si só como uma resposta. Mas isso seria o objeto de um outro estudo.

Para pensarmos o local hoje, mostra-se necessário repensarmos suas origens, trabalhando com a dicotomia tradicional *versus* moderno, já que a tradição e a modernidade fazem parte do cotidiano das relações sociais no mundo atual. Como lembra Oliveira (1990), sair do tradicional para entrar no moderno foi o ideal político e a questão teórica dos últimos cem anos no Brasil. Segundo a autora, atualmente duas vertentes divergem quanto à pertinência da questão nacional. Uma criticando a modernidade e o projeto nacional a ela ligado; outra, que mesmo reconhecendo as dificuldades enfrentadas, valoriza a questão nacional configurada no Estado Nacional, concluindo que:

"O Estado responsável pela expansão do capitalismo é também o responsável por uma cidadania que não alcançou a todos. A heterogeneidade social resulta não só do atraso, mas principalmente do sucesso na implantação de um modelo de capitalismo excludente. A cidadania incompleta e a crise na capacidade de governar do Estado completam assim este quebra-cabeça insano. Vivemos situações e problemas da pré-modernidade, da modernidade e da pós-modernidade no mesmo tempo histórico." (Oliveira, 1990:65)

É certo que a questão nacional não ocupa mais o espaço central que já teve na reflexão e nas perspectivas de construção de uma nação efetivamente moderna, mas abandoná-la por completo significa desistir também da tentativa de construção de uma cidadania mais abrangente. A busca de saídas para esses impasses é um desafio que mobiliza a reflexão brasileira sobre modernidade, democracia e direitos sociais. Agnes Heller⁵¹ defende a idéia de que a dinâmica da modernidade não pode ser importada, querendo dizer com isso que a entrada da modernidade nos países do chamado terceiro mundo é devastadora, semelhante a um colapso, porque sofremos todas as influências da modernidade, via globalização, mas não possuímos a dinâmica social que caracteriza a modernidade vivida nos países centrais.

Weffort (1990), partindo da idéia dos anos 80 como a "década perdida" e constatando que a modernização e a democratização não andam no mesmo compasso nesse início dos anos 90, indaga se na América Latina a democracia estaria condenada a ter como companheira não a modernidade mas a decadência. Ele conclui que a grande diferença entre a crise que vivemos hoje e as crises passadas é que temos hoje um bloqueio de perspectivas, uma perda de futuro. Esse bloqueio, diz o autor, nos aproxima, paradoxalmente, da condição moderna.

⁵¹ Em palestra proferida na Faculdade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, em 15 de maio de 1997.

3.3.2 - Movimentos sociais: novos ou velhos, classistas ou não-classistas?

Ao falarmos hoje em *comunidade, participação, poder local* ou *sociedade civil*, devemos estar cientes que estes conceitos carregam em si uma longa trajetória, que se mostra fundamental para compreendermos seus sentidos atuais. Mas, por outro lado, estes conceitos devem ser pensados dentro do quadro empírico em que se localizam, o que força a se repensar a validade de muitos atributos que marcaram esta trajetória. O que mudou? E, porque? O poder local, por exemplo, é hoje uma força que se manifesta de modo bastante diverso de suas formas de manifestação há 30 anos atrás, embora guarde muito de suas características ancestrais. O que significa pensar o poder em um quadro no qual a vida local era marcada pela precariedade e pelo isolamento? O que significa pensá-lo em um momento de renovação política marcada pela participação popular?

Ao tentar responder estas questões estaremos percorrendo, brevemente, parte da reflexão brasileira sobre movimentos sociais produzida nos últimos anos. Desde já, cabe adiantar que recuperaremos este debate sob uma ótica bem restrita, que não percorre a diversidade de caminhos abertos por esta área de estudos, e em torno de uma tese bem definida: a necessidade de se retomar a interface classista destes movimentos sociais não-classistas. Explico melhor: no seu surgimento, a expressão "novos movimentos sociais"

visava designar aqueles movimentos não diretamente ligados ao mundo do trabalho e da produção, diferentes do tradicional movimento operário e suas ramificações. Progressivamente, esta idéia passou a englobar genericamente o termo "movimentos sociais" e, especificamente no caso brasileiro, adotou-se a expressão "movimento popular" para designar as novas formas de mobilização e associação surgidas, geralmente, nas periferias dos grandes centros urbanos.⁵² Porém, a ênfase no seu caráter inovador deixou, muitas vezes, de contemplar as conexões destes movimentos com demandas tipicamente classistas.

Mais quais seriam as características desses movimentos e por que se enfatizava o seu viés não-classista? A primeira característica que deu visibilidade aos chamados novos movimentos sociais foi o fato dessas manifestações coletivas ocorrerem "por fora" dos espaços institucionais tradicionais, como partidos e sindicatos. Resultado, em grande parte, de uma postura crítica em relação à capacidade desses espaços tradicionais absorverem as novas demandas trazidas por esses movimentos.

Uma segunda característica, refere-se ao questionamento do Estado como agente executor do desejo político da sociedade civil, que ao mesmo tempo que era o destinatário privilegiado das demandas comunitárias (saúde, educação, emprego) era visto como

⁵² Exemplos importantes deste paradigma podem ser encontrados em Boschi, (1982); Moisés (1985)

um espaço pouco democrático. A junção dessas duas características é que dava a estes movimentos o seu caráter radical, de crítica ao Estado quanto ao sistema representativo tradicional.

Uma terceira característica importante refere-se ao perfil das demandas desses movimentos, que eram mais específicas e imediatas, substituindo o projeto de transformação total da sociedade que, na leitura desses movimentos, estava no horizonte do movimento sindical e dos partidos de esquerda tradicionais. A transformação proposta por esses novos movimentos era, em certo sentido, muito mais ampla, pois passava pela revisão interna das posturas das próprias organizações, buscando redefinir o lugar do indivíduo nos movimentos coletivos e a criação de novas formas de relacionamento, não só pela democratização, mas democráticas em si; não apenas lutando pela inclusão social, mas solidárias. No entanto, a leitura que outros setores, aliados ou opositores desses movimentos, enfatizaria ora o caráter "immediatista" ou "reformista" desses movimentos, ora o seu projeto "utópico", leitura que, a meu ver, domina ainda hoje o olhar retrospectivo que se lança sobre a presença desses movimentos no cenário político brasileiros dos anos 80.

No caso brasileiro, a emergência dos chamados novos movimentos sociais ocorreu em um momento de renovação política importante, quando o fim do regime autoritário abriu espaço para a tentativa de constituição de uma nova cultura política, que, como afirmamos anteriormente, pretendia-se mais democrática e mais

solidária inclusive que a tradicional cultura política dos setores de esquerda. É por isso, que o tema da institucionalização foi tão presente na dinâmica e na análise dos movimentos populares, pois as instituições para serem novas deveriam trazer inscritas em si as marcas do momento, se pensadas em termos da participação solidária de todos. Ao mesmo tempo, a institucionalização era parte importante da lógica associativa na consecução dos benefícios desejados.

Uma outra questão, diretamente relacionada à questão anterior, dizia respeito a maior reflexão que esse período propiciou sobre a relação entre o interesse público e os interesses privados. Pensar as características da participação dos segmentos organizados da sociedade na formulação ou decisão político-administrativa - pressupostos do processo de descentralização - levava também à necessidade de se pensar a função de poder de que os organismos de participação popular deviam ser portadores e a definição dos interesses da sociedade civil que deviam estar neles representados.

Ora, os movimentos populares são partes constituintes da sociedade civil e da opinião pública, influenciando-a e sendo por esta influenciados. Isso quer dizer que a força e a legitimidade desses movimentos são condicionadas não só pela consciência dos seus participantes, como também pelo respaldo obtido na opinião pública. Logo, a participação desses movimentos nas instâncias do poder encontra sua razão na legitimidade social e pública e não apenas na

vontade política particular de seus quadros dirigentes. Esta questão é importante, pois significa que sua participação é condicionada e não soberana. A soberania popular envolve a totalidade dos sujeitos sociais, a vontade geral destes, enquanto os movimentos dizem respeito apenas aos interesses coletivos daqueles que deles participam. O resultado disso é a necessidade de um processo de pactuação permanente entre os interesses particulares, ainda que coletivos, e a vontade geral e soberana, que se expressa pela opinião pública majoritária da sociedade civil.

E a idéia de conflito? Classista ou não, o impacto de forças internas e externas, pressões e tensões sociais, produz alternativas de organização que se manifestam sob diferentes formas em cada momento. Como afirma Ribeiro (1991), o modo mais geral de definir movimentos sociais seria dizer que eles são formas de mobilização e organização que atuam ativamente entre os processos de reprodução social e a esfera política. Logo, os movimentos sociais possuem assim uma dupla existência: articulam processos de construção do tecido social (através da solidariedade, estímulo à participação etc.) e, simultaneamente, atuam no campo dos conflitos políticos. Segundo a autora, tomada nesse sentido, a idéia de movimentos sociais não é algo novo, já que esta dupla face esteve presente na existência histórica de quase todos os movimentos que lutaram contra as várias formas de opressão e exploração social, desde as lutas do operariado até os mais remotos movimentos camponeses.

Porém, a denominação corrente de movimentos sociais que está presente atualmente nas ciências sociais expressa rupturas e rearranjos conceituais importantes em relação à tradição do pensamento sociológico que lida com o tema da ação coletiva.

A complexificação da sociedade contemporânea e o próprio desenvolvimento teórico das ciências sociais colocaram em questão a idéia de que um único paradigma possa recobrir a realidade, que se mostra cada vez mais multidimensional. Essas rupturas já vinham se mostrando visíveis desde os anos 70, quando o crescimento de mobilizações portadoras de demandas de perfil não classista ganharam espaço. Mobilizações como o movimento ecológico, pacifista, feminista, de minorias, dentre outros, passaram a ser denominados de “novos movimentos sociais”, onde o adjetivo “novos” marca esse distanciamento com os movimentos sociais tradicionais, isto é, aqueles pensados enquanto movimentos de uma classe social, portadores de um projeto de transformação mais amplo, geradores de uma consciência de classe entre seus participantes. Enfim, toda uma série de atributos que a reflexão teórica atribuía a esses movimentos e que, muitas vezes, levou a uma certa reificação das análises sem maiores questionamentos sobre a própria diversidade que estes movimentos possuíam.

Assim, a denominação de novos movimentos sociais passou a englobar um conjunto bastante heterogêneo de manifestações, não só de caráter não exclusivamente classista, mas também caracterizados

por usarem formas de organização e manifestação que passavam ao largo dos espaços tradicionais de representação política (como partidos e sindicatos), trazendo demandas específicas e visando soluções imediatas para seus problemas, características bastante diferentes, portanto, da idéia de um projeto de transformação social.⁵³ Estas características dos novos movimentos sociais causaram estranhamento e desconfiança desde o seu surgimento, já que, além do caráter imediato (ou "não-revolucionário") de suas demandas, eram conduzidos, em grande parte, por setores da classe média, que nunca tiveram o apelo revolucionário atribuído à classe operária.

Isso não nos leva, porém, a uma teoria particular dos movimentos sociais. Ao contrário, a presença destas questões no campo teórico tem levado a uma renovação nas ciências sociais e à atualização do seu campo de valores, conceitos e métodos. De modo geral, como afirma Ribeiro (1991), pode-se dizer que há recentemente uma valorização da categoria *processo* ao invés da categoria *estrutura*; uma maior aceitação dos valores sociais e culturais como chaves importantes para se compreender a ação social; a valorização da subjetividade como um fator relevante na construção da realidade social. Enfim, como ressalta Alberto Melucci, um dos grandes teóricos do tema, a amplitude dos questionamentos teóricos a partir

⁵³ Uma discussão sobre a perda de centralidade da classe operária na explicação da dinâmica das sociedades contemporâneas, especialmente nos países europeus, pode ser encontrada em Castoriadis (1987); Offe (1989).

do desenvolvimento da área de movimentos sociais se explica, em parte, pelas próprias características deste objeto de estudos, isto é, por serem os movimentos aquela parte da realidade social ainda não cristalizada, onde a ação é portadora imediata dos aspectos relacionais da sociedade e do seu sentido. Melucci conclui que os movimentos sociais se tornam, assim, mais do que um objeto, pois passam a ser uma lente através da qual problemas mais gerais podem ser abordados.

Esta postura amplia bastante as possibilidades de análise dos movimentos sociais, que passam assim a não serem vistos unicamente em função de seus fins, seus objetivos alcançados ou não, e permitem que se veja, mediado pela sua presença, o estado mais geral da sociedade onde eles ocorrem. Os motivos de seu surgimento, as formas de seu desenvolvimento, os embates que enfrentam, as questões que levantam, tudo isso passa a jogar luz sobre aspectos os mais diversos da sociedade, do social ao político, do cultural ao econômico, do étnico ao sexual. É claro que essa visão multidimensional não se deve exclusivamente ao surgimento dos movimentos sociais, mas corresponde a um estágio específico de compreensão da realidade social que incorpora e aceita a diversidade, a multiplicidade de sentidos e a própria irracionalidade do desenvolvimento histórico do homem, bastante diferente, por exemplo, da crença prevalecente por muito tempo em uma noção teleológica da história, como tendo um devir determinado. Mas é

claro, também, que o fato dos movimentos sociais trazerem inscritos em si uma enorme diversidade de atores e demandas contribuiu para essa mudança de perspectiva.⁵⁴

⁵⁴ Touraine (1991), destaca a questão da cultura como um dos elementos centrais para o entendimento sobre a força dos movimentos sociais. Ele afirma que um movimento social é, ao mesmo tempo, um conflito social e um projeto cultural, já que visa a realização de um projeto cultural junto com a vitória sobre um adversário social. Neste sentido, não se trata apenas de uma conquista social ou econômica, mas é também a conquista de uma subjetividade

CAPÍTULO IV

LIDERANÇAS POLÍTICAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Tendo em vista a realidade particular da vida municipal que esboçamos no capítulo anterior, podemos afirmar que analisar os pequenos municípios brasileiros é conviver com uma realidade contraditória, onde o novo e o arcaico convivem no mesmo espaço. Por isso, a luta pela terra, materializada nos assentamentos, traz consigo ainda hoje um conteúdo radical, que afeta diretamente os arranjos sociais e políticos da vida local, pois questiona a fundo o discurso das elites dominantes, seja aquele das elites locais tradicionais, centrado na defesa da propriedade improdutiva; seja o discurso da "modernização" dos anos 70 e 80, já que a necessidade de assentamentos é a prova dos seus limites; seja, ainda, a retórica neoliberal dos 90, que não consegue incluir a resolução da questão agrária no rol das conquistas modernas.

Neste capítulo, busca-se analisar os assentamentos como um resultado concreto, mesmo que parcial, da longa trajetória de luta em torno da terra. Considera-se que os efeitos de sua presença refletem diretamente na vida local e juntam-se ao processo analisado de transformação deste espaço a partir dos anos 80. Isto será visto através da análise das lideranças políticas em assentamentos rurais, que interagem diretamente com esta realidade. Segue-se o recorte proposto de dividir a análise em três momentos que pretendem abarcar a trajetória dessas lideranças políticas e o espectro de relações que estabelecem nos assentamentos e na vida local. Assim, busca-se recompor a trajetória dessas lideranças nos seus períodos de **formação, ação e institucionalização**.

Trabalho com o material colhido em entrevistas ou a partir da observação do cotidiano dos assentamentos pesquisados. Este material foi formado ao longo dos últimos quatro anos em visitas a assentamentos no estado ou em encontros ocorridos em diferentes eventos no Rio de Janeiro, que reuniam assentados e lideranças. No início, não havia uma definição clara do que veio a se tornar o objeto desta pesquisa, levando a que as entrevistas realizadas tocassem em pontos diferentes da vida de um assentamento.

Originalmente, a proposta era acompanhar as várias formas de organização surgidas nos assentamentos e os caminhos que sinalizavam em termos da organização política dos trabalhadores e da necessidade de políticas públicas para o campo. Foi a recorrência

com que surgia o tema das lideranças que levou, aos poucos, à mudança do objeto da pesquisa.

No processo de "recortar" novamente meu objeto de pesquisa, optei por reunir este material em tópicos que dizem respeito às questões tratadas e não como um estudo de caso sobre um ou outro assentamento. Apesar de não ser um estudo de caso, já que utilizei material colhido em assentamentos diversos, trabalhei, na maior parte do tempo, com lideranças de dois assentamentos: São Domingos, no município de Conceição de Macabú; e Santo Inácio, no município de Trajano de Moraes. A escolha destes dois assentamentos obedeceu a critérios práticos (facilidade de acesso, contatos anteriores) mas, principalmente, a critérios teórico-empíricos, já que reuniam situações exemplares quanto à trajetória de lideranças e quanto às redes de relações estabelecidas pelas lideranças assentadas com a vida local.

Estes dois assentamentos geraram lideranças importantes, que seguiram o caminho "clássico" das lideranças formadas entre os anos 80 e 90.⁵⁵ No primeiro caso, São Domingos, o assentamento foi resultado da transferência de um grupo de ocupantes de áreas na região metropolitana do Rio de Janeiro, que depois de uma série de impasses, negociações e despejos foram instalados em uma área desapropriada no município de Conceição de Macabú. No segundo

⁵⁵ No próximo capítulo analiso a trajetória de outras lideranças que se distanciam deste modelo.

caso, Santo Inácio, o assentamento foi resultado de uma longa luta que se desenvolvia no município de Trajano de Moraes desde os anos 60, envolvendo famílias de antigos colonos e posseiros da região. Apesar das diferenças existentes e do "impacto"⁵⁶ diverso que tiveram na vida local, procurei analisar as duas experiências em termos da reelaboração das relações sociais ao longo do processo de mudança que a instalação de um assentamento provoca. Este processo de reelaboração foi visto não tanto do ponto de vista das novas situações que o assentamento provoca na região, mas sim internamente, através das mudanças nos papéis sociais ocupados pelos trabalhadores, principalmente pelas lideranças, ao longo desse processo.

Trabalhei com relatos que abrangem um período relativamente longo (1985-1995), visando mostrar as transformações havidas na trajetória dos quadros dirigentes neste período. Este procedimento requer que se tenha atenção especial às características específicas envolvidas nos *relatos* feitos sobre os entrevistados a respeito da atuação de pessoas ou de acontecimentos passados, uma vez que o relato atua como uma espécie de filtro entre os fatos e a memória que cada um tem a respeito deles. Utilizei métodos e sugestões de trabalho desenvolvidos no âmbito dos estudos de história oral, embora talvez sem o rigor necessário a uma reconstituição histórica mais precisa, o que não tem tanta importância neste trabalho já que

⁵⁶ Tomando emprestado a idéia de impacto desenvolvida por Medeiros & Leite (1997).

o interesse maior era justamente resgatar a visão que cada segmento tinha a respeito do papel das lideranças.⁵⁷ O resultado é, naturalmente, multifacetado, parcial e contraditório, porém acredito que visto em conjunto forneça um retrato aproximado de uma liderança política surgida em um assentamento rural.

Do ponto de vista da reflexão sociológica recente, arriscaria afirmar que é a partir das perspectivas abertas pela reflexão em torno dos movimentos sociais, bem como pelos seus dilemas, que ganha espaço a busca de se aprofundar a compreensão da ação coletiva por esses novos ângulos, que têm em comum a ênfase nos seus aspectos culturais, nas práticas cotidianas e na subjetividade como formas de se chegar também ao desvendamento da realidade social.

É a partir de então, que ganham espaço as práticas de pesquisa capazes de revelar esta variedade de experiências, onde a história oral e os relatos biográficos se encaixam plenamente. Práticas culturais, subjetividade, cotidiano, camadas populares. Estes elementos têm em comum, à primeira vista, o fato de pertencerem a setores trazidos à tona pela reflexão teórica no momento em que a noção de movimentos sociais pretendia unificar sujeitos diversos mas cuja presença parecia anunciar um novo sentido histórico da prática política.

⁵⁷ No próximo capítulo discuto as vantagens e os impasses envolvidos na utilização de relatos orais e da biografia pessoal como métodos de trabalho.

É necessário refletir sobre o que esses instrumentais, como biografias e relatos orais, podem efetivamente contribuir, em que sentido e com quais limites. Interessa analisar o que também não se pode esperar deles, sob o risco de tornarem-se apenas uma nova roupagem que camufle antigos problemas teóricos. Passeron (1995: 206) levanta alguns problemas importantes sobre o que chamou de "*a utopia biográfica*", presente no uso indiscriminado da biografia e dos relatos, que encobriria sérios problemas teóricos e metodológicos. O primeiro destes problemas, diz respeito à pretensão de que a *trajetória* individual reflita assim de modo tão transparente a conjuntura que atravessa. Tentar uma leitura direta da conjuntura através da "aparência externa" efetuada pela trajetória individual é dar apenas uma nova versão da idéia do "indivíduo como portador de estruturas" (idem:226), base do pensamento estruturalista com a qual esta abordagem pretendia se distanciar.

O segundo problema, este de caráter mais metodológico, é que a história oral não é uma metodologia adequada para generalizações em razão da grande margem de liberdade dada ao informante para relatar suas experiências de vida. Ao se ler apenas os dados da biografia pessoal, perde-se, segundo o autor, o distanciamento necessário que força o pesquisador a eleger os "traços pertinentes da descrição", uma vez que na trajetória pessoal de um indivíduo estes traços aparecem excessivamente valorizados, distorcendo a realidade que se pretendia desvendar:

"Já que tudo isto é do real, do "direto", do singular, e este real é tocado com o dedo, apanhado narrado, recitado, reunido, filmado, torna-se afetivamente difícil deixar perder-se sua menor parcela, cada uma participando do sabor total da narrativa; torna-se doloroso admitir que não importa que traço, não importa que associação de traços não tenha logo de saída uma pertinência." (Passeron, 1995:207)

Gostaria de tratar, ainda, de uma outra questão, esta talvez a que provoque maiores dúvidas, pelo menos no exercício deste trabalho foi uma das mais presentes, que refere-se à capacidade dos relatos orais conseguirem "*resgatar essas vozes até então inaudíveis?*", para usar a imagem proposta por Regina Weber (1996). Lembremos da polêmica suscitada pelo livro de Ginzburg (1987) ao pretender ver na trajetória do moleiro Menocchio a uma voz do passado, portadora de uma concepção de mundo que era expressão de todo um substrato cultural, de caráter oral, popular e camponês. LaCapra (1991) aponta, entre outras coisas, os compromissos de Ginzburg como uma dada concepção de cultura popular e modo como elege ou descarta hipóteses em função desta idéia já pré-determinada.

Mas isto anularia a capacidade destes métodos darem voz ao passado ou aos que não têm voz? Não creio. Não é à toa que a história dos grupos marginalizados em geral tem sido um setor privilegiado para o uso da história oral. A sua aparição foi se dando aos poucos no âmbito do que chamamos hoje de história das mentalidades, que já se preocupava com o conhecimento daqueles

grupos marginalizados, mas seu reconhecimento para além da história como disciplina só foi possível a partir do momento em que as ciências sociais reconhecem, de fato, que o objeto de sua investigação são sujeitos ativos, que se manifestam tais como são, onde os eventuais "desvios" de conduta não são fruto de "falsa consciência", de algo que está por vir. A guinada em direção aos atores sociais, suas escolhas, não descarta o fato de serem atores socializados. As escolhas e estratégias realçadas ao nível micro são escolhas sociais.

Quando decidi estudar as lideranças políticas em assentamentos rurais tinha certeza de que teria que usar, em alguma medida, estes métodos de trabalho oriundos da história oral, pois essas lideranças têm voz sim, mas é uma voz que nos chega já plena de códigos, com uma leitura já feita sobre elas que lhe atribui sentido, embora variando de acordo com o lado do espectro político que traz até nós estas vozes. Para uns, a fala dessas lideranças seria "revolucionária". Para outros, "radical", "atrasada". Mas a minha leitura também será plena de códigos e valores atribuídos. Como, então, superar este impasse? Não há uma resposta simples para esta questão. Além das já discutidas precauções quanto à relação pesquisador/informante, optei por ampliar, no limite da dissonância, a entrada de outras vozes, que poderiam tentar contrabalançar os eventuais "determinismos" do pesquisador.

Especialmente neste caso, pois as lideranças são, afinal, quem mais têm "voz" em um movimento social. Como "porta-voz" do movimento, a liderança traz em si esta capacidade de falar em nome do grupo, de ser a sua voz, de expressar as suas posições. Mas estas vozes não são assim tão afinadas, pois há - como em qualquer movimento - discordância, posições que não chegam a público. Os documentos produzidos no interior do movimento não captam facilmente as divergências, até porque são formulados em meio a um sério embate político, onde mostrar as suas próprias divisões internas seria uma tática arriscada. Por isso, houve ao longo de todo o trabalho a preocupação em ampliar ao máximo as vozes presentes, sem que isso seja tomado, no entanto, como garantia de superação de todos os riscos envolvidos nesta opção.

4.1 - O processo de formação de lideranças

No Rio de Janeiro, os assentamentos recobrem uma realidade bastante diferenciada, sendo que alguns estão localizados em municípios com características eminentemente rurais; outros, mais próximos da região metropolitana (Baixada Fluminense), apresentam características híbridas, com assentados que vivem ao mesmo tempo a realidade urbana e rural, que Menezes (1990) classificou de "*rururbanos*". Mesmo esta divisão inicial não dá conta da diversidade existente no interior de cada assentamento, já que mesmo aqueles assentamentos instalados em áreas rurais comportam assentados

com características e ocupações urbanas, do mesmo modo que existem assentamentos na Baixada onde basta se andar cinco minutos para ter a nítida impressão de que se chegou ao campo, com todas as características da vida rural a quarenta minutos do Rio de Janeiro. ⁵⁸

Neste item, interessa analisar especialmente o papel dos mediadores, que são quem efetivamente possibilita o acesso aos meios necessários para a formação das lideranças, como cursos, viagens, contato com instituições de apoio etc. É claro que esta influência deixa traços no perfil da liderança.

Embora dificilmente haja apenas um tipo de mediação presente em um espaço como um assentamento, identifiquei, para efeito analítico, duas grandes influências que atravessam o período compreendido entre 1985 e 1995, cada uma dispendo de uma variedade de mediadores (assessores, técnicos).

A primeira foi a Igreja Católica, que através de seus órgãos auxiliares, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou dioceses que estimulavam a criação de Comunidades Eclesiais de Base (CEB), forneceu os mediadores mais importantes desde o final dos anos 70 até o final dos 80, como assessores da pastoral e advogados da CPT. Trabalho com a hipótese de que a sua influência gerou um perfil

⁵⁸ Uma interessante revisão deste debate sobre o cruzamento rural/urbano no Estado pode ser visto em Alentejano (1996).

determinado de liderança, que teve na luta pela terra sua principal bandeira.

A segunda grande força foram as organizações criadas a partir da instalação dos assentamentos, como as associações, cooperativas, comissões de assentados etc, que reuniram em torno de si outro tipo de assessoria, principalmente técnicos, membros de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e políticos locais. Também por hipótese usada neste trabalho, estou supondo que este tipo de mediação gerou um outro perfil de liderança, mais envolvida com as questões locais.

Utilizei o conceito de "transmissão cultural" desenvolvido por Thompson (1993) para entender uma peculiaridade do papel dos mediadores, que realizam um movimento contínuo de apropriação e transformação do patrimônio de lutas acumuladas, similar ao processo analisado pelo autor no interior de grupos familiares. Thompson trabalha com a idéia de que as tradições compõem uma espécie de bem comum fornecido pela família em torno dos quais os indivíduos fazem suas escolhas de vida. Este arcabouço transmitido inclui desde a memória familiar até a linguagem, e no seu conjunto poderia ser identificado com a idéia de cultura. Explica o autor:

"A transmissão cultural entre gerações é tão antiga quanto a humanidade, nascida que é da condição humana fundamental. Nossas vidas constituem uma fusão entre natureza e cultura; no entanto, a natureza e cultura estão em contradição. Sendo a cultura a essência daquilo que converte

indivíduos humanos em grupos (o núcleo da identidade social humana), sua continuidade é vital. Todavia, em contraste com as pretensões da cultura em representar a tradição através dos séculos, as chamadas verdades eternas, está a crua brevidade da vida humana. Daí a necessidade universal de transmissão da cultura entre as gerações. (Thompson, 1993:9)

Os mediadores atuam de modo bastante semelhante ao se apropriarem da história (memória) das lutas acumuladas e fornecerem uma linguagem que atualiza os sentidos atribuídos ao longo do tempo à bandeira da reforma agrária. Desta forma, promovem um movimento de continuidade e ruptura com os valores no espaço do grupo mobilizado. Apenas neste sentido, o grupo funciona à semelhança da família, ou seja, como um sistema estruturado de relações interpessoais, mantido por regras e que estabelecem fronteiras e dimensões que passam de geração em geração.

Interessa entender como essa cultura política é apropriada pelo grupo, já que nos movimentos sociais este processo é necessariamente mais dinâmico do que na família, pois a recuperação da história de lutas do conjunto dos trabalhadores rurais dá novos sentidos à luta na qual o grupo está envolvido, promovendo novos recortes na realidade local que passa a ser lida de outra forma.

Seria importante ter claro uma definição sobre o que estou entendendo por mediador e, para tanto, recorro diretamente a um texto de Novaes (1994), que com sua clareza habitual expõe os

diversos sentidos do termo, sua apropriação pelos estudiosos dos movimentos sociais do campo e alguns dilemas presentes no uso acrítico do termo mediação.

A autora inicia o texto chamando a atenção para um fato interessante, que diz respeito ao uso que fazemos hoje do termo mediador. Originalmente, a Antropologia denominou de mediador todo aquele que rompia o isolamento a que estava submetido certo grupo, através de um saber que esse mediador era portador, já que na sua definição encontra-se esta assimetria econômica e política que, junto com diferenças culturais, diferencia o mediador do grupo. Nesse sentido, o espectro de mediadores era bastante amplo, envolvendo desde colonizadores até padres e professores, que, de um modo ou de outro, rompiam o isolamento e diferenciavam-se do grupo cultural, política e economicamente. Sob este aspecto, a mediação tanto poderia significar um reforço na dominação quanto fornecer canais e meios para o seu questionamento. A autora chama a atenção para o fato de que a diferença hoje, pelo menos nos estudos sobre movimentos sociais rurais, é que o termo mediador é empregado somente para identificar aqueles que fornecem os meios para o questionamento e para a superação da dominação.

Do ponto de vista da análise que fazemos da mediação, este fato levanta uma questão que é, ao mesmo tempo, um alerta importante, cujo descuido pode levar a análises parciais sobre o papel desses agentes. Ao situar a mediação no campo dos "aliados"

dos trabalhadores rurais, campo geralmente ao qual se alinha o pesquisador, corre-se o risco de se analisar freqüentemente a mediação sob "(...) *um eterno confronto entre o que são e o que deveriam ser.*" (Idem:183), ou seja, trazer para a análise uma postura válida apenas no campo da militância política.

Um segundo ponto, que toca diretamente na perspectiva que uso neste trabalho, diz respeito à junção que a autora propõe na análise da mediação com as trajetórias pessoais das lideranças:

"Enfim, a sugestão é que articular analiticamente as singularidades das trajetórias individuais das lideranças com os processos de construção dos movimentos pode ser útil para rediscutir as questões da mediação interna e externa presentes em suas diretrizes políticas." (idem: 182)

Arrisco dizer que a trajetória pessoal dos mediadores em si também é importante para a compreensão dos rumos seguidos por diferentes assentamentos que foram analisados neste trabalho. Assim, a existência de um padre progressista em Trajano de Moraes, por exemplo, determinou não só a formação de uma CEB que viria a revelar importantes lideranças rurais no município, como também atrair a atenção da CPT, que deslocou advogados que promoveram outras articulações com o movimento sindical e com autoridades estaduais e federais, garantindo assim o encaminhamento e a resolução do conflito. A substituição de um desses elementos-chave teria modificado a história? Impossível saber, mas mesmo retrospectivamente é possível perceber a importância que estes

mediadores, naquele momento determinado, tiveram para o desfecho dos acontecimentos.

4.1.1 - CEBs, CPT e as novas lideranças

Como vimos, no Brasil dos anos 80, comunidade e participação passaram a ser palavras-chave no processo de reorganização no campo dos movimentos populares. No meio rural, a emergência de diversas formas de organização e mobilização social trazem em si as marcas da modernização alcançada até então - seletiva, parcial e excludente para grande parte dos pequenos produtores - e as novas formas de se fazer política - cotidiana, solidária - buscavam trazer em si uma nova noção de democracia. As noções que informavam esses novos esforços de mobilização popular tiveram origem nas experiências associativas que vinham, desde a década de 70, resgatando as práticas de participação comunitárias e os chamados movimentos de base. Os exemplos destas experiências são vários, como as CEBs, estimuladas por setores progressistas da hierarquia da Igreja Católica, as associações de moradores e produtores rurais, mutirões, grupos de ajuda mútua etc.

Muitas lideranças rurais do início dos anos 80 surgiram a partir das CEBs. A principal liderança que viria a se formar em Conceição de Macabú já estava envolvida com a pastoral, desde a época em que residia ainda na periferia da região metropolitana do

Rio de Janeiro, e conta que foi a partir dela que iniciou sua "conscientização política":

"Lá a gente chamava de pastoral popular e não CEB, mas era a mesma coisa, né? Nem era ligado ainda a luta pela reforma agrária, os problemas eram outros, principalmente moradia, trabalho. Foi a primeira vez que eu ouvi a palavra cidadania, que eu nem sabia o que era, achava que era sobre a cidade, você imagina só! Só bem mais tarde é que a gente entrou em contato com a CPT, ou foi ela quem entrou em contato com o grupo, eu já nem lembro bem. E foi daí que se discutia a questão da moradia, muitos companheiros nossos estavam na rua, nas favelas, sem trabalho. E foi daí, também, que se começou a discutir o que fazer, qual a saída. E a saída foi ocupar aquelas terras vazias e começar o que depois virou os mutirões".

Apesar do relato não precisar muito bem o período em que isso ocorreu, tudo indica que coincide com a retomada das ocupações na Baixada Fluminense a partir do início dos anos 80. Logo no início de 1984 tem início o que ficou conhecido como Mutirão Campo Alegre, no município de Nova Iguaçu, ocupação apoiada por equipes pastorais e por pequenas lideranças políticas da região (Mello, 1996).

O'Dwyer (1982) explica como a volta de antigas lideranças que atuaram na Baixada no período pré-64 foi potencializada a partir da mediação da CPT que, por sua vez, procurava tirar proveito da conjuntura favorável à mobilização, fruto da "abertura política", das eleições para Governador de 1982 e da conseqüente presença no governo estadual de pessoas envolvidas com a questão agrária. As antigas lideranças que voltaram a se articular em torno da retomada

das lutas interrompidas nos anos 60, fundaram, em 1980, o NAF (Núcleo Agrícola Fluminense). O papel da CPT foi articular contatos e apoiar a continuidade das ocupações, buscando apoio do governo estadual, através da SEAF (Secretaria de Assuntos Fundiários), que reunia no período assessores com perfil favorável aos movimentos, bem como a Superintendência Regional do INCRA, que tinha perfil semelhante.⁵⁹ A partir de então, inicia-se um período de ascensão do movimento de ocupações na Baixada que, semelhante ao período do pré-64, iria ter reflexos em todo o estado do Rio de Janeiro.

Creio que se pode afirmar que é *na* Baixada e *a partir da* Baixada que se entende o que foi o recrudescimento do movimento de luta pela terra no Rio de Janeiro na década de 80. Foi por ali que se promoveu a rearticulação da bandeira da reforma agrária no estado, muitas vezes retomando-se ocupações interrompidas na década de 60, trazendo de novo para a cena política antigas lideranças camponesas e formando um grande quadro de lideranças, extremamente variado, encampando diversos matizes ideológicos (Castro, 1998; Lima, 1991; Menezes, 1991).

A grande quantidade de estudos de caso sobre os assentamentos da Baixada não deixa dúvidas sobre a importância desse local nesse período e o número de questões que trouxe para a reflexão sobre assentamentos no estado. Uma leitura geral do período

⁵⁹ Para uma visão "por dentro" do aparato institucional do estado do Rio de Janeiro, ver Novicki (1997).

sugere muitos caminhos para se entender o rumo tomado pelos assentamentos nesta região, mas creio ser consenso que o movimento de ocupação na Baixada foi a manifestação da articulação favorável ao nível nacional (que se estende da "abertura" ao "fim" do I PNRA) e ao nível estadual (iniciada com a posse de Leonel Brizola em 1982), que colocou em postos-chaves do governo pessoas envolvidas com a questão agrária, somada à memória de lutas da região, atualizada e reorganizada (novos interlocutores, novo discurso) pela mediação, especialmente pela CPT.

A rapidez com que as áreas eram desapropriadas é um fator fundamental para entender esse movimento. As possibilidades que o encaminhamento ágil dos conflitos abria estiveram no horizonte da articulação entre os mediadores, que viam na conjuntura a possibilidade de gerar um "setor de assentamentos" no estado, que seria formado não só pelas áreas que vinham sendo ocupadas, mas que incluiria a resolução de antigos conflitos que se arrastavam a décadas sem solução e, se possível, buscaria a expansão para demais áreas dominadas por grandes propriedades improdutivas, principalmente no norte do estado. Como explica Novicki (1998: 85), frente à impossibilidade do Estado-Federado desapropriar para fins de reforma agrária, já que esta é uma atribuição da União, a tática adotada foi declarar a área conflagrada como sendo de utilidade pública para fins de desapropriação:

"Esta prática, de resposta imediata na eliminação do conflito fundiário, onerosa e com complexos desdobramentos, contribuiu para a formação de uma correlação de forças favorável aos movimentos sociais no campo fluminense. Em 41 das 107 áreas conflagradas urbanas e rurais, esse foi o encaminhamento dado pelo governo, justificando a criação de "centros urbanos" e "fazendas experimentais. No que se refere aos conflitos fundiários rurais, foi decretada a desapropriação de dez áreas, sendo sete de resistência ao despejo (posseiros) e três ocupadas pelos Sem Terra"

Havia, segundo relato de uma importante assessora da CPT, uma avaliação clara de que o momento era importante para a luta pela terra no Estado e devia ser aproveitado:

"É claro que há uma ligação com a Igreja, ou com setores dela, que tinham mesmo essa idéia da terra, da terra pela terra, essa coisa meio assim...enfim. Mas na equipe, a gente trabalhava mais com a idéia de que havia pessoas importantes em postos estratégicos que davam margem para a gente levantar o maior número possível de conflitos e tentar encaminhar. Se houve uma estratégia, digamos assim, então foi essa."

As ocupações vão traçando a linha dos futuros assentamentos da região, instalados entre 1984 e 1986: Campo Alegre (Nova Iguaçu); Guandú (Nova Iguaçu); Vitória da União (Paracambi); Vitória da Conquista (Valença); Sol da Manhã, (Itaguaí).

É em uma destas ocupações que se espalhavam pela Baixada e adjacências que vamos encontrar a futura liderança do assentamento São Domingos. Ele estava em um grupo que surgiu no desdobramento do que viria a ser o assentamento Sol da Manhã, um dos que mais irradiaram e sofreram influência nesse período, que

formou o mutirão Fazenda da Conquista, que ocupou terras da UFRRJ, também em Itaguaí, e que viriam a ser instalados em uma área do governo estadual já no município de Conceição de Macabú em 1987.

Esta futura liderança encontrava-se, então, na fase de acampamento e começava a tomar contato com o processo de negociação que envolve a permanência de um grupo em uma área ocupada, para a qual confluem diversos mediadores, conforme explica:

"No acampamento o que a gente mais fazia eram as listas. Listas dos que chegavam, listas dos que saíam, lista do número de pessoas por família. Isso tomava tempo, mas era importante manter o controle porque a toda hora tinha que prestar conta para alguém, dar a posição que o movimento estava."

Segundo um outro assentado de São Domingos, que também participou do período de acampamento, foi no desenrolar do processo que esta liderança foi se destacando e passou a ser alvo de atenção dos mediadores, conforme explica:

"Ele não era o que é hoje, mesmo depois da gente já instalado aqui. Acho que foi só a partir da maior proximidade com o pessoal do MST que ele virou assim uma pessoa importante aqui pro assentamento."

Outra assentada que foi entrevistada descreve em detalhes o período do acampamento, as dificuldades e, principalmente, a dramática tentativa de expulsão das terras da Universidade Rural

por forças policiais⁶⁰, mas pouco se lembra desta liderança nesse período, mesmo quando perguntada diretamente. Isto reforça a idéia de que a liderança se forma aos poucos, no processo de resistência ou luta pela terra, a partir da intervenção e apoio dos mediadores.

Mas como se dá esse processo de formação? Reconstituindo relatos de algumas lideranças e assessores sobre a fase inicial de suas carreiras, fica claro que a formação inicial ocorre "no calor da hora", no processo mesmo de organização do grupo, quando alguns membros se destacam e passam a receber ou assumir tarefas surgidas nos processos de negociação, busca de contatos e apoios diversos, estimulados por assessores presentes a cada momento. Como explica a assessora da CPT:

"Nos tínhamos uma equipe pequena pra correr todo o estado. São viagens às vezes longas, onde você fica um dia ou dois em cada lugar, revendo processos, encaminhando. E aí você tem que delegar tarefas mesmo para o pessoal do acampamento ou do sindicato. (...) e aí tem sempre alguém que se destaca, que tem influência no grupo. Então, não havia muito essa coisa de 'vamos formar uma liderança', as coisas vão acontecendo, entende?"

Esta formação inicial é essencial e é onde predominam as influências decorrentes do carisma pessoal, da capacidade de

⁶⁰ Este foi um episódio marcante, que até hoje é lembrado no assentamento. Segundo diversos relatos, houve um grande cerco policial para retirar os ocupantes do *campus* da UFRRJ, mas quando a situação se encaminhava para um confronto iminente, chegou um grande grupo de estudantes da Universidade, que formou um cordão de isolamento entre os ocupantes e a polícia, impedindo assim o confronto. Isto talvez explique, em parte, a disponibilidade dos lavradores em receber constantemente estudantes pesquisadores no assentamento, para os quais a história é sempre contada.

liderança. Apenas em casos excepcionais, no entanto, encontra-se uma única liderança hegemônica nesta fase, geralmente convivem diversos líderes potenciais, que seguirão este percurso ou não, dependendo dos resultados obtidos na luta e da continuidade de sua preparação. A preparação formal, através de cursos e da ampliação progressiva de contatos, vem depois do destaque inicial alcançado por cada liderança.

No caso da liderança formada no assentamento Santo Inácio, em Trajano de Moraes, essa fase de preparação formal foi mais acentuada e se deu em torno do Sindicato de Trabalhadores Rurais local, gerando uma oposição à direção do sindicato, que acabaria sendo ocupada por esta nova liderança.

4.1.2 - Comunidades de Base e oposições sindicais: as lideranças do novo sindicalismo rural

Se há um espaço que incorporou, em grande medida, o legado dos movimentos de base, este espaço é o sindicalismo rural, que deve o seu processo de "renovação", iniciado nos anos 80, às influências advindas desses novos movimentos. Grande parte das atividades das CEBs se deu em sintonia com lideranças sindicais locais, principalmente aquelas que atuavam em grupos de oposição sindical. A presença da Igreja no campo, principalmente através de suas entidades auxiliares, é um tema abrangente, que vem merecendo a

reflexão de diversos pesquisadores envolvidos com a compreensão desse período.⁶¹

Não cabe aqui reproduzir este debate, mas gostaria apenas de chamar a atenção para um ponto que, de certa forma, explica a atuação da igreja no campo nesse período, que é a nova postura dos agentes envolvidos nessas experiências. Como explica Paiva (1985), a característica dessa ida da Igreja ao campo nos anos 70/80 se diferenciava de sua atuação nos anos 50/60 por não visar mais a construção de um sindicalismo cristão a partir da cúpula, já que, no período recente, sua atuação vinha informada por uma nova concepção da idéia de participação popular, fruto de toda a trajetória da "teologia da libertação" desde os anos 70. As CEBs foram, assim, o espaço fundamental para a construção deste modelo de intervenção a partir das bases.

Esta convivência entre sindicatos e CEBs foi importante na construção de uma cultura política que prima pela valorização das manifestações "das bases" dos movimentos. Foi esta cultura política, essencialmente democrática, que possibilitou o salto de qualidade dado pelo movimento sindical nos anos 80. Mas de que modo foi sendo formada essa nova cultura política?

O discurso oriundo dessas entidades tinha uma grande capacidade de mobilização, pois combinava a conscientização sobre o

⁶¹ Uma síntese da discussão pode ser encontrada no livro organizado por Paiva (1985).

caráter desigual da sociedade com a reflexão sobre as dificuldades cotidianas da comunidade, onde estas situações de injustiça eram, de fato, vividas. Esta combinação transformava as CEBs em um espaço privilegiado para a geração de novas lideranças.

Por isso, a participação comunitária ganha conotações diversas nessas entidades, já que a principal característica das reflexões que emergem das CEBs é a extrema politização do discurso que explica a situação vivida pelos lavradores. A noção de participação difundida pelos agentes pastorais enfatiza sempre a comunidade dentro de uma sociedade de classes e o lugar de explorados ocupado pelos lavradores. Este posicionamento tem implicações importantes pois perpassa as várias dimensões da vida social do grupo, que passa a identificar, em todas as situações, os seus aliados e os seus opositores.

Uma das conseqüências desta maior politização é a busca constante de soluções contra as estruturas e as práticas políticas identificadas como responsáveis pela manutenção da polarização entre oprimidos e opressores. Se, por um lado, esta postura representa uma dificuldade prática para as alianças e contatos externos ao grupo, por outro lado, constitui-se em uma barreira eficiente contra a máquina clientelista tradicional e o padrão eleitoreiro de atuação de alguns políticos locais, que sempre procuram intermediar as demandas dessas comunidades que buscam iniciar a sua organização. Como explica um entrevistado:

"O meu primeiro contato com política foi a partir do grupo de reflexão do padre... Antes, eu achava que política era só o que passava lá em Brasília, na televisão ou então essa sujeirada que era essa prefeitura aqui, como eu te expliquei. Lá no grupo, eu aprendi que tudo que o sujeito faz é política, tudo, tudo. Assim, o camarada vota no prefeito porque ele fez uma obrinha na estrada ou então por que deu meia dúzia de cestas básicas. Isso vai mudar a situação dele? Vai nada!"

O caráter extremamente politizado dessas experiências era visível no discurso dos envolvidos e tinha como característica o fato de ser cumulativo, isto é, conforme a experiência ia se desenvolvendo aumentava o grau de politização do grupo. Esta politização se estendia, também progressivamente, por todos os aspectos da vida dos envolvidos, como explica outra liderança entrevistada:

"[...] no começo era só um grupo de mulheres que rezavam a novena e faziam uns trabalhinhos pra aumentar a renda em casa. Depois a gente passou a reunir toda segunda-feira pra discutir o que as mulheres podiam fazer pelo assentamento. A gente discutia, discutia e não saía nada. Ai é que a gente começou a ver que sozinho nós não íamos longe não, precisava envolver o povo todo, precisa conscientizar, né?"

Mas para entender o ambiente em que novas lideranças foram gestadas, é preciso entrar mais a fundo nos embates que se colocavam para os envolvidos com essas organizações. Creio que uma primeira questão, que certamente marcou essa geração de líderes oriundos dos movimentos populares, foi a mudança no formato da participação implementada nesse período. A referência mais próxima até então eram os sindicatos rurais, mas que forjaram

uma "cultura política" que, dentre outras características, tinha no "presidencialismo" uma marca registrada (Novaes, 1991).

O presidente do sindicato era uma figura central, que concentrava nas suas mãos grande parcela do poder de encaminhamento e decisão das situações que se colocavam para o sindicato. Não que atuasse à revelia de sua base de representação, mas sua margem de decisão era certamente muito maior do que aquela trazida por movimentos como as CEBs. A participação sindical é, basicamente, de natureza delegativa, onde a diretoria exerce o poder e realiza as tarefas cotidianas a partir de um mandato por tempo determinado. O trabalhador sindicalizado tem pouco ou nenhum conhecimento do funcionamento interno da instituição da qual participa. No seu papel de autoridade local, o presidente do sindicato passa a ser alvo de atenção e disputa por parte das outras forças políticas existentes, cuja aproximação e afastamento em relação a cada uma delas indica as questões presentes e o perfil que o sindicato vai assumindo.

A palavra *cooptação* é talvez uma das mais impróprias para entender esse processo, pois não dá conta da relação de troca, a reciprocidade embutida nessas relações, principalmente quando envolve o poder local, geralmente representado na Prefeitura e nas Câmaras Municipais. Os processos administrativos dos sindicatos, envolvendo ações trabalhistas ou o próprio encaminhamento da luta pela terra, são fonte de permanente conflito no interior dos

sindicatos, onde confrontam-se projetos políticos pessoais e concepções diversas sobre o caráter da luta.

No caso de Trajano de Moraes, a criação de uma CEB e a posterior entrada da CPT na região articulou o grupo de trabalhadores rurais insatisfeitos com os rumos tomados pelo sindicato. É neste contexto que surge o termo cooptação, como uma designação utilizada pelo grupo de oposição para desqualificar a diretoria, cuja proximidade com o poder local era considerada excessiva, favorecendo grupos de fazendeiros em processos trabalhistas e em situações de despejo.

Mas se o termo cooptação é forte, o mesmo não pode ser dito da burocratização que tomou conta de grande número de sindicatos pelo interior do País. O crescimento da estrutura sindical, sua organização em nível nacional e o papel de interlocutor privilegiado com o Estado que assumiu desde os anos 60, e expandiu nos 70, é o fato mais importante para a continuidade da luta pela terra até os anos 80, mas que se fez às custas de alguns problemas, que nesse momento começaram a ser questionados pelo perfil que vinha assumindo essa mesma luta.

Novamente, os relatos indicam que a estratégia se fazia ao sabor dos acontecimentos e que não tinha, inicialmente, a tomada do sindicato como objetivo. Como explica a assessora da CPT que chegou à região:

"Nós tínhamos um bom relacionamento com o Nelson [O NOME É FICTÍCIO, DP] porque a gente sabia que ele era um aliado importante, que podia abrir espaço lá para a gente, o sindicato era o que reunia lá, era o ponto de encontro. E ele respeitava a gente, nunca se opôs diretamente. Mas a gente também não dependia tanto dele, era só chegar, ir no Fórum, rever os processos, essas coisas. Pro pessoal de lá, aí não! Aí era uma barra! Porque as coisas não iam pra frente, o sindicato mal tinha arquivo, não fazia ata, nada."

Neste caso, a articulação da oposição sindical se fez aos poucos, nos sucessivos embates entre as lideranças do sindicato e as novas lideranças, que passaram então a acompanhar os assessores da CPT nas suas idas ao INCRA e a outras repartições no Rio de Janeiro. Aqui, a questão do treinamento, do aprendizado de encaminhamento político e burocrático das demandas assume uma maior relevância do que o carisma dessas futuras lideranças. A tática das novas lideranças passou a ser o questionamento da direção sindical no seu próprio campo de atuação, pois chegavam às reuniões municiados de informações e opções alternativas, colocando a direção "contra a parede" e conquistando aos poucos a adesão de outros trabalhadores.

A tensão local aumentava à medida que a mobilização e os resultados positivos que já vinham sendo conseguidos em outros pontos do estado se estendiam para o interior, levando ao aparecimento de novos casos de conflito fundiário no interior do município, como descreve a assessora:

"Além de Santo Inácio, começaram a surgir outros casos no município, e às vezes até no município vizinho, e as pessoas vinham ao sindicato todo dia, vinha gente de Caixa D'água, de Montes Claros, Calambáu, Córrego do Ouro, muitas situações de despejo que a gente nem conhecia qual era a situação e povo todo querendo saber quando ia desapropriar, quando ia resolver. E isso gerava uma certa tensão no sindicato, o Nelson me olhava assim meio que dizendo: tá vendo o que você foi me arrumar? (risos)"

Para as novas lideranças, este apoio inesperado foi a senha para tentar tomar o sindicato, o que foi feito através do levantamento de irregularidades nas prestações de conta da diretoria. A desapropriação da Fazenda Santo Inácio foi conseguida em 1987 e era vista como uma conquista exclusiva do grupo de oposição sindical, que a partir de então já era quem comandava, de fato, o sindicato, bastando apenas oficializar a destituição da antiga diretoria.

Na minha tese de mestrado (Pinheiro, 1993: 150-1) descrevo este episódio, que gostaria de reproduzir, pois levanta um ponto importante para entender a ação dos mediadores neste período, que é o fato de que as articulações promovidas com outras forças no campo sindical não podiam implicar em uma ruptura com os elos desta cadeia, a FETAG ao nível estadual e a CONTAG no plano nacional, já que o momento era de unir as forças do campo aliado à luta pela terra no estado. Uma solução de consenso tinha que ser encontrada, embora a substituição das lideranças fosse iminente. E assim foi feito:

"Em 23 de setembro de 1987 foi convocada uma assembléia em Trajano de Moraes pela FETAG e pelo grupo de oposição, sem o conhecimento prévio da diretoria do sindicato. Ao tomar ciência do fato e sabendo da iminência de sua destituição, a diretoria manteve o sindicato fechado, tentando novamente postergar os acontecimentos. Frente a esta situação, o grupo de oposição exigiu do presidente da FETAG que abrisse o sindicato, tornando a posição da diretoria insustentável. Em uma assembléia repleta e bastante tumultuada, começaram a se levantar as irregularidades em relação à prestação de contas da diretoria, exigindo-se a renúncia imediata do presidente em exercício. A proposta conciliatória do presidente da FETAG foi a formação de uma junta para o saneamento das questões administrativas do sindicato, que acabou sendo formada por membros da oposição sindical. Mesmo depois desta reunião, o presidente do sindicato o manteve fechado e tentou obstruir os trabalhos da junta. Foi convocada uma nova assembléia onde se propôs a destituição da diretoria, a proposta foi aceita e uma junta governativa foi homologada pela Delegacia Regional do trabalho em fevereiro de 1988. Em abril desse mesmo ano foi convocada uma eleição, onde os membros da oposição sindical concorreram como chapa única, passando a partir desse momento a responder pelo sindicato."

A fase de formação dessas lideranças surgidas nos anos 80 se fecha com a instalação dos grupos nos assentamentos, quando então se inicia o período onde terão que combinar a atuação *para fora* do assentamento com a busca de um consenso também no interior desses núcleos, em um momento geralmente caracterizado pelo arrefecimento da capacidade de mobilização e pelo surgimento de novas questões. A aparente tranquilidade da fase após a conquista da terra encobre o movimento de dissolução e rearticulação de grupos de assentados, que darão a dinâmica do segundo momento

importante na trajetória dessas lideranças, o momento da ação como líderes efetivos em um assentamento.

Portanto, vejamos agora como essas lideranças recém-formadas atuaram em meio as disputas que surgem no dia a dia de um assentamento, tendo como pano de fundo a conjuntura dos anos 80 e início dos 90, que trouxe a formação de novas organizações e, com elas, o surgimento de uma outra geração de lideranças já no interior dos assentamentos. Enfatizar este processo do ponto de vista da ação das lideranças pode contribuir para a compreensão dos rumos tomados pelas instituições que eles representam, que, grosso modo, dividimos entre aquelas que se localizam no interior dos assentamentos e as instituições que fazem uma interface com a sociedade de modo mais amplo, pois como lembra Grzybowski (1989), o impacto da constituição dos trabalhadores rurais como agentes coletivos através das suas organizações é atenuado ou esvaziado pela inexistência ou pelo modo que é feita a mediação entre eles e a sociedade brasileira, entre eles e o poder do Estado. Por isso, os momentos de ação e institucionalização dessas lideranças são fundamentais.

4.2 - O momento da ação

Este é o momento de maturação, na prática das lideranças recém-formadas. Seguir estas trajetórias é entender a interiorização

do movimento de luta pela terra no estado, que assumiria características diferentes nos pequenos municípios. Vejamos como sua presença foi sentida nos pequenos municípios do estado.

O município de conceição de Macabú viveu nos anos 80 uma experiência excepcional. O anúncio da chegada de um grande grupo de "sem terra" vinha movimentando a cidade, dominando as rodas de conversa que se espalhavam entre a praça e os bares ao seu redor. Havia, segundo o relato dos vários entrevistados, um grande medo por parte da população local pela chegada dos estranhos, que, de acordo com as informações divulgadas, eram desempregados e "favelados" vindos do Rio de Janeiro.

*Podemos presumir*⁶² a apreensão dos moradores da pacata cidade, que esperavam uma onda de saques e desordem a partir do momento que os "sem terra" entrassem no município. Nada disso aconteceu, embora o sentimento de desconfiança perdurasse por meses após a instalação das novas famílias em um assentamento bastante próximo ao centro da cidade.

Não muito distante dali, no município serrano de Trajano de Moraes, esse momento também foi marcado por acontecimentos inéditos ou, pelo menos, que há muito não se via ocorrer na região.

⁶² Como alerta Schmidt (1997), os momentos de "invenção" em textos científicos devem estar indicados por expressões que mostrem que são usos livres da narrativa, embora baseados em fontes, que servem para construir hipótese ou dar maior intensidade aos fatos contados ou a relatos históricos. Assim, quando uso expressões (em *itálico*) como *presume-se*, *talvez*, *provavelmente* ou *possivelmente*, estou me valendo deste recurso.

Um grupo de trabalhadores rurais, que vinha articulando a chapa de "oposição sindical", conseguiu reunir na praça da cidade uma "multidão" de mais de cem lavradores, que vinham reivindicar a aceleração do processo da desapropriação da Fazenda Santo Inácio, processo que se arrastava há anos e envolvia um grupo de mais de vinte famílias de posseiros, antigos colonos da fazenda na sua fase de prosperidade. *Pode-se imaginar* o impacto que a movimentação de um grupo tão grande de lavradores, empunhando *ritualisticamente* suas foices e enxadas, causava na pequena cidade. O ato tinha um grande significado, principalmente, devido ao fato da fazenda pertencer a um general que era membro da família Moraes, fundadora do município. Em entrevista, a assessora da Comissão Pastoral da Terra que participava da organização do evento, descreveu a mobilização:

"Mexia a cidade, mexia a estrutura, o poder da cidade, entendeu?"

Mas, afinal, o que estava acontecendo no campo fluminense nesse período? Até o início dos anos 80, o meio rural do Rio de Janeiro havia construído uma imagem de um lugar mais do que pacato, marcado pelo abandono e pela decadência das lavouras que, desde o encerramento definitivo do ciclo cafeeiro nos anos 60, diminuíram aceleradamente, cedendo lugar às pastagens. Afinal, não era o estado essencialmente urbanizado, onde os conflitos no campo restringiam-se às áreas litorâneas afetadas pela especulação imobiliária? Esta *imagem* do Rio de Janeiro prevaleceu durante anos,

mas, como se sabe hoje, encobria graves problemas fundiários que nunca deixaram de ocorrer, mesmo nos períodos indicados como de *abandono e decadência*.⁶³

Segundo relatório da Secretaria de assuntos fundiários (FETAG/SEAF, 1990), o estado do Rio de Janeiro apresentava mais de 150 situações de conflito, envolvendo um número aproximado de 1500 famílias. Destes conflitos, 80 % se desenrolavam há mais de 20 anos, sendo que em torno de 75 % há mais de 30 anos, transformando o estado em um foco de tensão permanente, fato pouco divulgado na imprensa até meados dos anos 80 (uma exceção é o jornal O Fluminense, onde se encontra muitos relatos de conflitos, mesmo nos anos 70).

Mas por que os anos 80 trouxeram tanta movimentação à vida dos pequenos municípios fluminenses? Um fato marcante desse período no Rio de Janeiro foi a eleição para Governador, em 1982, que tinha um significado político muito forte, pois era um exercício de democracia que há muito não se praticava no país. O crescimento da candidatura de Leonel Brizola foi lida pelos movimentos populares como um sinal de que as ocupações, que já vinham

⁶³ Uma contribuição recente no sentido de rever esta imagem foi realizada pelo livro organizado por M^a José Carneiro, Gian Mario Giuliani, Leonilde S. de Medeiros e Ana M^a Motta Ribeiro, chamado Campo Aberto. O Rural no Estado do Rio de Janeiro (1998), onde é apresentado um painel bastante rico de pesquisas recentes sobre o campo fluminense que desmentem essa visão tradicional da pequena importância dos conflitos rurais no estado. Tive a oportunidade de participar deste livro com o texto intitulado *assentamentos e associações de produtores em Trajano de Moraes*.(pp.151-164)

crescendo principalmente na Baixada Fluminense, não seriam reprimidas.

Como mostra Novick (1998), esses sinais vinham sendo dados pelos próprios *slogans* da campanha ("Favela não é problema, é solução"; "Para o PDT a palavra remoção não existe"), o que levou a uma intensificação das ocupações rurais e urbanas. Ainda segundo Novick, não havia uma política no programa de governo para a intervenção nos conflitos fundiários, levando a que, quando eleito, tivesse que atuar segundo o que este autor chamou de "política de apagar incêndios", significando que a atuação governamental estava a reboque dos movimentos de ocupação, "correndo atrás" das ocupações com medidas tópicas que se, de um lado, evitavam os despejos e expulsões, de outro, levavam a uma série de impasses, pois não regularizava definitivamente a posse das áreas ocupadas, nem implementavam medidas consistentes de apoio às famílias instaladas.⁶⁴

4.2.1 - Lideranças e Liderados

É a partir da instalação das famílias na área desapropriada que começam a se manifestar de modo mais claro as diferenças no interior do grupo que compõe o assentamento. É neste momento, também, que se acentua a distância entre lideranças e liderados,

⁶⁴ Entre 1985-1995 foram instalados ou regularizados como assentamentos 48 projetos, sendo que 23 sob responsabilidade do governo estadual, administrados pelo Instituto de Terras do Rio de Janeiro (Garcia Jr. [et al], 1997).

pois com a desmobilização natural ocorrida após o término da luta pela desapropriação, são as lideranças que têm que continuar agindo para encaminhar as inúmeras questões burocráticas (posse definitiva, financiamentos etc), essenciais para o sucesso da experiência.

Rocha e Apel (1992) mostram como essa separação se inicia ainda na fase do acampamento, quando os lavradores que se destacam passam a ser preparados pelos assessores e que este "saber fazer" acaba criando um fosso definitivo entre líderes e assentados, pois os primeiros passam a tomar todas as decisões, já que são eles, efetivamente, que sabem como funcionam os mecanismos de negociação junto às agências governamentais ou entidades de apoio. Os assentados, por sua vez, passam a deixar tarefas e decisões nas mãos das lideranças, que no momento de encaminhamento do conflito provaram sua competência, substituindo a participação maior que todos tinham na fase anterior por uma delegação de poderes, que tende a caminhar para o desinteresse sobre os rumos cotidianos do assentamento. Interesse este, só retomado nos momentos de crise, quando então as lideranças passam a ser responsabilizadas pelos equívocos havidos.

Mas não seria este o rumo de toda relação entre lideranças e liderados? Weber (1994:158), analisando a dominação carismática, afirma que sua validade depende das provas (originalmente, milagres), da veneração a heróis ou da confiança no líder. A idéia

geral que explica o surgimento de lideranças é de que certos indivíduos eminentes se impõem aos outros e assumem a direção dos movimentos. Mas como lembra o autor, a dificuldade deste tipo de análise é estabelecer quais seriam as qualidades especiais que permitem que tais indivíduos assumam este papel social antes de outros. Analisando os motivos que podem levar ao fim da dominação carismática, aponta a falta de sucesso de modo permanente das ações do líder ou o fato de suas iniciativas não gerarem nenhum bem-estar ao grupo. Neste sentido, a idéia que fica é que não se deve procurar os motivos da chefia nas variáveis meramente individuais, mas sim na relação do indivíduo com o grupo. A direção é um fenômeno de interação.

Portanto, o que define o líder não é apenas a boa idéia ou a capacidade de condução, mas também a relação que tem com os demais, a forma como suas propostas são acolhidas pelo grupo. Katz e Lazarsfeld (1956) chamam a atenção para os estilos de direção surgidos em grupos diversos. Nos grupos mais flexíveis, isto é, de caráter mais democrático, o que determina a escolha do líder é o objetivo a ser alcançado, o que não significa, no entanto, que nesse processo a liderança comporte-se de forma democrática todo o tempo, pois a concentração de poder parece ser uma característica inseparável do conceito de liderança. Os autores analisam como os diferentes estilos de direção - democrático ou autoritário - atuam na eficácia e no moral do grupo, chegando à conclusão de que isso

depende das *estruturas internas* de comunicação e relacionamento social. São estas estruturas internas que fazem com que as informações sigam certos canais no interior do grupo, influenciando na sua eficácia e na sua moral. Assim, um líder de cunho autoritário tende a centralizar as comunicações, diminuindo o número delas, distanciando-se cada vez mais do grupo.

Nos assentamentos, o processo de concentração de poderes nas mãos das lideranças é o principal motivo de discórdia entre os lavradores, pois não opõe apenas lideranças e assentados. A separação costuma se dar em grupos, formando novas divisões no interior do assentamento. Assim, costumam aparecer os grupos mais políticos, geralmente em torno das lideranças; os grupos de oposição, seja por discordarem da direção seguida, seja por almejarem o poder; o grupo dos "acomodados", que uma vez estabelecidos deixam de se interessar por atividades coletivas. E assim sucessivamente. Em todos os assentamentos visitados existiam alguns desses grupos, que eram facilmente identificáveis, bastando o observador se posicionar a partir dos centros de decisão, como as associações, e ver os aliados, opositores ou simplesmente os grupos que estavam à margem dessas entidades. Ao entrar em contato com esses grupos, a questão da concentração de poder sempre vinha à tona, fosse para justificar a sua existência, fosse para se posicionar contra ela.

Este fato é especialmente sentido naqueles assentamentos onde a mobilização anterior foi mais intensa ou a presença de movimentos

populares foi o que deu origem ao grupo. Isto porque, as novas formas de organização privilegiavam a participação de cada membro envolvido com a experiência, apostando no binômio *motivação/sensibilização* como a chave para ativar a participação comunitária, ou seja, enfatizavam a disponibilidade, o fazer em si, a participação ao invés da representação, uma vez que tinham como pressuposto a idéia de que a prática não supõe um saber mais elaborado. A construção da nova sociedade ansiada por esses movimentos tinha que vir inscrita nas suas próprias formas de organização, que pretendiam-se, ao mesmo tempo, mais democráticas e mais solidárias.

É claro que, na prática, esse formato de participação apresentava problemas, pois tornava demorado o processo de tomada de decisões, chegando, às vezes, a inviabilizar o encaminhamento de questões simples, como explica um entrevistado que era uma liderança de uma associação:

"As reuniões são importantes, mas nem todo mundo tem a clareza do negócio, entende? As vezes, o sujeito chega e quer fazer o seu discurso, a sua falação, e aí ninguém segura. A gente ficava a tarde toda pra decidir se fazia assim ou assado. Era difícil...mas foi a gente mesmo que firmou assim, né? Que todo mundo falava, discutia e decidia, então tinha que agüentar."

Neste assentamento, São Domingos, as reuniões eram a forma privilegiada de encaminhamento das questões, manutenção da coesão e da participação dos lavradores assentados e, também, um

importante espaço de socialização. O fato de realizar reuniões constantes e com grande participação dos assentados levava a que a associação de produtores deste assentamento conseguisse sucesso e virasse referência para outros assentamentos no estado. Comerford (1998), estudando este mesmo assentamento, levanta uma questão importante ao mostrar como as reuniões servem para definir ou realçar lideranças, atuando como um espaço privilegiado para a formação de novas lideranças entre os assentados, como explica o autor:

"As reuniões...são um momento fundamental para o surgimento de "figuras públicas" no assentamento - pessoas com um certo poder de definir questões e criar, com maior ou menor sucesso, "frases" que serão aceitas e repetidas cotidianamente. A sua palavra passa, a partir da "caixa de ressonância", que são os eventos que estamos discutindo, a ter um peso bastante grande. São pessoas que passam a ser vistas como tendo um certo "dom" para a liderança..."
(Comerford, 1998: 204)

Assim, dois processos caminham paralelos no processo de formação de uma liderança, onde este "dom" para a liderança, destacado acima, é o primeiro deles, funcionando como uma prática política que prova sua eficiência para dentro do assentamento, baseada na capacidade de mobilização e convencimento dos demais assentados. O segundo é o desdobramento deste, ou seja, a partir da existência deste "dom" o assentado passa a ser preparado por assessores a desenvolver uma prática política para fora do assentamento, onde se destaca a sua capacidade de aprendizado e de

negociação junto às diversas agências governamentais ou demais mediadores que atuam em torno dos assentamentos.

A prática política para dentro do assentamento envolve diretamente aquelas manifestações identificadas com o "carisma" que leva a que certos indivíduos assumam o papel de lideranças, como explica Weber (1994) :

"Denominamos "carisma" uma qualidade pessoal considerada extracotidiana (na origem, magicamente condicionada, no caso tanto dos profetas quanto dos sábios curandeiros ou jurídicos, chefes caçadores e heróis de guerra) e em virtude da qual se atribuem a uma pessoa poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanos ou, pelo menos, extracotidianos específicos ou então se torna como enviada por Deus, como exemplar e, portanto, como "líder" " (Weber, 1994: 158)

O caráter extracotidiano do carisma é um ponto importante a ser considerado, pois uma das características das lideranças carismáticas que observei nesses assentamentos é a dificuldade de obter a mesma eficiência nos procedimentos rotineiros envolvidos nos trabalhos dos assentamentos, ao contrário da eficiência que têm nos momentos das assembleias ou reuniões, quando então a sua capacidade de convencimento é decisiva. Mas não seria este o papel da liderança?

I: "Eu nunca gostei desta palavra [liderança], mas se você quer usar, pode dizer que ser uma liderança é dar ânimo aos companheiros. O sujeito é líder se sabe trazer os outros para a luta. Não é fácil não. Às vezes os outros pensam que é só chegar e ir falando bonito que funciona,

mas não é assim não, tem que ter responsabilidade sobre o que diz, porque falar por falar qualquer um faz."

P: E fora das reuniões e das discussões com o grupo qual é o papel de uma liderança como você?

I: *"Olha, eu acho que o meu papel é esse mesmo...como eu te falei, é trazer as notícias lá de baixo, explicar para os companheiros, não é que eu saiba mais que os outros não, mas eu tô acompanhando, né? Então é isso, é ser meio animador, às vezes contar uma piada na hora que tá pra sair uma briga, porque você viu que aqui é todo mundo amigo, mas na hora de discutir o bicho pega, né? Então, tem que ter alguém pra acalmar os ânimos, pôr a conversa no rumo de novo, essas coisas."*⁶⁵

No entanto, este papel do líder apenas como animador não é consenso entre os entrevistados nos diferentes assentamentos visitados. São recorrentes as críticas sobre a falta de continuidade dos projetos, principalmente nos casos das associações de produtores, que necessitam de um esforço continuado, através da busca de recursos, continuidade dos plantios, escoamento da produção. Os assentados geralmente culpam as lideranças pelas interrupções ou fracassos nos projetos, as lideranças, por sua vez, atribuem os problemas ao pouco envolvimento do grupo, como explica um assentado que abandonou a associação de um dos assentamentos visitados:

"No começo, a associação aqui até foi bem, estava vencendo, mas de uns tempos pra cá as coisas começaram meio que piorar. No meu modo de pensar, a associação tem

⁶⁵ Entrevista com liderança do Município de Conceição de Macabú. Para fins de identificação, uso I para informante e P para pesquisador

que cuidar aqui de dentro e não servir pro sujeito fazer política, brigar com o prefeito, brigar com o pessoal da Emater. Eu vinha pra reunião e só tinha o tal dos "informes". Era o informe sobre os Sem Terra, era o informe sobre o congresso tal, era o informe....eu sei que um dia eu me levantei lá e disse assim: ô Antônio Carlos, eu quero é que você me informe o que é que eu vou fazer com aquelas 30 caixas de aipim que estão lá no meu galpão se estragando!"

Esta avaliação sobre o desempenho das lideranças dependia da capacidade que demonstravam em trazer vantagens para o assentamento, ou seja, da capacidade da liderança atuar para fora do assentamento. Esta era uma questão delicada para as lideranças oriundas de movimentos populares, isto é, a capacidade de negociação com o Estado, que era o destinatário principal das reivindicações das comunidades mobilizadas. Isso porque, a ênfase na autonomia desses movimentos trazia consigo, muitas vezes, uma postura conhecida como "de costas para o Estado", já que este era reconhecido como "classista", contrário à classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, a democratização do Estado e a participação efetiva da população (ou dos grupos organizados) na gestão pública somente se efetiva a partir de um contato direto com os órgãos da administração. Ora, isto só é possível a partir da institucionalização, em alguma medida, da participação popular, o que para esses movimentos sempre representou um dilema, já que implicava aceitar formas de participação e representação diferentes das que regiam sua lógica interna. Nas experiências que acompanhei, este problema costuma ser maior ou menor dependendo, de um lado, do grau de

articulação dessas organizações com outras forças políticas atuantes, como, por exemplo, ONGs, que garantissem apoios ou repercussão à causa defendida.

De outro lado, dependia também dos *recortes* que os grupos mobilizados promoviam em relação à política local, ou seja, nos casos em que havia polarização político-partidária entre esses grupos e os detentores do poder local havia mais dificuldade de negociação. Essas questões atravessaram de modo intenso as organizações surgidas nos assentamentos nos anos 80, como veremos a seguir, gerando diversas trajetórias para as lideranças assentadas, desde um envolvimento maior na vida política local até o afastamento progressivo do grupo e do próprio município, em função de compromissos com os setores de cúpula das organizações dos trabalhadores rurais.

4.2.2 - Anos 80: as organizações nos assentamentos e as lideranças

O assentamento São Domingos, em Conceição do Macabú, conseguiu formar uma associação de produtores bem sucedida em apenas um ano após a instalação das famílias no município. O êxito da iniciativa serviu para apagar a desconfiança inicial que pairava sobre o grupo desde a sua chegada, pois sua origem urbana era tida na região como algo perigoso, já que se imaginava que a cidade seria

invadida por desempregados, que viriam lhe tirar a tranqüilidade, como explica a liderança local:

"O prefeito anunciou que eram bandidos, favelados vindo do Rio e que iriam ameaçar a cidade. Por isso, nós não tínhamos como comprar fiado e ninguém tinha dinheiro. Tivemos que ir cortar cana meio período e depois trabalhar no lote. Plantamos toda a área coletiva e fomos conquistando a população, que viu que nada daquilo era verdade. Assim que saiu o dinheiro do PROCERA, todo mundo comprou telha na cidade, cimento. Com a chegada da eletricidade, acabou o estoque de eletrodomésticos do comércio local. Você vê como as coisas mudam?"

Os bons resultados conseguidos pela associação são explicados pelos participantes como fruto do modelo de gestão adotado, que privilegiou a descentralização de poderes, através da criação de um colegiado ao invés da direção por um presidente, tesoureiro etc, como normalmente fazem as outras associações. Este formato permitiu que a associação assumisse um caráter empresarial em pouco tempo, o que levou à necessidade de discussão para a formação de uma Cooperativa, já que somente assim poderia adquirir patrimônio, dispor dele e agilizar outras formas de parceria.

Esta divisão de tarefas permitiu que a principal liderança do assentamento seguisse um rumo próprio, assumindo o cargo de vereador e tornando-se uma liderança importante no cenário político estadual, diretamente ligada ao MST, que até então tinha pouca penetração no Rio de Janeiro. Encontrei-o em uma reunião no Rio de

Janeiro e, perguntado sobre a associação, explicou-me de forma clara o papel que atribuía às organizações surgidas nos assentamentos:

"Olha, eu saí da direção da associação tem mais de um ano e ela vai muito bem obrigado. Eu acho que toda organização dos trabalhadores rurais tem por obrigação formar novos quadros, renovar o pessoal, senão o movimento morre, enferruja, entende? E te digo mais, eu acho que a gente tem que passar a história de luta para os outros companheiros que estão começando em outros lugares, espalhar essa reforma agrária por aí. Tenho meu pedaço de terra há onze anos e hoje já firmei a bandeira dos Sem Terra em dezessete latifúndios no estado."

E quanto ao papel de vereador, como se comporta uma liderança oriunda de um assentamento ao se defrontar com o jogo político local?⁶⁶ Segundo relata o entrevistado, sua atuação vem se pautando pela defesa dos direitos dos trabalhadores, não apenas dos assentados, e seguindo as diretrizes do Partido dos Trabalhadores, pelo qual foi eleito. Apesar de dispor de poucos dados relativos a sua atuação, a conversa leva a crer que ele vem se envolvendo com assuntos ligados à infra-estrutura local (água, luz) para bairros populares da periferia da cidade e com a educação, aí diretamente ligado ao assentamento que representa. Transparece também as conhecidas rivalidades que marcam as relações com a política local, já que as prefeituras nessas cidades

⁶⁶ Apesar de várias tentativas, não consegui obter informações na Câmara Municipal local, que ora estava em recesso, ora não dispunha de funcionários autorizados para atender o público. Não creio, no entanto, que houvesse nenhuma intenção deliberada de ocultar dados, esses desencontros expressam mais a desorganização da burocracia local.

são geralmente controladas pelos representantes dos grandes proprietários. Como explica:

"Você viu lá na Capelinha, para tudo aquilo nós temos um "projeto de habitação popular", construir casas, e onde é que eles vão comprar telha? Na cidade. A luz em São Domingos, o prefeito era nosso inimigo, retirou a torre de repetição. Então, compramos 140 parabólicas para provar que lá tinha união. Depois, o prefeito foi na televisão em Macaé encher a bola, dar parabéns."

Esta disputa vai se desenrolando nos vários espaços onde as lideranças têm acesso a decisões envolvendo a vida local. Neste caso, a entrada dessa liderança na cena política foi acompanhada por mais três vereadores de oposição, também do PT, não diretamente ligados ao assentamentos mas unidos em torno de projetos comuns, que traziam a possibilidade de incorporação na vida política de segmentos sociais até então marginalizados. Não é novidade que a vida política nos pequenos municípios fluminenses é dividida, com maior ou menor disputa, entre frações dos grupos dominantes, fazendeiros, comerciantes e, mais recentemente, profissionais liberais (médicos, advogados), filhos de membros dessas frações ou a elas ligados.

Em Conceição de Macabú havia uma disputa entre políticos tradicionais, uns ligados às forças do antigo *chagismo*, outros mais próximos do PDT, partido que também gerou muitas lideranças políticas profissionais no interior do estado, pois representava, em determinado momento, uma alternativa aos líderes políticos

tradicionais. É importante chamar a atenção para a novidade radical que a presença das lideranças assentadas e seus aliados representavam neste cenário. Assim, um movimento que se iniciou centrado em torno de objetivos bastante definidos, como é o caso das questões surgidas em um assentamento, gerou lideranças e comunidades mobilizadas (ou, pelo menos, mobilizáveis) que foram capazes de ampliar bastante as discussões sobre a democratização da distribuição de bens produzidos socialmente e sob a tutela do Estado.

Como lembra Boschi (1987), a questão central ao se analisar a presença desses movimentos sociais na vida local é ver em que medida a sua atuação garante, efetivamente, a incorporação de novas coletividades em atores políticos legítimos. Neste caso, este efeito foi ainda mais visível pois envolvia um grupo de famílias que estava na situação extrema de exclusão, ocupantes pobres da periferia metropolitana, e em dois anos era um grupo estável economicamente e disputado politicamente.

A atuação das lideranças na vida local vai se pautando pela ampliação das questões em debate, já que seu maior contato com entidades nacionais e até mesmo organismos internacionais possibilita que traga as questões em voga a cada momento, como, neste caso, através da preocupação ecológica, assunto até então desconhecido no município. A fala da liderança sobre este tema tem também um interesse adicional, pois permite conhecer a retórica

envolvente comum nas lideranças carismáticas, que usam este "dom" para traduzir as questões em pauta para os interesses locais:

"Alguém levantou isso de meio ambiente e eu falei: nós não gostamos de meio ambiente, nós gostamos de ambiente inteiro, barriga cheia, muita mata."

Mas não é apenas com o poder local que essas lideranças interagem, há também um permanente processo de relacionamento e disputa de posição com outras forças que atuam no município. Um bom exemplo são as divergências entre lideranças e técnicos que trabalham nos assentamentos, sejam da extensão oficial (Emater) ou de ONGs. A responsabilidade atribuída às lideranças pelos problemas ocorridos é repassada por estas para os técnicos, sobre os quais pesa sempre a acusação de intervenções tópicas, sem continuidade. Entrevistando um técnico da Emater, ele explicou:

"Eu concordo em muitos pontos com a avaliação que alguns líderes do assentamento têm colocado pra gente, mas eu tenho que explicar também o meu lado. Eu concordo, por exemplo, que uma intervenção mal feita cria resistências dos produtores a novas intervenções, mas às vezes a gente faz o que está no limite, em termos operacionais, de apoio, visita. Você sabe, a extensão está sem dinheiro, tem um carro, dois, poucos técnicos, poucos recursos. E fora que as lideranças também chegam sempre com alguma novidade trazida desses encontros e querem implantar aqui direto, mudam tudo que a gente vinha fazendo, é difícil, eu não vou mentir pra você, porque surgem problemas sim, mas faz parte do trabalho."

Em muitos casos, as lideranças assumem pessoalmente o cargo de difusoras de técnicas ou formatos organizativos. Encontrei lideranças de São Domingos em um curso de formação e ensino de

gestão para associações que estavam promovendo, com apoio de uma ONG, em Santo Inácio, no município de Trajano de Moraes. A idéia era repassar técnicas de administração para os membros da associação deste assentamento, que encontrava-se em dificuldades.

A associação havia conseguido sucesso no seu primeiro ano, mas por diversos motivos começou a perder fôlego, caindo drasticamente a participação dos lavradores. Neste encontro, reuniam-se novas lideranças surgidas no assentamento recentemente e o tema, como não podia deixar de ser, era sobre as dificuldades deixadas pela administração anterior. Não havia propriamente uma hostilidade em relação às primeiras lideranças, que como vimos, envolveram-se na organização sindical estadual em torno da CUT. Havia sim uma avaliação sobre a necessidade de se repensar os rumos da organização local. Vejamos como podemos entender a trajetória das primeiras lideranças de Santo Inácio a partir da presença dessas novas lideranças. O objetivo não é enfatizar os papéis não cumpridos por elas, mas ver no seu percurso uma parte do processo de reestruturação do sindicalismo rural no estado e o aparecimento de novas forças políticas, como o MST.

4.3 - A questão da institucionalização

A chegada ao poder, mesmo que este poder seja restrito a um grupo mobilizado, é sempre delicada, pois, a meu ver, traz à tona uma questão incômoda, que é a constatação de que a participação popular é um componente obrigatório, mas insuficiente, para um processo de transformação e democratização social. O amadurecimento das experiências de democratização do poder local e das formas de descentralização tentadas no Brasil nos últimos anos tem colocado esta questão para os movimentos populares, demonstrando que a atuação dos movimentos é importante, diria mesmo fundamental, mas não tem um poder ilimitado, capaz de redefinir, à sua vontade, o papel do Estado ou a atuação da sociedade política com seus demais grupos de pressão.⁶⁷

O período que vai do final dos anos 80 até meados dos anos 90 comporta leituras diversas, mas onde são recorrentes as avaliações sobre a perda de dinamismo dos movimentos sociais. Ora, se isso é verdade para os movimentos urbanos, e creio que em parte é verdade, o mesmo não pode ser dito sobre os movimentos sociais rurais, que têm nos anos 90 o momento da maturação de inúmeras experiências, muitas das quais desenvolvidas no interior dos

⁶⁷ A análise de experiências locais é muito importante e, nesse sentido, um farto material pode ser encontrado nas edições de revistas como a *Proposta* (FASE), *Tempo & Presença* (CEDI) ou *Revista de Administração Municipal* (IBAM), que foram fontes essenciais para comparar os dados de campo com outras experiências em curso.

assentamentos, que geraram, entre outras coisas, o crescimento vertiginoso do Movimento Sem Terra no País.

Se me é permitido levantar uma hipótese bem geral, diria que grande parte da tão falada crise dos movimentos sociais dos anos 90 deve-se ao esgotamento deste paradigma que regeu a atuação dos movimentos populares no período de retomada da democratização no país, ou seja, a idéia de que um processo de transformação radical da sociedade estava em curso e que sua realização dependia apenas da capacidade dos movimentos construírem esta nova ordem. A crise dos anos 90 refletiria, assim, uma "perda da inocência" dos movimentos ou, melhor dizendo, uma profunda reforma dos valores vigentes no campo dos movimentos populares.

A questão é saber o que restou e o que definitivamente "envelheceu" deste legado deixado pelo ressurgimento da participação popular dos anos 80, uma vez que as alternativas presentes hoje, com a decretação do fim de todas as utopias, são bastante sombrias. Apesar de andarem em compasso diferente, estas questões também estão na pauta dos movimentos rurais, pois a maturação das experiências no interior dos assentamentos não foi acompanhada pelo crescimento no mesmo ritmo das áreas assentadas, isolando, em muitos casos, essas experiências, cuja ampliação era importante para o sucesso de um "setor de assentamentos", firmando-se como um caminho possível para a redefinição do debate em torno do que é hoje a agricultura familiar.

4.3.1 - Anos 90: a chegada ao poder

No assentamento Santo Inácio, a desapropriação coincidiu com a chegada das novas lideranças à direção do sindicato, levando a que sua atenção se dividisse entre esses dois espaços. Tanto em minha tese de mestrado (Pinheiro, 1993), quanto em artigo recente (Pinheiro, 1998) analisei a atuação dessas lideranças em termos da influência que os mediadores tiveram na definição das questões privilegiadas por essas lideranças, que tiveram na luta pela terra o seu eixo principal, mas em detrimento de questões "secundárias", como aquelas questões ligadas à produção. Embora creia que esta avaliação seja, em parte, correta, penso hoje que as opções tomadas por essas lideranças só podem ser entendidas na conjuntura em que atuaram, que tinha na reconstrução do sindicalismo rural a questão central.

A associação do assentamento da Fazenda Santo Inácio foi fundada em 1988, a partir da necessidade de obtenção de recursos para promover a diversificação de cultivos, mas tinha, também, o objetivo de manter a coesão dos assentados após a instalação das famílias nos lotes. A existência de linhas de crédito que privilegiavam os lavradores organizados em associações era o argumento mais forte a justificar a urgência na fundação de uma associação no assentamento. No processo de discussão entre assentados, técnicos governamentais, assessores e lideranças sindicais foi se gestando o consenso em torno da fundação da associação. Mas este consenso

resumia-se à necessidade da associação e não ao seu caráter, que penderia ora mais para o lado político, ora para o lado técnico-econômico, dependendo da correlação de forças internas e externas à associação.

Nesse primeiro momento, era uma proposta veiculada basicamente pelas lideranças sindicais e do assentamento, tendo implícito um projeto de transformação a mais longo prazo.⁶⁸ Os assentados, por sua vez, tinham pouca capacidade de intervenção nesta discussão porque, a rigor, havia uma grande indefinição sobre qual era o papel da associação.

Estive na região novamente quatro anos após a primeira ida, quando havia acompanhado o difícil relacionamento da associação do assentamento com o sindicato, que era então ocupado pelas lideranças envolvidas com a desapropriação da área. A avaliação dos lavradores que participavam da associação neste segundo momento era de que não deveria se repetir a excessiva proximidade desta com o sindicato, pois havia uma tendência a se misturar os papéis de cada uma, como explica uma jovem liderança envolvida com a retomada dos trabalhos da associação:

"Olhando hoje, a gente reconhece que o pessoal fez um trabalho importante, porque naquele momento o que

⁶⁸ Tinha-se implícito que os trabalhos da associação possibilitariam o desenvolvimento de uma consciência alternativa, isto é "(...) incentivariam formas de interrelacionamento social baseado num ideal de "ajuda mútua, visando a consolidação de uma nova consciência e prática dos assentados." (FRANCO, 1991:69). Este pressuposto também norteava as propostas de cooperação agrícola em assentamentos coordenados pelo Movimento Sem Terra. Ver a respeito, MST, 1991.

interessava era aquilo mesmo, desbancar o poder dos fazendeiros, que mandavam e desmandavam aqui. Ainda mandam, mas hoje a gente não depende da vontade deles. A associação indo bem ou mal é um assunto nosso, entende? Antes não, antes o que valia era a palavra do dono da terra, que mandava o trabalhador embora na hora que quisesse. Agora, na associação eles misturaram um pouco, misturaram com política, o que na minha opinião não dá certo."

A associação do assentamento teve grande influência de diversas organizações governamentais presentes a partir da desapropriação, tendo acesso a variadas fontes de recursos e sendo alvo de alguns projetos, que visavam garantir a total autonomia da área. Na fase inicial, a prefeitura firmou um convênio com o Ministério do Interior para a construção de mais dois galpões comunitários e recuperação das estradas no interior do assentamento. É importante lembrar que o prefeito vinha sendo o principal opositor do grupo que assumiu o sindicato e obteve a desapropriação da fazenda Santo Inácio. Porém, a vitória do movimento e, principalmente, a presença de diversas instituições federais e estaduais no município levou a que a disputa fosse temporariamente posta de lado.

No entanto, a participação da prefeitura junto à associação do assentamento tinha limites bem claros e se deu apenas no período inicial, já que era difícil a disputa por adesão dos assentados, que devido a sua proximidade com o grupo do sindicato alinhavam-se ao grupo de oposição político-partidária à prefeitura. Além disso, 1988 foi um ano de eleições municipais, quando os trabalhadores rurais

lançaram um candidato apoiado diretamente pelo sindicato e com um discurso bastante crítico em relação à administração municipal. No final deste ano, o relatório do INCRA sobre o assentamento indicava a "pouca participação" da prefeitura nos convênios firmados (INCRA, 1988:2). Frente à disputa eleitoral em um município com características eminentemente rurais, a opção da prefeitura foi apoiar a criação de outras associações na região, selecionando grupos específicos de lavradores, ao mesmo tempo em que, através de sua atuação diferenciada, diminuía a visibilidade política da associação do assentamento.⁶⁹

Mas não foi apenas com a prefeitura que a associação enfrentou problemas de relacionamento, já que a própria proximidade com o sindicato gerou tensões e dificuldades. Apesar do incentivo para a fundação da associação pelas lideranças sindicais, havia, ao mesmo tempo, um certo receio de que a associação viesse a competir com o sindicato como forma ideal para a organização dos trabalhadores rurais do município, já que era através da associação que vinham sendo conseguidos os recursos necessários para a melhoria da produção, perspectiva que atraía o conjunto dos lavradores locais. Como ressaltam alguns autores (Pacheco e Leroy, 1991; Franco, 1991), esta incerteza por parte do movimento sindical

⁶⁹ Novaes (1989) já chamou a atenção para esta presença do Estado, nas suas diversas instâncias, junto a assentamentos e outros projetos. Segundo a autora, a presença do Estado, justificada como necessária para a racionalização do dinheiro aplicado, desempenha um papel importante na sua busca por adesão dos lavradores, legitimando certas lideranças e não outras e estabelecendo novos parâmetros para a situação vivida, como o fracasso ou o sucesso econômico desses projetos.

sobre o lugar das associações foi um ponto em comum entre as várias experiências associativas que se desenvolveram nesse período. O tema dividia a opinião das lideranças sindicais, que oscilavam entre um certo desprezo pela proposta de conquistas imediatas das associações, que não possuíam um objetivo transformador das relações sociais vigentes, e o temor pelo seu crescimento, devido à disputa potencial de espaço que isto representava.

No caso analisado, este dilema explicitou-se através da tentativa do sindicato impor à associação uma lógica de atuação bastante rígida, demonstrando a preocupação de preservar a associação de influências externas (EMATER, agências financiadoras), capazes de desviá-la dos rumos pensados pelas lideranças do movimento. O modelo de desenvolvimento pensado inicialmente para a área era baseado em modelos coletivos e, neste sentido, houve uma apropriação bastante entusiasmada das potencialidades que identificavam no trabalho associado. A idéia inicial era desenvolver um trabalho de cooperação que envolveria a divisão do trabalho dos assentados pelos diversos lotes, mantendo-se a propriedade individual mas suprindo as diferenças existentes entre as várias famílias para permitir o desenvolvimento homogêneo do assentamento. No entanto, este projeto fracassou logo no início e a resistência dos assentados levou ao abandono da idéia, mantendo-se apenas um rodízio nos lotes das lideranças "liberadas" para o trabalho político, que neste momento encontravam-se na direção do sindicato.

Houve, na verdade, uma mudança brusca dos projetos coletivos, que encontraram resistência, para a ênfase no individual, que levou também a uma série de dificuldades, comprometendo o sucesso econômico da experiência. Quando perguntados sobre os motivos que levaram ao progressivo declínio da associação, os assentados enfatizam sempre a questão da má administração que a entidade teve desde o início, onde a concentração de poderes nas mãos das lideranças é sempre apontado como o fator determinante para a pequena participação dos associados. Perguntei a essas lideranças o que significava a concentração de poderes, se era uma prática efetivamente presente na administração da associação:

"É difícil responder porque depende do que você está chamando de concentrar, se for dar o rumo, tocar o barco, puxar reunião, então tá certo, porque era isso que a gente fazia. Você chegava nas reuniões tinha um ou dois esperando, a gente ficava às vezes a tarde toda lá e não aparecia ninguém. Ai eu encontrava o fulano depois que me perguntava: e aí, o que ficou decidido? Ficou decidido nada, ué, não tinha ninguém lá. Ai, quando tinha coisa urgente pra decidir era a gente mesmo que decidia, fazer o que? Isto é concentrar?"

Esta questão pode ser mais ou menos problemática dependendo da capacidade dos associados em manter o controle dos rumos do trabalho comunitário, o que significa dizer que depende dos mecanismos de participação, como eleições, reuniões constantes, capacidade de veto de propostas etc. nos casos onde isso não acontece, a participação é substituída pela delegação do direito de

representação, ficando assim na dependência das lideranças do movimento.

Mas o exercício do poder é enganador, no sentido de que quem o exerce raramente tem autocrítica suficiente para apontar, ou sequer perceber, o caráter por vezes autoritário de suas decisões. A mesma situação descrita pela liderança acima foi interpretada de modo oposto por outro entrevistado que participava das reuniões:

"A verdade é que a gente não tinha voz, não tinha mesmo. Eu cansei de chegar nas reuniões com outros companheiros e a gente colocava nossos problemas, nossas opiniões, e eles diziam assim: 'ah, seu Zé isso a gente já acertou com o fulano, o beltrano e não sei o que, e vai ser feito é assim'. E isso era em tudo, em tudo. Aquele capoeirão que tá lá abandonado, quantas vezes a gente discutiu o uso e era sempre: 'ah, isso já tá reservado pro projeto com o pessoal lá de baixo'. Está reservado até hoje, né?"

4.3.2 - O fim de todas as utopias?

O exercício do poder na cúpula de movimentos como o MST ou o sindicalismo rural é o desafio enfrentado hoje por essas lideranças que acompanhamos desde sua formação. As lideranças dos dois assentamentos analisados, São Domingos e Santo Inácio, seguiram caminhos distintos, mas os dois são bastante representativos de trajetórias seguidas por lideranças camponesas nos últimos anos. A liderança surgida em São Domingos dividiu sua atuação entre a representação dos interesses de camadas populares no âmbito

municipal, como vereador, e a articulação de novas lutas por desapropriações no estado, como representante importante do MST estadual. A liderança surgida no assentamento Santo Inácio seguiu uma trajetória diversa, subindo postos na carreira sindical ao participar de um movimento de reestruturação do movimento sindical em nível nacional, chegando a ocupar um dos principais postos na cúpula estadual.

Este trabalho se ressentia de um maior aprofundamento na análise das trajetórias dessas no interior desses dois espaços, o MST e a FETAG, mas a opção por ver a atuação dessas lideranças a partir da vida local forçou a que se buscasse entender, também, a ausência dessas lideranças, mais do que seu papel atual. Assim, do ponto de vista de cada município, o afastamento relativo dessas lideranças abriu espaço para o surgimento de novas lideranças nos assentamentos, que seriam a segunda geração de lideranças resultantes dessas lutas, mas a primeira surgida já nos assentamentos, vivendo outros problemas e portadoras de outros valores. No próximo capítulo, proponho uma comparação entre as trajetórias dessas duas gerações de lideranças, contrapondo o caráter carismático da primeira geração com o maior pragmatismo da segunda. Na verdade, esta polarização só pode ser entendida como um jogo de contrastes, útil para a análise apesar de simplificador da realidade. Mas o objetivo é entender um pouco melhor o perfil dessa nova geração de lideranças que está se formando.

Em Santo Inácio, os problemas oriundos da relação entre o sindicato e a associação gerou lideranças novas no interior do assentamento, algumas chegadas mais tarde, a partir da compra de lotes de assentados que deixaram o local. Tive a oportunidade de encontrar uma dessas novas lideranças em um encontro realizado no município para discutir os rumos da associação. Como eu havia feito minha tese de mestrado sobre a associação, fui convidado para expor meu trabalho, ao mesmo tempo em que se discutia os efeitos perversos da substituição dos plantios do assentamento por eucaliptos, que eram vendidos para madeireiras nos municípios vizinhos. As novas lideranças defendiam esta mudança como a única saída para a exploração econômica do assentamento, posição que era rebatida pela ONG que organizou o encontro e com a qual eu também me alinhava. Entrevistando esta nova liderança, entendi um pouco melhor as diferenças que marcavam essas duas gerações de líderes locais:

"Eu vou ser franco com você, este assentamento, esta associação não têm muita opção não. Eu mesmo vim pra cá sabendo disso, mas disposto a me virar. E é isso que a gente está fazendo. Quantos projetos já foram trazidos aqui pra dentro, vocês [NO CASO, A ONG, COM A QUAL, NATURALMENTE ME IDENTIFICAVA] já vieram aqui várias vezes e nunca o negócio foi muita pra frente. Então, essa coisa do eucalipto é a saída mais rápida que nós encontramos para o pessoal ter um dinheirinho extra, que muitos aqui só conseguem indo trabalhar para os outros, indo cortar cana, dar o dia, o eucalipto pelo menos é dele, ele que administra."

O pragmatismo dessa nova liderança não deve ser lido, no entanto, como o abandono total das perspectivas anteriores, que tinham projetos mais ambiciosos para a área, inserindo-a em projetos mais abrangentes, como aqueles surgidos nos pavilhões de produtores da CEASA, que pretendiam articular a venda da produção dos vários assentamentos do estado. A nova geração de lideranças cresceu acompanhando os recuos da luta pela terra desde o final dos anos 80 e o desmonte de muitas dessas experiências que, por motivos diversos, perderam-se no caminho.

Em São Domingos, muitas das novas lideranças chegaram ao assentamento também através da compra de lotes de assentados e não participaram com a mesma intensidade do movimento de luta pela terra, tendo naturalmente, uma ligação diversa com as propostas vinculadas pelas primeiras lideranças. Neste assentamento, no entanto, a forte presença do MST gerou também uma nova geração de lideranças ligadas diretamente ao movimento, que tem tornado o espaço de discussão mais acirrado. Estas lideranças possuem, de um lado, um discurso padrão, reproduzido a partir dos cursos de formação que participam, mas, de outro lado, têm uma forte ligação e conhecimento das causas locais, portadores de uma trajetória de vida que girou todo o tempo em torno do assentamento e de suas questões, como explica uma destas lideranças:

"Eu cresci aqui no assentamento vendo as dificuldades que o pessoal da associação enfrentou pra manter a luta aqui, porque se dependesse de muita gente aqui de dentro mesmo a associação nem existiria mais, seria cada um por si, o que na minha visão é voltar pra trás. Então, quando a gente insiste em trazer gente de fora pra estudar o assentamento é também pra mostrar pra esse povo que o que a gente construiu é importante, que estão acontecendo coisas iguais no Brasil todo. Daí a importância de continuar mantendo nossa organização, mesmo que mude de nome e vire cooperativa, o que é sinal de progresso."

Portanto, o maior pragmatismo de suas posições não deve servir de rótulo para ocultar a importância que a continuidade do surgimento de lideranças locais representa para os assentamentos. O maior envolvimento com as questões do município permite que essas lideranças sigam ampliando o espaço dos assentamentos no debate envolvendo as questões locais e, neste sentido, é uma garantia da manutenção de muitas conquistas obtidas até então, mesmo que não tenha o caráter transformador das relações sociais que estava embutido no discurso das primeiras lideranças.

CAPÍTULO V

NOS CAMINHOS DO MUNICÍPIO

No capítulo anterior, analisamos as lideranças políticas surgidas em assentamentos rurais através de um recorte que pretendia abarcar diferentes redes de relações que estas lideranças acionam ao longo de sua trajetória. Este esquema analítico não esgota todas as possibilidades envolvidas nas diversas trajetórias possíveis para uma liderança, mas mostrou-se útil para enfatizar os principais eixos que identificamos neste percurso, que foi dividido em três momentos distintos. Assim, no momento de formação discutimos o papel dos mediadores. No momento da ação enfatizamos a tensa relação entre lideranças e liderados, inserindo este debate na reflexão sobre o papel dos indivíduos dentro de movimentos coletivos. Por fim, no momento da institucionalização destacamos o delicado tema do exercício do poder e as características específicas que assume em período recente.

Este capítulo se inicia com a descrição das trajetórias de outras lideranças, que não se encaixam no perfil padrão de lideranças em assentamentos rurais, mas que são importantes para se conhecer formas diferentes de exercício de poder nesses espaços, que passam por líderes secundários, que muitas vezes nem são consideradas como lideranças, já que suas práticas políticas, os próprios locais onde fazem política e, conseqüentemente, o tipo de poder que exercem são de outra natureza, mais sutil do que o poder que se manifesta no interior das organizações ou de outras formas institucionalizadas de atuação.

Em seguida, tentaremos começar a fechar as questões levantadas para tirar algumas conclusões sobre a relação entre lideranças rurais e o debate a respeito da vida municipal brasileira, pensando as questões em pauta nesse período entre 1985 e 1995, as conquistas obtidas e, também, os problemas que essas lideranças vêm enfrentando.

5.1 - Outras Trajetórias possíveis

A história oficial dos pequenos municípios brasileiros é basicamente a história dos "vencedores", das grandes figuras do passado, dos próceres. Motta (1996) destaca o espanto dos entrevistados por ela nos pequenos municípios fluminenses quando buscava recordar fatos "não oficiais" da história dessas localidades,

que fugiam à idéia do que era relevante para o conhecimento das futuras gerações. Algo semelhante pode ser constatado em pesquisas como esta que realizei, onde a presença de líderes, muitas vezes extremamente carismáticos, poderia ocultar a existência de forças - não necessariamente antagônicas - que disputavam espaço ou sugeriam outras formas de exercício da liderança, cuja descoberta se mostrou extremamente importante para evitar a falsa polarização entre lideranças e liderados como duas categorias estanques.

Há, na realidade, uma grande fluidez na prática do poder, quando traduzida em termos de direção e comando em um movimento social. Dificilmente, encontra-se uma única liderança capaz de ter a hegemonia total sobre o grupo. Não estou me referindo apenas às disputas pela posição de comando, bastante comuns e de caráter permanente mesmo durante o predomínio de determinada liderança. Refiro-me à existência de outras lideranças, que classifiquei de *pequenas lideranças*, pois não aparecem diretamente no cenário político, mas têm grande capacidade de influência, atuando nos "bastidores" do movimento, muitas vezes apoiando as posições da liderança principal, outras vezes minando suas propostas.

Nos assentamentos que visitei, muitas destas *pequenas lideranças* eram mulheres: esposas, irmãs ou mães de assentados, que são constantemente lembradas como fundamentais no "apoio" à luta, mas raramente aparecem como protagonistas dos movimentos.

Outro tipo de liderança encontrado classifiquei como *a força da tradição* em referência à dicotomia que propus no início deste trabalho entre *lideranças populistas* e lideranças oriundas de *movimentos populares*. A tradição a que me refiro é a reprodução de práticas populistas no interior de movimentos populares, mantida por lideranças geralmente secundárias, de pouca projeção, mas mesmo assim presentes em muitos assentamentos no estado.

5.1.1 As pequenas lideranças

"Reforma agrária na cara do povo!" Esta frase, dita com entusiasmo por Dona Francisca, assentada do norte do estado do Rio de Janeiro, abriu novos horizontes para a minha tentativa de refletir sobre quem eram, afinal, estas pessoas que nos últimos anos mantiveram aceso o debate e a luta pela terra no Rio de Janeiro. O entusiasmo de Dona Francisca não era sem motivo, porque resumia toda a história de vida da matriarca de uma família de 11 filhos e 18 netos, que mantinha a todos com o que colhia da terra, da terra da reforma agrária. Nesse momento, estava longe do assentamento que havia escolhido como base principal para este estudo, pois estava participando de uma outra pesquisa que media o impacto dos assentamentos na região. Mas, de repente, a frase de Dona Francisca soou de modo estranhamente familiar, era como se fosse o resumo do que eu vinha tentando entender: *reforma agrária na cara do povo*. A frase referia-se à necessidade que Dona Francisca via na divulgação

mais ampla dos resultados positivos das experiências desenvolvidas nos assentamentos rurais do estado, que - como no seu caso - se traduziam em uma melhoria considerável no nível de vida.

Na verdade, a identificação que a frase provocou em mim vinha também do substantivo cara que ligava reforma agrária e povo. Era como um quebra-cabeça, um anagrama estranho, que dizia muito para a minha pesquisa sobre o papel das lideranças surgidas nos assentamentos rurais do Rio de Janeiro. Quem eram as "caras" da luta pela terra no estado? O que significava aparecer publicamente na direção de um movimento que provoca reações tão violentas? Quem aparece está realmente na direção?

Dona Francisca foi uma dentre as várias *pequenas lideranças* que encontrei percorrendo assentamentos no estado. A presença destas pessoas ajudou a ampliar a minha análise sobre o exercício da direção em um espaço tão complexo como são os assentamentos rurais, onde diversas redes se entrelaçam, desde laços familiares, relações de vizinhança, de amizade, antipatias pessoais até as disputas acontecidas efetivamente no exercício da direção dos movimentos, sejam associações no interior dos assentamentos, sejam as comissões de assentados ou qualquer outro espaço onde se exerça, de algum modo, o poder. Este ponto é importante pois evita o esteriótipo da comunidade camponesa harmônica, isenta de conflitos, presente no senso comum ao tratar do meio rural. Comerford (1998), analisando um assentamento também pesquisado

neste trabalho, demonstra bem esta questão ao dizer que as reuniões, que inicialmente passam para o observador a impressão de uma "celebração" comunitária, são momentos também de disputas e rivalidades:

"As reuniões, além disso, não se apresentam em todos os seus momentos como uma espécie de "celebração" da comunidade em torno de seus símbolos de "união", ainda que os membros da Associação e seus dirigentes gostem de enfatizar essa "união" que deveria transparecer desses encontros. Mesmo quando enfatizam isso, mostram que essa "união" se dá apesar das "brigas" que neles podem ocorrer."
(Comerford, 1998:202)

Mas de que modo essas *pequenas lideranças* atuam neste espaço? Entrevistando uma agricultora que participava do conselho diretor da associação neste mesmo assentamento, pude entender um pouco mais a diferença entre o poder exercido no interior de um órgão de cúpula e sua aceitação pelo conjunto dos assentados. Esta informante ocupava um pequeno cargo na associação, quase de escritã, já que sabia ler e escrever perfeitamente, fato não tão comum entre os assentados adultos. Seu cargo, porém, não correspondia à influência que tinha junto a uma parcela importante dos seus vizinhos, já que exercia informalmente a tarefa de animadora cultural do assentamento, influência que incidia principalmente entre as mulheres, mas que devido a sua capacidade pessoal tinha bom trânsito também entre os homens do assentamento, como explica ela:

"As reuniões mais políticas assim eu não gosto de meter não, mas quando é assunto aqui de dentro eu falo mesmo. Às vezes está aquela discussão, eu levanto e vou fazer um cafezinho, saio, vou até em casa e na volta eu digo: vocês deviam é fazer assim, assim e assim. Eles ficam me olhando, resmungam, mas no final seguem direitinho a minha idéia."

Como lembra Stone (1991), o uso da narrativa e de outros recursos da história oral não devem levar, no entanto, a um descuido em relação às fontes, ou seja, deve-se ter em relação a elas o mesmo rigor exigido no trato com as fontes documentais, posicionando-se criticamente em relação aos dados oferecidos, tais como, neste caso, através da lembrança constante de que a fala de um depoente não é um dado da realidade, mas uma leitura desta, feita através da imagem que o depoente tem de si ou dos interesses a que persegue. Neste caso específico, pude comprovar que, em parte, o depoimento da entrevistada correspondia à influência que exercia sobre as lideranças da associação, que em dois momentos interromperam a entrevista para chamá-la e consultá-la sobre assuntos pendentes.

Outras *pequenas lideranças* têm sua área de atuação mais restrita ao âmbito familiar, mas nem por isso têm menos importância, como é o caso da esposa de um importante líder de um assentamento, cujo depoimento contribuiu para esclarecer aspectos interessantes do dia a dia, da rotina familiar, que ajudam a compor um quadro mais completo do que é ser uma liderança política,

pensando em termos do sacrifício pessoal, do afastamento da família em função das constantes viagens etc.

Schmidt (1997), ao tentar marcar a diferença entre o uso que a história faz da vida pessoal dos personagens daquele feito pelos jornalistas ou biógrafos, chama atenção para esta dimensão da vida privada como um contraponto importante à vida pública da pessoa retratada, pois permite o conhecimento de facetas diferentes, somente vividas no cotidiano, na intimidade, o que não se confunde com o gosto pelo escândalo, pela exploração do lado obscuro de uma personalidade conhecida, tão ao modo das biografias que geralmente tornam-se sucessos editoriais.

No item 1.2, citei a entrevista que participei com a importante liderança política do período pré-64, Pedro Renaux Duarte, que relatou em detalhes o relacionamento com a família nos momentos de afastamento e clandestinidade. Isso lançava luzes sobre um aspecto muito pouco explorado nas análises sobre o tema, ao mesmo tempo que desvendava uma série de redes que ligavam essas lideranças a outras forças políticas atuantes ou simplesmente simpatizantes da causa comunista, que permitiram a manutenção de sua família naquele momento de privação.

No caso da esposa da liderança a que me referi no início, o relato esclarecia a dura rotina dos lavradores que se destacaram e passaram a assumir posições importantes, seja nos órgãos sindicais,

como Departamentos Estaduais da CUT, grande concentrador das lideranças recém surgidas nas *oposições sindicais* nos anos 80, seja no MST, atual formador massivo de lideranças assentadas. Neste caso, era a liderança do assentamento Santo Inácio que, como vimos, seguiu o que chamamos de trajetória "clássica" dos anos 80/90, ou seja, das Comunidades Eclesiais de Base passando pelas *oposições sindicais* e chegando à presidência do sindicato de trabalhadores rurais local, deste ao DTR e ascendendo hoje à cúpula da Federação Estadual. A rotina é estafante. Longas viagens aos diversos centros de formação espalhados pelo País, encontros regionais e nacionais, além, é claro, da atuação em locais de conflito, como ocupações ou despejos. Sua esposa contava, entre orgulhosa e pesarosa, a ascensão do marido na carreira sindical e os esforços pessoais que isto implicava:

"Olha, eu não vejo ele mais. Às vezes ele passa quinze dias fora, chega, fica um dia ou dois e viaja outra vez. Ou então, ele chega de viagem de manhã e eu já estou levantando pra cuidar da menina, trabalhar. E a menina, então? Tem vez que não reconhece ele, ela tem 2 anos, né? Ela abre a boca a chorar e ele fica: "Ê papai! Ê papai!". Eu digo pra ele: diz mesmo, meu filho, diz mesmo que eu acho que ela não lembra mais de você! (risos)."

Outras *pequenas lideranças* merecem a denominação de liderança pela influência moral que exercem, semelhante a um "poder ético" no sentido atribuído por Heller (1989) ao termo, ou seja, como uma força que aos poucos se dissemina na sociedade e tem como função influenciar o comportamento dos demais,

principalmente daqueles que estão sob o círculo mais próximo dos que exercem este poder de irradiação.⁷⁰ Este é o caso de Dona Leonídia de Jesus, uma senhora de 59 anos, muito falante e inteligente, que acabava de voltar de uma viagem quando bati à sua porta. Estava chegando do Congresso dos Sem Terra em Vitória. Esteve na grande marcha dos Sem Terra em Brasília, trabalhando na cozinha do acampamento improvisado na Praça dos Três Poderes. Ela tem uma história de vida interessante: tem 12 filhos mas mora só. O marido mora há tempos no Rio, tem outra família. Disse-me que vive com 20 reais por mês (em valores de 1998), dados pelos filhos, o que para ela é suficiente, conforme garante. A casa era de uma pobreza impressionante. Do sítio mesmo tirava muito pouco, pois estava praticamente abandonado. É impossível compreender os assentamentos - não só no Rio de Janeiro mas no Brasil todo - sem levar em conta essas rendas não-agrícolas que os assentados ou alguns de seus familiares obtém.

Então, de onde vem, afinal, a sua influência, já que mal participava da vida do assentamento? A adesão à militância permanente que caracteriza esta entrevistada era motivo de admiração por parte daqueles mais identificados com a luta pela terra. Neste assentamento, São Domingos, havia uma ligação direta com o Movimento Sem Terra, formador das principais lideranças, e

⁷⁰ Segundo a autora, três poderes éticos dividiram o espaço sobre a vida cotidiana desde a emergência da modernidade: a família, o Estado e a sociedade civil. Atualmente, verifica-se a perda da influência de alguns deles, como a família, por exemplo, e a sua substituição por outros poderes, como a raça, etnia etc.

cuja presença simbólica era marcada através das bandeiras vermelhas hasteadas em frente à associação e vistas também em várias casas de assentados mais envolvidos com o movimento. A paixão demonstrada por Dona Leonídia era tida como algo louvável e muitos vizinhos vinham a ela para saber das novidades que trazia das suas constantes viagens, muitas delas bastante duras, já que eram caminhadas, atos públicos ou acampamentos improvisados à beira de rodovias. Esta dedicação à causa dos Sem Terra apagava inclusive o fato do seu pouco envolvimento com o sítio, cujo abandono era raramente mencionado quando se referiam à ela.

Existem *pequenas lideranças* que têm grande potencial para tornaram-se lideranças importantes, devido à amplitude e à homogeneidade do grupo sob sua influência. Este é o caso do senhor José Moreno, que desempenha o papel de orientador vocacional de uma Igreja Evangélica chamada "Cruzada Mundial de Libertação". Ele tem 47 anos, embora aparente ter mais de 60, e vive com os seis filhos e um neto em um sítio bem cultivado, apesar de pouco produtivo. Vive ainda com dificuldades, pois a família é grande e a roça "*ainda não chegou lá*", conforme explica. É muito religioso e frequenta a Igreja todos os dias, junto com toda a família. Além da ida cotidiana à Igreja, ainda organiza cultos duas ou três vezes na semana, divididos entre as casas dos vários membros da Igreja. Ocupa um lugar de destaque nesta Igreja, pois além de conselheiro é orador constante nos cultos, que todas às segundas-feiras ocorrem na sua casa.

O crescimento das diversas Igrejas Evangélicas e Pentecostais em assentamentos é um fenômeno generalizado no Rio de Janeiro, cujos desdobramentos são ainda imprevisíveis e pouco pesquisados. Há, à primeira vista, uma espécie de divisão em grupos cuja identidade está fortemente vinculada à esfera religiosa, como neste caso.

Sanchis (1995) analisa o crescimento destas seitas do ponto de vista da ruptura que estabelecem com uma tradição sincrética que marcou a relação da Igreja Católica com as demais manifestações religiosas, especialmente com o Candomblé e a Umbanda. Os "Evangélicos", por sua vez, pautam-se pelo afastamento ostensivo em relação às outras religiões, identificadas como forças do mal:

"Como toda ação suscita uma reação, apareceu no outro polo do campo religioso brasileiro, em tensão extrema com a umbanda sincrética, o protestantismo pentecostal, que reivindica - e até agora parece obter, até no nível da vivência popular - o assumir de uma identidade sem mistura, hostil a qualquer sincretismo. (...) assinalam a entrada no campo religioso das categorias modernas de indivíduo e de sua opção clara, distinta e racionalmente identitária. (Sanchis, 1995:132)

No caso do senhor José Moreno, não há hostilidade em relação aos seus vizinhos de diferentes religiões, mas também não há uma busca por maiores aproximações, pois prefere relacionar-se apenas com os membros de sua religião. Também não participa da associação existente no assentamento, embora apoie sua principal liderança. Não participa de eventos coletivos do assentamento, como as comemorações promovidas pela associação, porque não frequenta

festas. Ele justifica sua opção pelo convívio apenas entre os seus pares como a busca de uma maior tranquilidade, que só a religião pode proporcionar, pois, como explica, não gosta das discussões e dos conflitos que surgem nesses outros espaços fora da Igreja:

"A idéia da pessoa é uma coisa muito fina, difícil de explicar. Eu não gosto de discutir, mas também não perco o ponto. Então eu acho que só deve ir nessas reuniões quem gosta e eu não vou não."

Já mais próximo às lideranças que estão efetivamente na direção em certos assentamentos gravitam outras lideranças secundárias, cujo interesse em analisar deriva da capacidade que demonstram em "catalizar" as insatisfações de certos grupos no interior do assentamento e "rachar" o consenso que vigia por determinado período. Este fenômeno é muito observado nos períodos de sucessão das lideranças ou frente a graves crises que afetam, em algum momento, todas as experiências coletivas. Acompanhei um caso de tentativa de uma liderança já estabelecida impor uma liderança recém-formada sob sua influência em um acampamento que havia se instalado à margem do assentamento.

Tudo indicava que a área seria desapropriada em pouco tempo, mas, para tanto, havia a necessidade de um maior número de ocupantes para dar mais visibilidade ao conflito e agilizar a desapropriação. O recrutamento passou a ser feito entre pessoas residentes nas periferias do Rio, composição, aliás, bastante semelhante ao do grupo original que havia formado, muitos anos

antes, o assentamento. Houve, no entanto, uma forte reação de setores do grupo já assentado, que temiam aquela repentina proximidade com o que aparentemente consideravam como *lúmpen*.

A *pequena liderança* que atuava no acampamento, discordando das restrições impostas pela cúpula, rompeu publicamente com a liderança principal e passou a se aproximar de setores marginalizados no interior do assentamento, que chegaram depois da desapropriação e tinham um perfil mais urbano. A rápida adesão obtida e o "racha" que causou no movimento demonstram bem esse processo de choque entre *pequenas lideranças* e líderes já estabelecidos e foi esclarecedor para compreender a dinâmica de sucessão nos assentamentos. Além de demonstrar os riscos envolvidos nas estratégias políticas das lideranças que, neste caso, ativaram divergências latentes entre grupos de assentados e geraram, como efeito inesperado, o enfraquecimento da liderança principal, ao invés da pretendida ampliação de sua influência.

5.1.2 A força da tradição

O caso acima seria um exemplo típico do que, no jargão do movimento popular, é identificado como uma liderança que se *desvirtuou*. Este termo foi usado para definir aquela *pequena liderança* surgida no acampamento, mas aparecia constantemente nas explicações prestadas pelos diversos informantes sobre o destino de certas lideranças nos assentamentos. O interessante é que

abarcava trajetórias as mais diversas, onde a natureza dos desvios dependia, naturalmente, da posição ocupada pelo informante na história contada. Gostaria de concentrar este item em um único tipo de liderança que, de acordo com esta perspectiva, é aquela líder que se *desvirtuou* por transformar o grupo sob sua influência em "massa de manobra", assumindo um caráter de liderança "populista".

Como veremos, nem o uso de todas as aspas possíveis dá conta da impropriedade dos termos para definir este complexo processo. Isto porque, posto deste modo, retoma-se a velha tese do líder como um hábil manipulador da vontade popular, que, por sua vez, é desqualificada também, pois, afinal, que "massa" é essa que se deixa levar tão facilmente? O problema é que, na prática, verifica-se a reprodução constante de lideranças surgidas no interior dos movimentos populares que, em pouco tempo, estão se valendo das práticas as mais diversas - e condenáveis - para garantir a sua manutenção no poder, de onde geralmente obtêm vantagens que de outro modo não obteriam.

Propus, no início, a polarização entre uma tradição de *lideranças populista* e o surgimento de lideranças oriundas de *movimentos populares* como forma de marcar a novidade que identificava no cenário político brasileiro a partir de um determinado período (não restrito aos assentamentos, nem exclusivo ao mundo rural). É claro que esta dicotomia só pode ser aceita como um jogo de contrastes, que visa destacar uma idéia mais do que construir uma tipologia.

Mas por que *populista* e não *clientelista*? No já clássico livro sobre o populismo brasileiro, Weffort (1989) desestimula qualquer tentativa de se buscar ver o populismo como um fenômeno que possa ser tratado no seu conjunto, pois este assumiu diversas facetas políticas que não podem ser reduzidas a estágios de uma prática política populista que seria característica do País. Mesmo assim, o populismo se nutre de algumas características que podem, em um grau mais alto de abstração, ser alinhadas e entendidas como parte de um conjunto igual de práticas políticas.

O populismo envolve a existência de uma relação de dupla dependência entre lideranças e a massa, onde a manipulação que a liderança possa vir a fazer deve satisfazer, em alguma medida, as aspirações desta massa que a apoia. Mas, posto desta forma, qual seria a diferença entre o populismo e as demais formas de dominação tradicionais, como a patronagem exercida pelos grandes fazendeiros? O que caracteriza o populismo é que esta relação ocorre nos momentos de emergência das classes populares no cenário político. Esta diferença - fundamental - é que leva a que as práticas políticas desenvolvidas no seu interior obedeçam a esta dupla perspectiva, ou seja, servem tanto para as lideranças que delas se valem, quanto para as classes populares que retiram daí também algum benefício, caso contrário não haveria apoio. Pode-se argumentar que na clientela tradicional esta dupla perspectiva também existe, o que é verdade, mas só que existe em um grau menor, já que o camponês

sob o domínio privado de um proprietário de terras não tem as mesmas opções de ação que uma grande massa mobilizada, nem muito menos a capacidade de impor seus pontos de vista.

O populismo é um fenômeno que envolve grandes massas, não é à toa que Ianni (1975) vai identificá-lo como um fenômeno eminentemente urbano, que caracterizaria, na América Latina, a entrada de grandes contingentes recém urbanizados no cenário político nacional. A questão do voto passa a assumir uma importância maior na relação entre o líder e a massa.

No caso dos assentamentos, os diversos grupos que se formam após a instalação das famílias na área funcionam como pequenos redutos eleitorais, legitimando a permanência de certas lideranças nos cargos de direção (de associações, sindicatos, etc). Um dos casos acompanhados mostrava como ocorria a volta da dependência dos lavradores baseada na comercialização de seus produtos, já que um do lavradores assumiu progressivamente o papel de "atravessador" no interior do assentamento. Interessante é que a principal luta da associação havia sido contra os "atravessadores", que dominavam totalmente a comercialização no período anterior a sua fundação e que, durante um bom tempo, a associação assumiu este papel com êxito. Porém, as disputas surgidas na sua gestão levaram ao fracasso gradual da experiência. Esse lavrador passou a assumir as funções de comercialização a partir do declínio da associação.

O ponto polêmico é que ele o fez através da compra de grande parte do patrimônio da associação a preços muito abaixo dos de mercado, promovendo dessa forma o sucateamento de um patrimônio comum. Além disso, como um ente privado não tinha as mesmas preocupações e objetivos de uma associação comunitária, passando a cobrar valores "de mercado" para o frete, aumentando sua margem de lucro e restaurando a situação de desvantagem e dependência dos lavradores no circuito comercial.

Estas práticas não ocorrem em todos os assentamentos, nem são uma constante, mas acontecem e são expressão do processo de isolamento que sofrem os assentamentos. Bergamasco e Carmo (1991) já chamara a atenção para esta questão da avaliação que se faz dos assentamentos sem se considerar as políticas públicas tópicas que isolam essas experiências. Não se trata, também, de esperar que o Estado supra todas as carências deste setor, mas sim garantir condições reais para o seu sucesso, sem o que sua iniciativa torna-se inútil. Os cursos de capacitação (contábil, gerencial etc) de membros de associações é um exemplo de uma iniciativa fácil e viável, que diversas vezes surge na pauta das prioridades para emancipar essas entidades, mas nunca são levadas à frente. E acabam permitindo o ressurgimento de líderes que se valem do acesso privilegiado a certos recursos para exercer sua influência.

5.2 - Vida local, atraso e modernidade

Iniciamos este trabalho com um breve panorama da atuação das lideranças rurais em períodos anteriores aos anos 80, mostrando as suas formas de atuação e os laços estabelecidos com outras forças nas diferentes conjunturas. Assim, analisamos a ação de lideranças no período do pré-64, identificando essa realidade com a noção de *precariedade* institucional, social e política que marcava este espaço. Nos anos 70, a repressão e desmobilização dos movimentos sociais deu a tônica dos debates envolvendo não só a vida local, mas o próprio destino nacional. A partir dos anos 80, a luta pela redemocratização política se fez acompanhar de uma visão crítica sobre as mazelas advindas da modernização alcançada até então, ampliando o debate sobre a necessidade de expansão da democracia para as questões sociais, que passam a ser vistas como a luta contra as várias formas de exclusão.

A partir de 1985, este longo processo de lutas sociais resultou, entre outras coisas, na criação de assentamentos como a forma de resolução de conflitos no campo. Entre 1985 e 1995, período que analisamos, grande parte do debate sobre o meio rural brasileiro se deu em torno das questões colocadas pelos assentamentos, quer através das reivindicações por novas desapropriações, quer pelas questões internas criadas nesses espaços, como novas formas de organização. O fato dos assentamentos, sua expansão e viabilização,

ser um dos principais assuntos dessa década é, por si só, um fato notável, que merece ser destacado.

5.2.1 - Movimentos sociais e vida local: problemas e perspectivas

É necessário destacar a importância dessas experiências porque a questão da neutralidade, se pensada em termos da adesão ao objeto de estudo, colocou também muitas expectativas em relação à atuação dos movimentos sociais, visíveis fosse na idealização quanto ao seu papel, fosse, ao contrário, nas duras críticas quanto ao não-cumprimento de uma série de requisitos que muitas vezes escapavam às intenções dos próprios movimentos. [A emergência dos movimentos sociais nos anos 80 se fez acompanhar não apenas da queda de muitas utopias que alimentavam a reflexão sociológica, mas também pôs novas utopias no seu lugar. Neste sentido, concordo com Cardoso (1986), que afirmou que muito do que se tem pensado como movimento social e o que se tem vivido como movimento social está entrelaçado, atribuindo-se a eles um caráter mítico-transformador que obscurece o conhecimento de suas ambigüidades e ultrapassa as intenções dos próprios movimentos. A consequência desta postura foi a busca de totalizações, o que muitas vezes relegou a segundo plano a compreensão dos movimentos em nome da tentativa de construção de uma nova teoria da ação social.

Souza Lima (1982): 52 enumera algumas adjetivações dadas aos movimentos sociais que eram, no mínimo, excessivas, visto que superavam em muito as suas possibilidades. Assim, o movimento popular era:

" (...) disorgânico. É nacional, mas não é estruturado nacionalmente; compreende diversas classes e frações de classes, mas não possui uma prática política unificada. É possível que não tenha alcançado ainda uma análise política única sobre a realidade brasileira e sobre suas funções."

Na realidade, havia ainda um predomínio das perspectivas teóricas estruturais e funcionalistas, que buscavam colocar os movimentos no lugar vago deixado pelo paradigma das classes sociais como explicação única dos movimentos coletivos na sociedade. O autor chega a afirmar que houve um reconhecimento tardio da presença dos movimentos populares, uma espécie de "isolamento teórico" do tema, que até o final da década de 70 não existia como questão teórica e não possuía interlocutores na área intelectual. O autor levanta duas possibilidades que poderiam explicar esta situação. A primeira seria o próprio caráter antielitista dos movimentos populares, que funcionou como uma barreira à "colonização teórica" por parte do que chamou de elite pensante da esquerda brasileira. A segunda hipótese é que o crescimento acelerado dos movimentos populares não foi percebido inteiramente como um fenômeno importante.

Em relação à vida local, vimos que um campo de análise privilegiado tem sido o que trata dos processos de mobilização e organização como uma força presente na esfera política, principalmente devido à força da discussão em torno da descentralização político-administrativa, que colocou esses movimentos dentro do debate sobre as mudanças na face do Estado e sobre o aspecto central do planejamento na esfera das políticas públicas.

Na década de 90, por sua vez, tornam-se recorrentes as avaliações sobre a perda de dinamismo dos movimentos sociais. Perda esta, a meu ver, muito mais sentida no plano intelectual, indicando o esgotamento de alguns paradigmas que mobilizaram a área, do que na prática, embora seja claro o arrefecimento das mobilizações e o próprio interesse da população em geral sobre política⁷¹, se comparado com o início dos anos 80, marco do retorno da democratização no País. Na verdade, estes dois movimentos caminharam juntos na construção de uma idéia que ganhou força nesse momento: a de que o tempo das grandes mobilizações havia passado. Gostaria de tratar deste tema tomando seus viés epistemológico, pois é através deste que a recente valorização da história oral surgiu a partir das perspectivas abertas pela área de

⁷¹ Uma importante pesquisa realizada pelo IBGE sobre associativismo no Brasil [IBGE (1998)] concluiu que o país está cada vez menos politizado. As atividades associativas (incluindo sindicatos, partidos ou até entidades religiosas) caíram sensivelmente nos 10 últimos anos. A pesquisa atribui este desempenho a diversos fatores, desde a descrença generalizada na capacidade da política resolver os problemas cotidianos (desemprego, recessão) até a violência, que mantém as pessoas mais dentro de casa, o que, por sua vez, transfere poder à televisão como meio de comunicação formador de opinião.

movimentos sociais, juntamente com uma radicalização na análise das microestruturas e da busca de fundamentos subjetivos na explicação da ação social.

De modo bem simples, argumentamos que o avanço das análises sobre ações coletivas em termos de movimentos sociais cresceu a partir da constatação da perda de centralidade da classe operária como agente revolucionário e como esquema de classificação capaz de abarcar o conjunto heterogêneo de sujeitos coletivos e reivindicações que surgem tanto nos países capitalistas centrais quanto na periferia do sistema entre as décadas de 70 e 80. No plano teórico, os questionamentos sobre o conceito de classe como veículo privilegiado de manifestação da ação social pôs em dúvida, mais do que nunca, a idéia de que a história caminhava para uma direção determinada e, mais ainda, que a classe operária seria quem daria esta direção, portadora que era da possibilidade de promover uma ruptura revolucionária.

Medeiros (1992) pergunta-se o que ficou e o que efetivamente foi superado no conceito de classe social, concluindo que, mais do que um abandono do conceito, verifica-se uma constante busca de sua redefinição.⁷² Dois pontos são fundamentais neste processo de

⁷² Medeiros (1992) discute longamente as transformações no panorama intelectual das ciências sociais através do debate em torno do conceito de classe social, acompanhando as críticas quanto a sua pertinência no desenrolar do que chamamos de crise dos paradigmas. Segundo a autora, esta crise baseia-se em um conjunto de constatações de perfil sociológico e também no que tem sido chamado de "crise das utopias", isto é, a derrocada do socialismo real e, consigo, a idéia de uma superação revolucionária do capitalismo.

redefinição. O primeiro é justamente o abandono de uma visão teleológica da história.⁷³ O segundo ponto diz respeito à capacidade do conceito de classe recobrir a diversidade de situações de confronto na sociedade contemporânea. São nessas "brechas", a meu ver, que surgem as vertentes que levam ao fortalecimento do paradigma de movimentos sociais como totalidade explicativa que busca abarcar a diversidade de sujeitos e movimentos de reivindicação presentes nesse período.

Os movimentos sociais se aproximavam do conceito e classe pelo seu caráter de contestação, de construção de identidades surgidas nas lutas por autonomia, em uma postura inicialmente identificada como de "costas para o Estado", significando com isso uma posição de independência na sua formação, o que não queria dizer que o Estado deixasse de ser o principal interlocutor para o encaminhamento de suas demandas. Creio que é a partir da redemocratização iniciada nos anos 80 e da presença desses movimentos sociais que podemos entender o conceito de sociedade civil, mesmo no contexto brasileiro que tem sua tradição centrada no Estado.

⁷³ Talvez a melhor definição para esta perda tenha sido dada por Giddens (1991), que comparou a sensação que temos hoje dos rumos da humanidade com um carro que desce, desgovernado, uma ladeira cujo final é desconhecido. Não necessariamente assustador, como diz o autor, mas de qualquer modo bastante diferente da visão de que a humanidade caminhava para uma direção determinada, orientada pela razão e para o progresso, embora as concepções do que era cada um destes conceitos variasse significativamente.

Mas não é apenas no plano teórico que se pode sentir os efeitos da presença dos movimentos sociais. Melucci (1996) distingue dois níveis de importância da atuação dos movimentos sociais. O primeiro, ele chama de efeitos diretos dos movimentos, isto é, basicamente os desdobramentos políticos de sua atuação, tais como: a) a ampliação dos limites da política; b) mudanças nos sistemas políticos. O segundo nível seria aquele dos efeitos indiretos provocados pelos movimentos, como: a) mudanças nas formas de organização: novos modelos organizacionais produzidos pelos movimentos são depois incorporados à sociedade, nas firmas, escolas, serviços públicos; b) as transformações na cultura e na moral: novas atitudes que, uma vez institucionalizadas, se tornam parte do discurso corrente na sociedade (como, por exemplo, a preocupação ecológica ou as mudanças na relação homem/mulher).⁷⁴ Vejamos como estas questões estiveram em pauta nos assentamentos rurais.

⁷⁴ Touraine (1991) desenvolve uma abordagem interessante ao propor a articulação do movimento feminista, por exemplo, com uma interpretação ampla da realidade social. Afirma que o movimento cultural mais visível - e também o mais poderoso - nas sociedades contemporâneas é aquele ligado à produção e ao consumo, que busca uma identificação direta e global com a modernidade, com a modernidade sem barreiras, com a racionalização. Para ele, o movimento das mulheres seria potencialmente antagônico a este, pois estaria baseado no reconhecimento do desejo feminino (a liberdade sexual é antagônica aos papéis tradicionalmente destinados às mulheres) e de sua identidade biocultural, assim este movimento se engajaria em uma luta radical pela subjetivação, contrário, portanto, à tendência à racionalização crescente de todos os espaços da vida social. Não se trata apenas das reivindicações de igualdade entre os sexos, demanda básica de um momento do movimento feminista, que estaria mais ligado ao movimento cultural ligado ao consumo, já que sua demanda maior e final é a entrada da mulher no mercado de trabalho, inscrevendo-se assim no movimento cultural dominante.

5.2.2 - O lugar dos assentamentos

Os assentamentos têm sido um espaço privilegiado para estudar como pessoas e grupos podem reconstruir laços, refazer o tecido social, que muitas vezes já se encontrava esgarçado, abalado pela miséria e violência que atingia o grupo nas situações anteriores ao assentamento. Esse era o caso de um dos assentamentos que analisamos, São Domingos, no qual os assentados eram na sua maioria de origem urbana, onde enfrentavam as privações dos que vivem à margem nas periferias pobres das grandes cidades como o Rio de Janeiro.

O sucesso obtido, mesmo com todas as dificuldades e com os fracassos que tiveram e têm em algumas iniciativas, recoloca a questão: é possível reeditar a "comunidade" em uma sociedade baseada no mercado e no individualismo? Analisando esses processos, como os assentamentos, constatamos que hoje estão em discussão cada vez mais as relações de reciprocidade, de solidariedade, paradoxalmente à maior força do mercado. A diferença, creio, é que essas questões como comunidade, solidariedade e relações interpessoais não aparecem mais como uma alternativa ao mercado ou ao individualismo, e sim como uma complementação necessária a sua presença. Neste sentido, esses conceitos, como comunidade e solidariedade, não fazem referência a um passado que se busca recuperar, mas são, isto sim, sinais de uma realidade contemporânea que apenas começa a se desvendar.

Utilizando o esquema proposto por Melucci (1996), podemos iniciar pensando quais os efeitos indiretos dos assentamentos nesse período, ou seja, aqueles efeitos que se referem às mudanças nas formas de organização e às transformações na cultura e na moral. Vimos que o surgimento de novas formas de organização nos assentamentos, como associações, cooperativas etc, foram importantes na democratização das próprias organizações dos lavradores, especialmente dos sindicatos rurais, que passaram a incorporar outras questões que ampliaram muito a idéia sobre a reforma agrária, que não pode ser pensada apenas como acesso à terra.

Medeiros (1994), refletindo sobre os desafios do sindicalismo rural nos anos 90, chama a atenção para as mudanças que esse espaço vinha sofrendo desde o início dos anos 80, quando uma grande variedade de situações no campo - tanto de trabalho, como de lutas e reivindicações específicas - formaram identidades políticas próprias (como "pequenos produtores", "assalariados", "sem terra", "seringueiros", "atingidos"), que trouxeram consigo o questionamento das formas de organização e representação anteriores. A autora mostra como em alguns casos o sindicato conseguiu ganhar essa luta pela representação de determinada categoria, incorporando essas novas questões na sua pauta, em outros casos foram os movimentos que se autonomizaram e passaram a assumir exclusivamente para si a representação de determinada categoria, expressando a relação tensa entre diferentes formatos organizativos. Sua tese é de que o sindicato é historicamente o

que se faz dele, ou seja, não existem, em princípio, questões que não caibam no sindicato, que vai incorporá-las ou não em função de uma série de fatores, desde a força desses movimentos até as diretrizes gerais do sindicalismo em cada período.

Mas esse processo não se limita às organizações dos trabalhadores, pois tem reflexos que afetam outros setores da agricultura e as próprias noções que informam o debate em torno da questão agrária. Na verdade, como lembra Grzybowski (1989), o está em jogo é a capacidade dos movimentos sociais se apresentarem como uma possibilidade de ruptura com a tradição autoritária brasileira, gerando um processo de democratização real. É neste sentido que as transformações na cultura e na moral, de que nos fala Melucci (1996), são importantes.

Um exemplo, é a força que assumiu hoje a discussão em torno da agricultura familiar, o que pode ser visto como um reflexo dessa mudança no panorama político em torno da questão agrária brasileira, transformação que deve ser atribuída, em grande medida, à atuação dos movimentos dos trabalhadores rurais. Wanderley (1995):2, analisando pesquisas internacionais sobre o tema, resume bem esta posição ao dizer que:

"(...) pude perceber que a importância e o significado da agricultura familiar depende antes de mais nada, da associação de sua presença na sociedade com valores considerados socialmente positivos: tradição, desenvolvimento, eficiência econômica, proteção da natureza, são possíveis caracteres que,

atribuídos a certos grupos de agricultores, lhes conferem legitimidade social. A sociedade reconhece a contribuição econômica, social, política ou cultural de seus agricultores e os apoia nas transformações que lhes são impostas pelo desenvolvimento."

Como a autora mostra em outro texto (Wanderley, 1989), a disseminação desses valores culturais na sociedade não é feita apenas nos plano simbólico, de reconhecimento social e político de determinados segmentos, mas depende também de ações práticas, que insiram ativamente suas propostas nos debates sobre os rumos da sociedade. Este processo é realizado no plano político pelo que Melucci (1996) chamou de efeitos diretos dos movimentos, ou seja, aqueles que levam a desdobramentos políticos a partir de sua ação, tais como a ampliação dos limites da política e as próprias mudanças nos sistemas políticos. A questão a saber é quais espaços de participação os assentamentos têm ou, dito de outra forma, o que acontece em uma comunidade quando se introduz uma nova forma de se fazer política que não a lógica do favor?

Nos assentamentos analisados neste trabalho, pude verificar que este é um ponto ainda muito pouco sistematizado e, na realidade, de difícil verificação. Existem espaços claros que têm sido alvo da participação dos assentados, como os conselhos municipais, onde participam não apenas as lideranças mas muitas vezes um conjunto maior de assentados. A própria política local é hoje muito mais disputada nos lugares onde se instalam assentamentos.

Ao mesmo tempo, há que se ter claro que a maior mobilização dos trabalhadores rurais é acompanhada pela reorganização dos grupos dominantes, o que pode ser visto, por exemplo, nos processos de descentralização política, quando o poder local se torna responsável pelo atendimento de certas demandas e tem que atender a grupos de cidadãos que, muitas vezes, são compostos por forças políticas de oposição. Nos assentamentos que visitei têm sido comum as disputas entre o poder local e as lideranças políticos dos assentamentos pelo direito de representar o grupo, problema que se acirra nos momentos de eleições, já que os assentados costumam ter um peso político importante nos pequenos municípios. Assim, obrigações básicas do município, como saúde e educação, viram moeda de troca no jogo eleitoral local. Essas competências municipais estão estabelecidas em lei, cabendo a sua cobrança por parte das comunidades mobilizadas. Nos casos que acompanhei, os resultados mais positivos ocorriam quando as lideranças conseguiam, de um lado, cobrar essa noção de responsabilidade do poder local, passando por cima das disputas eleitorais e, de outro, estabelecer parcerias, buscar a adesão voluntária de outros setores que possam atuar em certas áreas onde o poder público não chega. São nesses casos que a atuação direta das lideranças têm grande importância, por isso vejamos agora qual o balanço possível que podemos fazer da atuação dessas lideranças no período analisado, seus dilemas e perspectivas.

5.3 - Para além da rotinização do carisma

A atuação das lideranças políticas em assentamentos rurais pode ser lida no sentido daquilo que Weber (1994:175) classificou de "*reinterpretação antiautoritária do carisma*", ou seja, o poder de falar em nome de um grupo baseado no reconhecimento que possui, o qual, por sua vez, depende da "satisfação" dos interesses desse mesmo grupo conseguido pela atuação das lideranças. A questão do reconhecimento é vista nos períodos de sucessão das lideranças, mas é importante para se entender, também, os períodos de normalidade ocorridos no exercício do poder em um movimento social, quando o papel do líder deixa de ser o de condutor nos momentos difíceis ("extracotidianos") - como a luta pela terra - para se adaptar às exigências e condições normais de uma administração cotidiana. Weber (1994:161) chamou este fenômeno de "*rotinização do carisma*", isto é, quando assume um caráter permanente, a força carismática do líder tende a transfigurar-se, tradicionaliza-se ou racionaliza-se.

É no exercício cotidiano da liderança como representante do grupo que podemos analisar esta questão, embora no caso das lideranças assentadas esta "*rotinização*" geralmente ocorre apenas em nível local, já que o seu reconhecimento como uma liderança importante tende a colocá-las no cenário estadual ou nacional, onde continuam a exercer essa força carismática sobre outros setores da sociedade.

5.3.1 - O problema da sucessão

Utilizando o referencial weberiano sobre a rotinização do carisma, é possível entender um movimento bem geral que identificamos no período compreendido entre 1985-1995, no que se refere ao perfil das lideranças políticas em assentamentos rurais. Novamente, é necessário enfatizar que estas observações não pretendem traçar uma tipologia, mas é uma leitura da realidade empírica analisada que pretende, em alguma medida, captar um movimento do real. Vimos, no capítulo 4, que havia uma diferença significativa no discurso das lideranças formadas nos movimentos de luta pela terra daquele oriundo de lideranças que se formaram no interior dos assentamentos. Esta diferença foi atribuída tanto à influência dos mediadores presentes a cada momento, quanto à diferença das demandas existentes antes e depois da instalação dos assentamentos.

Visto *a posteriori*, podemos englobar essas diferentes trajetórias em duas categorias que, mesmo sob o risco de esteriotipá-las, seriam esclarecedoras do tipo de luta que move essas lideranças e dos laços que estabelecem na sua atuação. Assim, no primeiro momento, teríamos a presença de lideranças *carismáticas*, cujo perfil combativo e mobilizador se mostrou essencial nos momentos de ascensão da luta pela terra nos anos 80, quando conseguiram articular as lutas locais com o debate nacional em curso sobre os rumos da reforma agrária e, com isso, buscar apoios e criar fatos políticos que foram

importantes para a desapropriação das áreas em conflito ou para o assentamento de famílias ocupantes em áreas especialmente destinadas a elas.

Acompanhamos a trajetória de duas lideranças que tinham este perfil nos assentamentos de São Domingos e Santo Inácio. Ambas tinham em comum essa capacidade de mobilização e, mais ainda, o envolvimento crescente com os movimentos de luta pela terra no estado, que levou a que se distanciassem progressivamente do grupo inicial que mobilizaram, assumindo outras funções em movimentos independentes de trabalhadores rurais, como o MST, ou no interior da estrutura do sindicalismo rural. No entanto, isso não significa que o seu carisma se extinga, nem tampouco que deixe de representar totalmente os interesses do grupo no qual se originou, mas abre espaço para a entrada de novas lideranças surgidas em nível local.

Estas novas lideranças, que estamos classificando de *pragmáticas*, surgiram e se desenvolveram em um ambiente diverso, já instaladas nos assentamentos e enfrentando os problemas cotidianos de administração e busca de autonomia econômica. O termo *pragmáticas* não pode ser traduzido como apolíticas, embora sejam, na prática, menos ligadas às questões políticas gerais e mais voltadas para as questões locais.

Do mesmo modo, este pragmatismo não significa necessariamente uma maior eficiência, nem pode ser entendido como

uma maior capacidade de atender às demandas colocadas pelos assentados que, supostamente, estariam sendo relegadas pelas lideranças *carismáticas* em nome de sua atuação nas organizações presentes em nível nacional. Em dois casos acompanhados, a atuação dessas lideranças *pragmáticas* se fez no sentido de reduzir a participação do conjunto dos assentados nas suas organizações, como as associações, devido às dificuldades que essas lideranças identificavam na gestão sob este formato organizativo. A centralização promovida não significou uma maior eficiência dessas organizações, havendo, ao contrário, uma diminuição radical na participação dos assentados e o surgimento de problemas, sem o pretendido sucesso econômico.

5.3.2 - A teoria na prática é outra

No início deste trabalho afirmei que havia uma retórica envolvendo o discurso das lideranças rurais, que nunca assumiam publicamente o papel de liderança, o que atribuí, inicialmente, aos preconceitos envolvidos em torno da figura do líder, que possui sempre algo de maquiavélico ou manipulador da vontade popular. Gostaria de explorar, brevemente, esta questão, pois a meu ver ela está na base da incompreensão quanto ao papel das lideranças rurais hoje, vistas geralmente como radicais, revolucionárias ou atrasadas.

Creio que um primeiro ponto a ser considerado é a própria formação dessas lideranças que, como vimos, se originaram de movimentos populares que traziam consigo a idéia de novas formas de relacionamento interno, onde a questão da participação era fundamental. Assumir-se publicamente como uma liderança de um movimento com essas origens é, de certo modo, romper com parte importante de seu imaginário democrático. Não que a presença de um líder seja visto como algo anti-democrático, ao contrário, existe um certo orgulho dos assentados ao saberem do prestígio de suas lideranças fora dos assentamentos. Mas o exercício do poder de liderança é, este sim, um assunto até certo ponto tabú de parte a parte. Os assentados, saídos muitas vezes de situações de dependência em relação a antigos patrões, gostam de enfatizar a autonomia conquistada, onde ter a sua terra e ser dono de seu tempo e de suas decisões são fatores importantes. As lideranças, por sua vez, hesitam em assumir o papel de comando dos rumos do movimento seja por cobranças quanto ao seu resultado, seja por temerem reproduzirem antigas práticas de dominação política, das quais todos buscam se distanciar. O fato é que em todas as entrevistas realizadas, às vezes com lideranças notórias e centralizadoras, a retórica do "sou apenas mais um no grupo" aparecia a todo momento, como no trecho a seguir:

"Não sou liderança, sou membro, elo da corrente. Não tem liderança entre nós, somos uma família."

O lugar-comum das afirmações contrastava com a figura extremamente carismática desta liderança, que usava de todos os rituais envolvidos na "falação" (que no jargão do movimento popular quer dizer discurso, exposição de idéias) de uma liderança, desde se colocar de pé para falar (pois como explicou: "reforma agrária a gente luta de pé, então pra falar dela eu também vou me levantar") até o dom da oratória, inteligente e bem elaborada, o que só contribuía para desfazer a afirmação de que não era o líder local.

Outra experiência neste sentido, foi acompanhar a o discurso de uma importante liderança estadual do MST, que expunha com a inflamação habitual a sua discordância em relação a todos os pontos de uma proposta governamental para os assentamentos. Em uma chance de intervenção, perguntei se não havia um ou outro ponto positivo, que abria "brechas" para a negociação. A negativa de sua resposta foi ainda mais enfática, aumentando o tom de radicalidade do discurso, que conquistou a adesão de grande parte da platéia. Na saída, ele me puxou para um canto e explicou, *mais ou menos assim*:

"O companheiro não entendeu a nossa prática, a gente dá um pau, mas negocia"

Esta explicação, a meu ver, é exemplar da atuação dessas lideranças e explica muito o tom usado e as posturas que uma liderança assume ao encarnar esse papel. Isso não quer dizer que sua prática e seu discurso caminhem em direções opostas, ou que o discurso sirva de fachada para negociações nos bastidores. Creio que

o discurso radical é parte do próprio processo de negociação, tendo como função abrir espaços maiores para suas propostas. O problema está na reificação de categorias sem um maior acompanhamento das mudanças havidas nas últimas décadas. Assim, falar hoje em socialismo, luta armada ou em experiências coletivas que fracassaram em quase todas as situações históricas em que estiveram postas só é possível com um mínimo de postura crítica em relação ao seu próprio campo de aliados, sem o que suas posições correm o risco de soar anacrônicas para o resto da sociedade, que tem papel importante na legitimação de sua luta e no maior reconhecimento desses setores como tendo algo a contribuir para a democratização da sociedade brasileira. Esta maior responsabilidade com seu discurso é, a meu ver, uma das questões centrais que estas lideranças têm enfrentado nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se sabe, a palavra *trajetória* vem do Latim (*trajectore*) e significa, basicamente, o que atravessa, o que está em movimento. É por isso que ao elegermos como tema a trajetória de lideranças políticas entre lavradores assentados sentimos a necessidade de buscar vínculos entre os acontecimentos recente e aqueles ocorridos há mais tempo, fazendo pontes que são ao mesmo tempo hipóteses de trabalho, caminhos por onde a reflexão segue em busca da compreensão sobre um tema tão difícil.

Isto foi visto através da análise das histórias de vida de lideranças assentadas, das questões que atravessaram esse espaço *sui generis* que é um assentamento e como isso pode nos ajudar a repensar hoje temas como vida local e participação política.

As trajetórias de vida e a reflexão sobre a vida local tiveram o objetivo de ressaltar um momento em que a reflexão sobre movimentos sociais se abre a novas perspectivas, buscando entender a presença

desses movimentos como algo mais abrangente, que já deixou traços espalhados pela vida política brasileira recente. Se no início, os movimentos sociais eram vistos como os novos atores coletivos, portadores da capacidade de transformação radical da sociedade, hoje se percebe os ganhos cotidianos que sua presença já semeou. A disseminação da idéia de *cidadania* presente hoje é resultado de um longo percurso, que se encontra com as *experiências de participação comunitária* dos anos 70 e 80. Estas práticas foram criadas em torno de conceitos como *comunidade*, *solidariedade*, mas atualizando-os e dando-lhes um sentido extremamente moderno, de luta contra todos os tipos de exclusão e a busca, enfim, de uma sociedade mais justa. Este ideal não envelheceu e se engana quem pensa que a incorporação da palavra *cidadania* aos discursos de representantes de todos os espectros do campo político é sinal de sua banalização. Ao contrário, é sinal de sua força.

Mas é uma força instável, não é perene, não está definitivamente conquistada, longe disso. Sua existência, com que perfil e com que abrangência, é decidida cotidianamente nos embates políticos. É aí que a presença das lideranças políticas joga um papel fundamental. Analisamos momentos importantes do debate envolvendo lideranças camponesas e seu papel na luta pela conquista de direitos. Assim, vimos o esforço das primeiras lideranças rurais, que atuaram em um momento marcado pela *precariedade* institucional e política. Passamos pelo período de repressão onde, mesmo assim, se construiu o muito do

que existe hoje em termos de organização sindical, que também não deixou de se modificar desde então. Por fim, no período recente, dos anos 80 à metade dos anos 90, acompanhamos a luta contra exclusão social extrema, materializada para o lavrador na impossibilidade de trabalhar a terra, que marcou fortemente esse momento da sociedade brasileira.

Neste sentido, a ênfase na análise da vida local se justifica, pois repensar a vida local tem sido um eixo privilegiado para se pensar o que é modernidade no Brasil de hoje e qual a modernidade queremos alcançar. Este debate não ocorreu apenas *no e sobre* o meio rural, mas gostaria de me concentrar nele. No meu Ensaio de Qualificação (Pinheiro, 1998a) fiz uma comparação entre dois momentos da discussão sobre vida local brasileira, o debate dos anos 60 e dos 80, levantando uma hipótese de que nesses dois momentos, especialmente, estiveram em pauta, de fato e de direito, as possibilidades de mudanças sociais profundas na agricultura e na dinâmica da sociedade inteira. Nos anos 60, a luta contra o poder tradicional, representado pelo latifúndio, era um embate por uma nova sociedade, mais moderna, que começava a se afirmar. Nos anos 80, a luta contra as contradições da modernização imposta autoritariamente encarnava novamente esta missão.

O local hoje se encontra fragmentado, atravessado por informações e processos externos a ele, mas também preso às suas velhas contradições. As lutas que se desenvolvem em nível local, das

quais os assentamentos são um exemplo, estão hoje plenas de expectativa e apreensão, carregam problemas tanto quanto potencialidades. Estão perto do lado moderno quando permitem o desenvolvimento de estratégias de manutenção dos lavradores na terra, como as associações ou qualquer outra experiência neste sentido, que podem, devem e estão sendo retomadas hoje, não tanto como projetos revolucionários, mas como forma de enfrentar a crise, gerar empregos e se inserir de alguma forma no mercado, alcançando a *inclusão* desses setores à sociedade. Se aproximam do atraso quando enfrentam a violência habitual e costumeira do campo brasileiro.

Mas o local tem uma dinâmica própria e a trajetória das lideranças rurais explica muito bem esta sua especificidade. As lideranças têm que sair a toda hora deste espaço para entrar no debate nacional. É aí que reside o seu potencial, na possibilidade de rompimento da opressão. O problema é que este rompimento tem que ser total, ou seja, não se pode conviver com a exclusão de certos setores, como durante esse período recente se discutiu em relação às várias camadas de agricultores familiares, uns que deveriam ser apoiados, outros deixados a sua sorte. Sob o velho parâmetro da viabilidade econômica, corre-se o risco de se reproduzir a democracia de fachada, a incorporação parcial. Não se convive com o complexo agroindustrial e o trabalho escravo impunemente.

O papel das lideranças políticas é crucial nesta travessia. A análise de sua atuação nesse período recente sinalizou que hoje, talvez

mais do que nos outros momentos citados, a chave do debate está no foco político, daquilo que se realiza no campo político, onde essas lideranças atuam. Os ganhos verificados nos lugares onde se alterou de algum modo a "correlação de forças" em prol de uma maior democratização econômica, política e social não deixam dúvidas. Por isso a análise dessas experiências locais é importante, elas sinalizam um espaço do possível, nem sempre visto em níveis mais gerais. A obviedade da necessidade da reforma agrária não é um dado da realidade, é um embate político, um arranjo possível das forças políticas.

As lideranças políticas surgidas em assentamentos rurais passam hoje pelo seu *Batismo de Fogo*, têm que lutar pelo que já conquistaram e por sua ampliação, como condição para deixarem marcada a sua presença nesta longa galeria de personagens, indivíduos, que escreveram esta história. Gostaria de terminar este trabalho como ele começou, a partir de uma pessoa, de uma liderança, um indivíduo, um nome: este trabalho foi permanentemente inspirado pela trajetória de Pedro Renaux Duarte.

BIBLIOGRAFIA

- ALEXANDER, Jeffrey C.
1987 *O novo movimento teórico*
In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 4(2), jun.
- AMMANN, Safira Bezerra
1981 *Ideologia e Desenvolvimento de Comunidades no Brasil*
São Paulo, Editora Cortez.
- ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira
1982 *Lutas pela Terra na Baixada da Guanabara*
Tese de Mestrado, COPPE/UFRJ.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto
1997 *Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais.*
Tese de Mestrado, CPDA/UFRRJ
- BAETA, Adelaide Maria Coelho
1989 *Administração municipal e descentralização política: notas para uma discussão.*
Revista de Administração Pública, 23(4), jul./ago.
- BASTOS, Élide Rugai
1986 *Gilberto Freyre e a Questão Nacional.*
- BENDIX, Reinhard
1974 *Inequality and social structure: a comparison of Marx and Weber.*
American sociological review, v.39 (4) [mimeo, Biblioteca FGV/RJ].
- BERGAMASCO, Sônia Maria P. Pereira e CARMO, Maristela Simões de
1991 *Reforma agrária dá certo? O (in)sucesso relativo dos assentamentos de trabalhadores rurais*
Reforma Agrária, ABRA, 21(1), jan./abr.
- BOBBIO, Norberto
1982 *O conceito de Sociedade Civil.*
Rio de Janeiro, Editora Graal.
- BOSCHI, Renato Raul
1987 *A Arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil.*
Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ.
- BOURDIEU, Pierre
1989 *O Poder Simbólico*
Difel/ Bertrand Brasil

- BRASILEIRO, Ana Maria
1988 *A cidade e a participação política.*
Revista de Administração Municipal, n. 187, abr./jun.
- BRUNO, Regina
1997 *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A nova Face Política das Elites Agroindustriais no Brasil.*
UFRRJ/Forense Universitária.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa
1997 *Poder Local: a cidadania em construção.*
UERJ, mimeo.
- CÂNDIDO, Antônio
1978 *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida.*
Rio de Janeiro, Editora José Olympio.
- CARDOSO, Ruth C. L.
1988 *Os movimentos populares no contexto da consolidação da democracia.*
In: O'DONNELL, G. & REIS, F.W. (org.) - *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas.*
Rio de Janeiro, Vértice.
-
- 1986 *Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método.*
In: CARDOSO, Ruth (Org.) - *A Aventura Antropológica.*
Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- CASTORIADIS, Cornelius
1987 *As Encruzilhadas do Labirinto*
Rio de Janeiro, Paz e Terra
- CASTRO, Elisa Guaraná de
1996 *Entre o rural e o urbano: dimensões culturais em assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro*
Workshop Agricultura e Meio Rural no Estado do Rio de Janeiro
CPDA/UFRRJ, D. Sociologia/UFF, UFRJ, APIPSA.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães de
1988 *Governo local, processo político e equipamentos sociais: um balanço bibliográfico.*
BIB/ANPOCS, n. 25
-
- 1991 *Interesses, organizações e políticas sociais.*
BIB/ANPOCS, n. 31

- CASTELLS, Manuel
1980 *Cidade, Democracia e Socialismo.*
Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CHARTIER, Roger
1994 *A história hoje: dúvidas, desafios, propostas*
In: Estudos Históricos, Cpdoc/FGV, 7(13)
- CHAUI, Marilena de Souza
1983 *Marx e a democracia*
In: Figueiredo, E.L., Cerqueira Fº, G. e Konder, Leandro - Por que Marx? Ed. Graal
-
- 1996 *Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, Messianismo dos dominados.*
In: DAGNINO, E. (org.) – Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo, Editora Brasiliense.
- COMERFORD, John Cunha
1998 *As reuniões em um assentamento rural como rituais*
In: Carneiro, M.J., Giuliani, G.M., Medeiros, L.S. e Ribeiro, A.M.M. - Campo Aberto. O rural no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Contra Capa.
- COSTA, Sérgio
1994 *Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Uma abordagem tentativa.*
Novos Estudos/CEBRAP, n.38, março.
-
- 1997 *Categoria analítica ou passe-partout político-normativo*
Notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil.
ANPOCS, bib, Rio de Janeiro, n.43, 1º semestre.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho
1996 *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*
Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária
- COUTINHO, Carlos Nelson
1983 *Sobre a 'questão democrática' em Marx e em alguns marxistas*
In: Figueiredo, E.L., Cerqueira Fº, G. e Konder, Leandro - Por que Marx? Ed. Graal
-
- 1985 *A Dualidade de Poderes. Introdução à Teoria Marxista de Estado e Revolução*
São Paulo, Editora Brasiliense

- CRUZ, Carlos Henrique Davidoff das Chagas
1976 *História e Ideologia na Década de 30.*
Tese de Mestrado, IFCH/UNICAMP.
- DANTAS, José
1989 *As Mutações do Coronelismo.*
Universidade Federal do Ceara, mimeo.
- DOMINGUES, José Mauricio
1996 *Sistemas sociais e subjetividade coletiva*
DADOS - Revista de Ciências Sociais, 39 (1), IUPERJ.
- DURHAM, Eunice R.
1986 *A pesquisa antropológica com populações urbanas ou
como escapar das armadilhas do método.*
In: CARDOSO, Ruth (Org.) - *A Aventura Antropológica.*
Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- DURKHEIM, Emile
1966 *As Regras do Método Sociológico*
São Paulo, Editora Nacional
-
- 1978 *A Divisão do Trabalho Social*
Livros Horizonte.
- ELSTER, John
1989 *Marx Hoje*
Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- ELIAS, Norberto
1994 *A sociedade dos Indivíduos*
Rio de Janeiro, Zahar
- 1995 *A Sociedade dos Indivíduos*
- FAORO, Raimundo
1958 *Os Donos do Poder.*
Rio de Janeiro, Editora Globo.
- FERNANDES, Florestan
1973 *Comunidade e Sociedade. Leitura sobre Problemas Conceituais
Metodológicos e de Aplicação.*
São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da USP.
-
- 1975 *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação
Sociológica.*
Rio de Janeiro, Zahar Editores.

- FERNANDES, Rubens Cezar
 1995 *Elos de uma cidadania planetária.*
 Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, n.28, ano 10,
 junho.
- FETAG/RJ
 1974 *Atuação do movimento sindical no Rio de Janeiro*
 Documento, mimeo.
- FISCHER, Tânia & TEIXEIRA, Angela
 1989 *Poder local e participação, Espanha/Brasil - perspectivas*
constitucionais, avanços e limites.
 Revista de Administração Pública, v. 23, n. 4, jul./ago.
- FREUND, Julien
 1987 *Sociologia de Marx Weber*
 Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária.
- FREYRE, Gilberto
 1973 *Casa Grande e Senzala*
 Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora
- GARCIA JR, Afrânio Raul
 1990 *O Sul: Caminho do Roçado.*
 Rio de Janeiro, Marco Zero.
- GELLNER, Ernest
 1996 *Condições da Liberdade. A Sociedade Civil e seus Rivais.*
 Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- GIDDENS, Anthony
 1991 *As Conseqüências da Modernidade.*
 São Paulo, Editora Unesp.
- GINZBURG, Carlo
 1987 *O Queijo e os Vermes: o Cotidiano e as Idéias de um Moleiro*
Perseguido pela Inquisição
 São Paulo, Companhia das Letras
- GNACCARINI, José Cesar & MOURA, Margarida Maria
 1979 *Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um*
debate
 BIB/ANPOCS, n. 15,
- GODIM, Linda Maria de Pontes
 1988 *Dilemas da participação comunitária.*
 Revista de Administração Municipal, n. 187, abr./jun.

- GRAMSCI, Antonio
1968 *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.*
Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira
-
- 1978 *A Concepção Dialética da História.*
Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
-
- 1987 *A Questão Meridional.*
Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- GRUPPI, Luciano
1978 *O Conceito de Hegemonia em Gramsci.*
Rio de Janeiro, Editora Graal.
- GRYNSZPAN, Mario
1987 *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964).*
Tese de Mestrado, PPGAS/MN/UFRJ.
- GRZYBOWSKI, Cândido
1989 *Mobilização Social de Trabalhadores Rurais: Possibilidades e Limites da Democratização nas áreas rurais do Brasil.*
Paper apresentado na conferência 'Challenge of Rural Democratization in Developing Countries' Cambridge, MA, USA, jun.
- HABERMAS, Junger
1991 *Conhecimento e Interesse*
Lisboa, Publicações Dom Quixote
- HELLER, Agnes
1989 *Sociologia de la Vida Cotidiana*
Barcelona, Ed. Provença.
- HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de
1972 *A Morada da Vida.*
Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOLANDA, Sérgio Buarque
1989 *Raízes do Brasil*
Rio de Janeiro, Livraria José Olympio editora
- IANNI, Octávio
1975 *A Formação do Estado Populista na América Latina*
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
-
- 1990 *A crise de paradigmas na sociologia.*
In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, n.13, ano 5, jun.

-
- 1992 *A Sociedade Global*
Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira
- INCRA
1988 *Relatório Sucinto do Projeto de Assentamento da Fazenda Santo Inácio*
Município de Trajano de Moraes
- INKELES, Alex
1967 *O Que é Sociologia.*
São Paulo, Livraria Pioneira Editora
- JACOBI, Pedro Roberto & NUNES, Edson
1982 *Movimento popular urbano, poder local e conquista da democracia.*
In: Cidade, Povo e Poder.
Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra.
- JACOBI, Pedro Roberto
1990 *Descentralização e redemocratização no Brasil*
Revista Lua Nova, n.20, maio
- JACOBY, Russel
1990 *Os últimos Intelectuais.*
São Paulo, EDUSP.
- KRISCHKE, Paulo J.(Org)
1990 *Brasil: do "Milagre" à "Abertura"*
São Paulo, Editora Cortez, 5ªed.
- KATZ, E. & LAZARFELD, P.
1956 *Personal influence.*
Glencoe, The Free Press [mimeo, Biblioteca da FGV/RJ]
- KUHN, Thomas S.
1978 *A Estrutura das Revoluções Científicas.*
São Paulo, Editora Perspectiva.
- LACAPRA, Dominick
1991 *O queijo e os vermes: o cosmos de um historiador do século XX*
Texto para Discussão para a Disciplina *Revoltas e Movimentos Camponeses.*
Questões de História e Metodologia, Prof. Dr. Guillermo Palacios,
CPDA/UFRRJ
(tradução: Guillermo Palacios, extraído de *History and Criticism*,
Ithaca, Cornell
University Press, 1985)

- LAMOUNIER, Bolívar & SOUZA, Amaury de
 1988 *A feitura da nova Constituição: um reexame da cultura política brasileira*
 IDESP, Texto n.31
- LEAL, Victor Nunes
 1975 *Coronelismo, Enxada e Voto*
 Rio de Janeiro, Editora Globo.
- LEBRUN, Gérard
 1987 *O conceito de paixão*
 In: Cardoso, S. [etal.] - Os sentidos da Paixão
 Funarte/ Companhia das Letras.
- LEITE, Dante Moreira
 1976 *O Caráter Nacional Brasileiro*
 São Paulo, Livraria Pioneira Editora
- LOBO, Elisabeth Souza
 1992 *Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência*
 Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, vol.4, nº 1-2
 (editado em 1994)
- MACHADO, Eduardo Paes
 1987 *Poder e Participação Política no Campo.*
 Salvador, CERIFA/CAR/CEDAP-CENTRU.
- MARTINS, José de Souza
 1981 *Os Camponeses e a Política no Brasil*
 Rio de Janeiro, Petrópolis/Vozes
-
- 1986 *As coisas no lugar (da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo)*
 In: MARTINS, J.S (Org.) - *Introdução Crítica à Sociologia Rural*
 São Paulo, Hucitec
- MARX, Karl
 1988 *Manuscritos Econômico-Filosóficos e Outros Textos Escolhidos*
 São Paulo, Os Pensadores, Marx, Volume I, Nova Cultural.
- McLELLAN, David
 1983 *Marx: um Século de Pensamento Político (1883-1993)*
 Rio de Janeiro, Editora Zahar
- MEDEIROS, Leonilde Servolo
 1989 *História dos Movimentos Sociais no Campo*
 Rio de Janeiro, FASE

- 1992 *Algumas Considerações sobre o Conceito de Classe Social*
Ensaio de Qualificação no Doutorado, IFCH/UNICAMP.
- 1994 *Desafios do sindicalismo rural nos anos 90*
Salvador, CESE, Debate, n.3, ano IV, maio.
- MEDEIROS, L. S. e LEITE, Sérgio
1997 *Os Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: Dimensões Econômicas, Políticas e Sociais.*
Debates, CPDA/UFRRJ, n.4, dez.
- MENDRAS, Henri
1978 *Sociedades Camponesas*
Rio de Janeiro, Zahar Editores
- MENEZES, Heloísa Regina Guimarães de
1990 *Os 'rururbanos' e a reforma agrária na Baixada Fluminense.*
Presença, Revista de Cultura e Política, 15, abr., IUPERJ.
- MELLO, Jorge Cássio
1996 *Movimentos de ocupação de terras na Baixada Fluminense: notas sobre o processo de representação política.*
Workshop Agricultura e Meio Rural no Estado do Rio de Janeiro
CPDA/UFRRJ, D. Sociologia/UFF, UFRJ, APIPSA.
- MELUCCI, Alberto
1994 *Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento* entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyyra
Novos Estudos Cebrap, n.40, nov.
- 1996 *A experiência individual na sociedade planetária*
Revista Lua Nova, n.38
- MERLO, Valerio
1995 *Rumo à Origem da sociologia rural: vontade humana e estrutura social no pensamento de Ferdinand Tönnies*
In: MIRANDA, Orlando (Org.) - Para Ler Ferdinand Tönnies
São Paulo, EDUSP
- MICELLI, Sérgio
1989 *A Institucionalização das Ciências Sociais no Brasil*
In: MICELLI, Sérgio (Org.) - História das Ciências Sociais no Brasil
São Paulo, Vértice/Editora da Revista dos Tribunais/IDESP, vol. 1

- MIRANDA, Orlando (org.)
 1995 *O conceito de racionalidade em Ferdinand Tönnies*
 In: MIRANDA, Orlando (Org.) - *Para Ler Ferdinand Tönnies*.
 São Paulo, EDUSP.
- MST
 1991 *A experiência do MST na cooperação agrícola*
 In: GORGEN, Sérgio & STÉDILE, João Pedro (Org.) -
Assentamentos: a Resposta Econômica da Reforma Agrária
 Petrópolis/Vozes
- NISBET, Robert A. *As idéias-unidade da sociologia*
 In: MARTINS, J.S (Org.) - *Introdução Crítica à Sociologia Rural*
 São Paulo, Hucitec
- NORONHA, Eduardo
 1991 *A explosão das greves nos anos 80*
 In: Boito Jr., Armando (Org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*.
 Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- NOVAES, Regina Reyes
 1985 *A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba*
 In: Paiva, Vanilda (Org.) *Igreja e Questão Agrária*
 São Paulo, Edições Loyola.
-
- 1987 *De Corpo e Alma. Catolicismo e classes Sociais e Conflitos no Campo*.
 Tese de Doutorado, FLCH/USP.
-
- 1991 *Continuidades e rupturas no sindicalismo rural*
 In: Boito Jr., Armando (Org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*.
 Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
-
- 1994 *A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização*
 In: Medeiros, Barbosa, Franco, Esterce e Leite (Org.) -
Assentamentos Rurais - Uma Visão Multidisciplinar.
 Editora Unesp.
- NOVICKI, Victor
 1998 *Culturas Administrativas e Política Fundiária nos anos 80: Governos Federal, Fluminense e Paulista*.
 Tese De Doutorado, IFCH/UNICAMP.
- O'DWYER, Eliane Cantarino
 1981 *Prefácio*
 In: Pureza, J. - *Memória Camponesa*
 Rio de Janeiro, Editora Marco Zero

-
- 1982a. *Expropriação e luta dos camponeses fluminenses*
Rio de Janeiro, Departamento de Sociologia da PUC-RJ (mimeo)
-
- 1988 *Da Proletarização Renovada à Reinvenção do Campesinato*
Tese de Doutorado, PPGAS-MN/UFRJ.
- OFFE, Clauss
- 1984 *Problemas Estruturais do Estado Capitalista.*
São Paulo, Editora Brasiliense.
-
- 1986 *Capitalismo Desorganizado.*
São Paulo, Editora Brasiliense.
- OLIVA, Alberto
- 1994 *Kuhn: O normal e o revolucionário na reprodução da racionalidade científica.*
In: PORTOCARRERO, V. (org.) – Filosofia, História e Sociologia das Ciências
Abordagens Contemporâneas.
Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi
- 1990 *A Questão Nacional na Primeira República.*
São Paulo, Editora Brasiliense/CNPq.
-
- 1990^a *Modernidade e questão nacional.*
Revista Lua Nova, n.20, maio.
- OLIVEIRA VIANNA
- 1949 *Evolução do Povo Brasileiro*
São Paulo, Companhia Editora Nacional (5^a ed.)
- ORTIZ, Renato
- 1994 *Mundialização e Cultura.*
São Paulo, Editora Brasiliense
- PAIVA, Vanilda
- 1985 *A Igreja moderna no Brasil.*
In: PAIVA, Vanilda (Org.) Igreja e Questão Agrária
São Paulo, Edições Loyola.
- PALACIOS, Guillermo
- 1996 *Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no nordeste oriental do Brasil. C. 1700 - 1875.*
Dados - Revista de Ciências Sociais, vol.30, n. 3

- PALMEIRA, Moacir
1992 *Política local e voto.*
Revista Tempo e Presença, jul./ago.
- PASSERON, Jean-Claude
1995 *O Raciocínio Sociológico. O Espaço não-popperiano do raciocínio natural*
Petrópolis, Vozes.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura
1978 *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios.*
São Paulo, Alfa-Omega.
-
- 1979 *Do rural e do urbano no Brasil*
In: SZNRECSÁNYI, Tamas - *Vida Rural e Mudança Social*
São Paulo, Companhia Editora Nacional
-
- 1963 *Uma categoria rural esquecida*
São Paulo, Revista Brasiliense (45): 85-97, jan/fev
- PINHEIRO, Diógenes
1990 *Sindicato e Associações. Um Estudo sobre a Diferenciação da Representação Política dos Pequenos Produtores nos Anos 80*
Tese de Mestrado, CPDA/UFRRJ.
-
- 1998 *Assentamento e associações de produtores em Trajano de Moraes*
In: Carneiro, M.J., Giuliani, G.M., Medeiros, L.S. e Ribeiro, A.M.M. - Campo Aberto. O rural no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Contra Capa.
-
- 1998a *Município, Poder Local e Mobilização Social. A Atualização de um Debate*
Ensaio de Qualificação, IFCH/UNICAMP, mimeo.
- POLETTO, Ivo
1985 *As contradições sociais e a pastoral da terra*
In: PAIVA, Vanilda (Org.) *Igreja e Questão Agrária*
São Paulo, Edições Loyola.
-
- 1991 *Sindicalismo rural - qual a sua base?*
Cadernos do CEDI, n.21 - *Sindicalismo no campo. Reflexões, Balanços e Controvérsias.*

- PORTELLI, Hugues
 1977 *Gramsci e o Bloco Histórico.*
 Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- PRADO JUNIOR, Caio
 1986 *Formação do Brasil Contemporâneo.*
 São Paulo, Editora Brasiliense (19ª ed.)
- PRADO, Paulo
 1944 *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a Tristeza Brasileira*
 Rio de Janeiro, F. Briguiet (6ª ed.)
- PUREZA, José
 1982 *Memória Camponesa*
 Rio De Janeiro, Editora Marco Zero.
- REDFIELD, Robert
 1949 *Civilização e Cultura Folk*
 São Paulo, Editora Martins.
- REIS, Fábio Wanderley
 1991 *O Tabelaio e a lupa.*
 Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS, 16(6), jun.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres
 1991 *Movimentos Sociais: Caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90.*
 Ciências Sociais Hoje, 1991. Edições Vértice e ANPOCS
- RIBEIRO, Darcy
 1995 *O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil.*
 São Paulo, Companhia das Letras
- ROCHA, Regina e APEL, Marcelo
 1992 *Onde estão os Nossos Sonhos. Um Estudo sobre o Assentamento Rural Vitória da União.*
 Rio de Janeiro, Nova/ Vozes.
- RUA, Maria da Graça
 1984 *O Comportamento Político do Eleitorado Rural: uma Análise Comparada.*
 Tese de Mestrado, IUPERJ.
- SANCHIS, Pierre
 1995 *As tramas sincréticas da história*
 Revista Brasileira de Ciências Sociais/ ANPOCS, 28 (10), jun.
- SANTOS, Milton
 1997 *Técnica, Espaço e Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*
 São Paulo, Editora Hucitec

- SARTORI, Giovanni
 1994 *A Teoria da Democracia Revisitada*
 São Paulo, Editora Ática.
- SCHERER-WARREN, Ilse & KRISCHKE, Paulo
 1987 *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América Latina*
 São Paulo, Editora Brasiliense
- SCHLANGER, J.
 1977 *Sobre o problema epistemológico do novo*
 In: CARRILHO, MM. (Org) - *História e Prática das Ciências*
 Lisboa, Editora A Regra do Jogo
- SCHWARTZMAN, Simon
 1991 *As ciências Sociais nos anos 90*
 Revista Brasileira de Ciências Sociais/ANPOCS, n.16, ano 6, jul.
- SCHMIDT, Benito Bisso
 1997 *Construindo biografias...Historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos*
 In: Indivíduo, Biografia, História Rio de Janeiro, Estudos Históricos, Cpdoc/FGV.
- SIGAUD, Lygia
 1997 *A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento*
 In: PIPSA, Anais do 13º encontro (RJ, 1988), Unesp, 1989.
- SOARES, Eliane Veras
 1997 *Florestan Fernandes: o Militante Solitário*
 São Paulo, Cortez Editora
- SODRÉ, Nelson Werneck
 1961 *A Ideologia do Colonialismo*
 Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira
- SOUZA, Herbert
 1982 *Município de Boa Esperança: participação popular e poder local*
 In: Alternativas populares da Democracia, Brasil anos 80
 Rio de Janeiro, Editora Vozes/CEDEC
- SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga
 1982 *Notas sobre as comunidades eclesiais de base e a organização política*
 In: Alternativas populares da Democracia, Brasil anos 80
 Rio de Janeiro, Editora Vozes/CEDEC

- STONE, Lawrence
 1991 *O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha história*
 Campinas, Revista de História, IFCH/Unicamp
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente
 1991 *Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários*
 Ciências Sociais Hoje, Vértice/ANPOCS
- THOMPSON, Edward P.
 1987 *A Formação da Classe Operária Inglesa*
 Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 3 vols.
- THOMPSON, Paul
 1992 *A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida*
 Ciências Sociais hoje, 1993. Editora Hucitec/ ANPOCS
- TÖNNIES, Ferdinand
 1995 *Comunidade e Sociedade. Textos Selecionados*
 In: MIRANDA, Orlando (Org.) - Para Ler Ferdinand Tönnies
 São Paulo, EDUSP
- TÖTTÖ, Pertti
 1995 *Ferdinand Tönnies, um Racionalista Romântico*
 In: MIRANDA, Orlando (Org.) - Para Ler Ferdinand Tönnies
 São Paulo, EDUSP
- TOURAINÉ, Alain
 1987 *El Regresso del Actor*
 Editora Universidade de Buenos Aires
-
- 1994 *Crítica da Modernidade*
- VEYNE, Paul
 1982 *Como se Escreve a História. Foucault Revoluciona a História.*
 Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- VIANNA, Luiz Werneck
 1989 *A esquerda, a cultura jacobina e os neoliberais*
 Presença, Revista de Cultura e Política, n.14, nov.
-
- 1991 *Ator, tempo e processo de longa duração em análises de conjuntura*
 In: Vianna, L.W. De um Plano Collor a Outro
 Rio de Janeiro, Editora Revan

VILAR, Pierre

- 1978 *História marxista, história em construção.*
In: LeGoff, J. & Nora, P. (Org.) *História, novos problemas, novos objetivos, novas abordagens.*
Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel

- 1989 *Trajatória social e projeto de autonomia. Os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo*
Cadernos IFCH/UNICAMP.

-
- 1994 *Uma categoria rural esquecida: os desafios permanentes da sociologia rural brasileira uma homenagem a Maria Isaura Pereira de Queiroz*
V Jornada de ciências sociais. UNESP/Marília

-
- 1996 *A modernização sob o comando da terra: os impasses da agricultura moderna no Brasil*
IFCH/UNICAMP, mimeo

-
- 1996 *História Social da Agricultura*
Curso ministrado no IFCH/UNICAMP

WEBER, Max

- 1987 *Ensaio de Sociologia*
Rio de Janeiro, Zahar Editores

-
- 1993 *A política como vocação*
In: Weber, M. - Ciência e Política. Duas Vocações
Editora Cultrix

-
- 1994 *Economia e Sociedade*
Brasília. Editora Universidade de Brasília. Vol 1, 3ªed.

WEBER, Regina

- 1996 *Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e Ciências Sociais*
DADOS - Revista de Ciências Sociais, 39 (1).

WEFFORT, Francisco

- 1989 *O Populismo na Política Brasileira*
Rio de Janeiro, editora Paz e Terra

-
- 1990 *A América errada*

WILSON, Edmund

1987 *Rumo à Estação Filândia*
São Paulo, Companhia das Letras

WOLF, Kurt H.

1960 *Émile Durkheim, 1858-1917: A Collection of Essays, with
Translations and Bibliography.*
Columbus, Ohio State University Press [mimeo, Biblioteca da
FGV/RJ]